MARIA CLARA OLIVEIRA

FILHOS DO GUERREIRO ILUSTRE:

A jornada até o cárcere

Ficha Catalográfica

Diagramação: Mariana Brasileiro

Ilustração: Maria Clara Oliveira

OLIVEIRA. MARIA CLARA

FILHOS DO GUERREIRO ILUSTRE: A JORNADA ATÉ O CÁRCERE.

ISBN

ORIENTADOR: GEILSON OLIVEIRA

1. POLÍTICAS PÚBLICAS. 2. JUVENTUDE. 3. SISTEMA PRISIONAL.

SUMÁRIO

06 PRÓLOGO

31 CAPÍTULO I - DA MINHA TERRA, A RAIZ

53 CAPÍTULO II - O POLICIAL

66 CAPÍTULO III - O PERFIL DO CRIME

86 CAPÍTULO IV- O CANTOR

100 CAPÍTULO V - SE NASCE CRIMINOSO?

126 CAPÍTULO VI - O JOGADOR

138 CAPÍTULO VII - O MUNICÍPIO E O JOVEM

175 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

182 EPÍLOGO

Dedico este livro a minha avó, Antônia, que criou três crianças abandonadas pelos pais, eu sou uma delas. Vó, você sempre colocou pouca comida no seu prato pra sobrar mais pra gente, eu sei. Te agradeço por sempre dizer que iríamos "ser alguém", por mostrar que a educação salva, mesmo sem sequer saber ler.

Dedico também aos meus tios. A Eldes Cândido por acordar de madrugada e me carregar pequena em sua bicicleta para a escola. E por depois me carregar pra lá e pra cá durante todos os anos de faculdade. Por trabalhar incansavelmente na sua serraria para conseguir pouco e dar tudo pra gente.

Também a Ana Cleyde por ter destinado sua vida para nos criar. Tia, sei que você nunca foi boa em dizer que nos ama, mas ao invés disso você dizia "paguei a conta do mercado".

Se hoje eu me formo e traço um futuro melhor, foi por ter vocês. Obrigado.

PRÓLOGO

"Então cerra os punho, sorria
E jamais volte pra sua quebrada de mão e mente vazia"
- Levanta e Anda - Emicida

Faz frio em Juazeiro, cidade do sertão da Bahia e o relógio marca 4h30m da manhã. São as primeiras horas do dia 20 de agosto de 2024 e, apesar do calor de mais de 30º ser costumeiro no período da tarde, às madrugadas o clima despenca. Agora, fazem 22º e não consigo dormir mais, pois estou ansiosa. Levanto e me arrumo: calça, blusa e coturno. Todos são pretos, uma cor sóbria para demonstrar respeito. Cerca de 4h depois, irei para o Conjunto Penal de Juazeiro (CPJ), presídio de segurança máxima localizado no norte do Estado da Bahia. Nunca fui a um presídio e isso me dá um misto de medo e empolgação. Estou me formando em Jornalismo em Multimeios pela Universidade do Estado da Bahia e escolhi fazer um livro-reportagem com relatos de internos sobre suas histórias de vida e a falta de políticas públicas para jovens periféricos. Um tema certamente audacioso para alguém no auge dos seus 23 anos de idade e com pouco conhecimento sobre questões do direito criminal. A importância da temática também me inquieta.

Às 7h30m, peço uma moto por aplicativo. É um caminho rápido da minha casa até a localização do CPJ, cerca de 10 minutos. Isso se dá pelo fato de que assim como minha residência, que fica no Argemiro, o CPJ também fica localizado distante do Centro da cidade. Mais precisamente, na BR 407, na saída de Juazeiro-BA para o distrito de Carnaíba. Durante o percurso, o caminho muda drasticamente de áreas comerciais, mercados e indústrias, para a presença constante de vegetação nativa - árida e seca, com pouco verde devido à época do ano -, com a existência de poucas moradias ao redor.

O prédio do CPJ é imponente e pode ser visto a metros de distância. A fachada é de cor amarela, desgastada pelo tempo. Nela, se destaca um grande letreiro escrito "Governo do Estado da Bahia/Sec. de Adm. Penitenciária e Ressocialização/Conjunto Penal de Juazeiro". Embaixo do letreiro, está um grande portão de cor verde musgo, com cerca de 6 a 8m, que dá passagem para a entrada no Conjunto. Por esse portão, entram carros de funcionários, os próprios funcionários e visitantes. Ao lado do portão, tanto à direita, como à esquerda, ficam duas portarias. Elas são vistas do lado de fora como um vidro escuro, cercado por um gradeado do mesmo tom de verde. Sobre o muro da fachada,

é possível ver cercas elétricas e arame farpado, que demonstram o perigo do lugar.

Ao redor da fachada, no terreno, pode ser vista uma cerca com altura em torno de 2m, formando um pequeno pátio nessa entrada. No centro da cerca, está um portão maior para acesso dos carros e um menor para a entrada dos visitantes. Ela também possui o mesmo tom de verde, escolhido por representar o Reviver, empresa que administra o presídio.

No entanto, apesar da imponência do prédio, a primeira coisa que me chamou atenção foi a quantidade de visitantes. Eles estavam por todos os lados e eram os mais diversos. Apesar de ser 8h da manhã, havia cerca de 50 pessoas aguardando e muitas pareciam estar há horas ali. A predominância era de mulheres que aparentavam meia-idade, seguido por mulheres jovens, crianças e idosos do sexo masculino. Eles eram pais, mães, esposas e filhos e também tinham em comum estar carregando várias sacolas plásticas, os chamados jumbos. Nos jumbos, carregavam diversos tipos de comida, como biscoitos, cuscuz, farofa, pães e frutas, além de bebidas, como refrigerantes, sucos e garrafas d'água; entre outros itens diversos, como maços de cigarro, dominós e produtos de higiene pessoal. A quantidade de sacolas e a espera árdua demonstravam que, apesar de terem cometido

crimes, os internos do CPJ ainda possuem famílias dedicadas e zelosas.

Para dar entrada no CPJ, estes familiares/visitantes devem ser cadastrados antecipadamente nas segundas-feiras. Nas terças e quartas são feitas as visitas e as quintas e sextas são dias de trabalho para os internos. Os já cadastrados tem seus documentos retidos para conferência e guardam fora da cerca. Do lado de fora [à direita de quem vê] tem um toldado rústico, onde estão bancos de pedra e duas cabines sanitárias ao fundo. Nesses bancos, e em pé, ao redor, estão dispostos os visitantes. O ambiente é de conversas amenas e despreocupadas, que indicam um convívio prévio.

Uma senhora idosa de cabelos brancos e saia jeans está ao meu lado e comenta com uma jovem sobre a permissão da entrada de crianças.

-“Trazer um filho pra um sofrimento desse… [sobre as visitas ao CPJ], nem grande, nem pequeno…”

- “Quero ver pai e estou com 18 anos, aí sim!”, responde a jovem que, em seguida, faz uma mudança brusca de assunto.

- “A comida que estão dando aos presos agora está tudo estragada, se a gente não trouxer… e a revista está mais rígida, semana passada uma mulher tentou entrar com droga dentro da banana!”, diz a jovem.

A idosa demonstra espanto.

- “...dentro da banana, dentro da laranja e dentro da marmita!”, continua a mais jovem.

- “Dentro da marmita até vai, agora dentro da banana, eu nunca vi!”, comenta a idosa.

- “Tiraram o miolo e depois colaram com superbonder!”, confirma a mais nova.

Observo que as conversas são também um recurso para que o tempo passe mais depressa. Afinal, ainda são 8h e as visitas só são permitidas a partir das 10h.

Entre os visitantes, o que predomina entre as vestimentas são calças jeans, blusas finas e sandálias de borracha. Ao chegar próximo do horário, eles são informados por um alto-falante e chamados pelos seus respectivos nomes, tendo em vista a realização do cadastro em momento anterior. O funcionário de dentro da portaria fala pelo microfone “Atenção, visitantes… [nomes]”, e os nomes mencionados têm a passagem liberada pelo guarda da cerca [primeira entrada], passando a esperar em fila indiana para entrar, logo mais, dentro do prédio.

Ao cruzarem o portão verde [segunda entrada], os visitantes têm suas digitais conferidas, recebem seu crachá identificado por número e tem seus jumbos inspecionados minuciosamente. A inspeção é feita por um grupo de

funcionários, que se localizam atrás de um balcão de madeira dentro desse pequeno espaço que lembra uma gaiola. Após a conferência, os visitantes passam pelo *body scan* [item que falaremos mais a frente] e, depois, tem acesso ao interior do presídio.

Ao encontrar meu orientador do TCC, Geilson Oliveira, informamos ainda do lado de fora da cerca sobre nosso intuito de ter uma reunião com a Diretora Adjunta do CPJ, Beatriz Barros. A partir dessa informação, somos encaminhados para dentro da fachada, na gaiola, onde fazemos nossa ficha cadastral como visitantes e, após sermos revistados com detectores de metais, passamos pelo segundo portão verde [terceira entrada] no fundo da gaiola, momento em que temos, então, acesso ao presídio.

Dentro, o espaço é amplo e vemos, à nossa frente, uma área em que um pequeno jardim está posicionado centralmente. Nele, estão árvores de pequeno porte e cactos diversos. À esquerda, ao longe desta área ampla aberta, está o pavilhão dos presos em semiaberto, onde podemos ver suas silhuetas de cócoras e trajes cor laranja.

Cerca de 15 metros à frente de onde entramos está o prédio administrativo e também o coração do presídio, que são os pavilhões. Falaremos deles mais à frente.

Ao acessarmos esse segundo prédio, somos recepcionados por um funcionário negro, careca, de meia idade. Ele está sentado à porta em uma cadeira e mesa escolar. Entre os funcionários, o traje predominante é a farda verde com a logo da empresa Reviver, calça cargo e coturno. O funcionário nos mostra uma recepção dentro do prédio, onde devemos nos sentar e aguardar sermos chamados.

O Conjunto Penal de Juazeiro abriga cerca de 1.105 presos e presas em regime inicial fechado e semiaberto. Gerida pela empresa privada "Reviver Administração Prisional" - que possui atuação em vários estados brasileiros -, a gestão do CPJ é fruto de uma parceria público-privada com o governo da Bahia.

Nesta primeira visita, nosso principal objetivo foi conhecer os responsáveis pelo CPJ, apresentar nossa proposta de pesquisa e demonstrar a sua importância e seus objetivos. Após esse momento, quando tivemos a primeira reunião com a diretora adjunta, voltamos aos nossos respectivos lares e marcamos o retorno para a semana seguinte.

***

No dia 30 de agosto de 2024, cheguei ao CPJ um pouco mais tarde, às 9h, seguindo o mesmo caminho. Como meu orientador teve que atender a outras demandas acadêmicas, desta vez, fui sozinha. Na ida, o motorista por aplicativo questionou se meu destino seria mesmo o presídio. Após a minha confirmação, perguntou se eu trabalhava lá. Informo que estou fazendo uma pesquisa e vejo seu semblante mudar. Imagino, neste momento, o julgamento que sofre os parentes dos internos ao se deslocarem para cada visita.

Era uma sexta-feira, dia em que não é permitido visitantes, então, sou a única presente ao descer em frente ao prédio. Ao entrar, o processo é o mesmo: pedir permissão pelo interfone no primeiro portão pequeno, caminhar cerca de vinte passos até a fachada, informar aos funcionários quem sou e me identificar com documento por foto. Desta vez, já possuo cadastro como visitante. Passo pelo segundo portão e sou encaminhada a um pequeno guichê ainda dentro da "gaiola", onde uma funcionária branca, de meia idade, óculos grossos e cabelos grisalhos, confere novamente meus documentos e questiona se eu já havia passado pelo *body scan*. Respondo negativamente, e ela me indica um instrumento metálico no canto da sala.

O *body scan* se parece com um grande cofre e passa essa impressão à primeira vista. Uma busca rápida na internet informa que ele é um aparelho de raio-x utilizado para a inspeção corporal dos visitantes, gerando imagens de alta definição e sendo capaz de identificar objetos ilícitos dentro dos bolsos e até dentro do bolo estomacal do indivíduo. A funcionária abre a porta e entro dentro da máquina.

- “Você tem que ficar olhando pra essa câmera aqui em cima. Embaixo de você tem uma esteira. Você fica parada e ela vai te levar até o fundo do aparelho. Quando chegar lá, você abre a porta na sua frente. Certo?”, orienta a senhora de meia-idade.

Confirmo com a cabeça, meio nervosa.

Sozinha dentro da máquina, me sinto meio claustrofóbica. Cerca de trinta centímetros me afastam da parede na minha frente e nas costas. Em relação aos lados, o raio-x deve ter cerca de menos de dez passos de comprimento.

Enquanto leio os avisos na parede ao lado da câmera, a esteira é iniciada e sou transportada do lado inicial até o final do aparelho, o que também provoca um pouco de vertigem. O processo dura menos de um minuto e desço rapidamente. Apesar do desconforto gerado, lembro que foi a

adoção de aparelhos como esse que interromperam os métodos invasivos como revistar os visitantes por meio do toque ou até a necessidade de que eles retirassem suas roupas e ficassem em posições constrangedoras. Quem nunca ouviu falar de “agachar em frente ao espelho”?

Após passar pelo *body scan* e ser liberada, desta vez, ao chegar ao prédio administrativo, sou aguardada pela Assistente Social, Denise Leal, que que me acompanhará em uma visita para conhecer os prédios e a estrutura da instituição. Loira, de altura média e voz potente, Denise demonstra já estar há alguns no CPJ. Juntas, passamos pelo corredor principal, onde se encontram os setores administrativos, e por outro corredor, onde se localizam os profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, psicólogos, psiquiatras, dentistas; entre outros profissionais, como advogados e professores.

De lá, seguimos para a triagem, local em que são deixados os internos ao chegar ao presídio e também de onde são remanejados para os pavilhões aqueles que já possuem uma condenação, e para os módulos, aqueles que ainda aguardam um julgamento. A triagem é uma sala aberta cinza de chão queimado. À sua frente, podemos ver um cômodo com uma porta de metal e a nomenclatura “Parlatório”

acima. Os parlatórios são os locais reservados para o preso falar com seu advogado ou com os visitantes.

A esquerda do parlatório fica o Pavilhão A e a direita o Pavilhão B, onde estão em média 256 internos em cada. Segundo a administração, em agosto de 2024, quando essa visita foi realizada, o CPJ contava com 1.105 internos, distribuídos entre os pavilhões, os módulos, a ala feminina e masculina e o semiaberto, sendo que há capacidade para até 756 presos (segundo o Relatório de Informações Penais, RELIPEN)[1]. Ou seja, há um *superávit* de 349 internos. Aqueles que não possuem cama, dormem no chão ou em colchonetes.

Do lado de fora dos pavilhões, que são fechados por duas grades, dá para ver um funcionário de vigia e os presos caminhando livremente pelo espaço da galeria que dá acesso às celas. O prédio onde as celas estão situadas é dividido a partir de andares, onde também estão salas de aula, uma biblioteca e, no centro do pavilhão, está um campo de futebol verde cimentado, no qual os presos podem também pegar sol.

Conheço também a cozinha, que se localiza próxima aos pavilhões. Esse espaço é grande e abafado e possui um

[1] Relatório de Informações Penais (RELIPEN), 2024.

cheiro forte de alimentos sendo preparados. No vai e vem do considerável número de funcionários de touca, estão também os próprios internos que trabalham para diminuir sua pena. É possível ver enormes cuscuzeiros preparando arroz, carne e feijão preto. Depois de cozinhados, são colocados em marmitas junto com as verduras. As marmitas são colocadas em caixas plásticas azuis e levadas em carrinhos para os pavilhões. Na volta, podemos ver no mesmo corredor uma padaria e um refeitório sendo reformado.

Novamente fora do prédio administrativo, podemos ver o pavilhão dos presos semiabertos, o canil dos cães policiais e alguns prédios que estão sendo construídos para fins operacionais e para ministrar novas oficinas.

Ao fundo, se encontra o prédio da ala feminina, bem menor que o destinado aos homens. Até a data desta visita, contava com 41 internas. Visualmente, segue o padrão amarelo, de tijolos, rodeado por uma cerca elétrica. Em termos estruturais, possui apenas 6 celas, com 4 camas, ou seja, 17 internas têm que se acomodar em colchonetes no chão. No final do pavilhão feminino, é possível ver uma pequena área de sol com varais de roupa.

Por fim, visitamos os módulos. Eles vão de 1 até 4 de acordo com a tipologia criminal e a periculosidade, em leves e mais graves. Como já dito anteriormente, nesses módulos,

ficam os internos que ainda não passaram por julgamento, divididos em 12 celas em cada um desses espaços.

Se distinguem dos demais por serem prédios brancos de tamanho médio. Ao entrar no módulo, vemos o portão de ferro que fecha a galeria das celas e uma escada que leva à galeria dos agentes penitenciários. De cima, nesse corredor, podemos ver a galeria dos presos aos nossos pés e os mecanismos de tranca e destranca das celas. Esta posição é estratégica para que os agentes possam ver a movimentação, que também é monitorada pelas câmeras de segurança, que só não estão dentro das celas.

No centro do módulo, também há um solário, menor em diâmetro que os dos pavilhões, onde estão dispostas mesas de ferro brancas. Presos com muitas tatuagens se movem pelo espaço, utilizando camisas e calças azuis, conversando, sentados no chão ou jogando dominó. Ao olhar para observar os internos, eles notam minha presença e me sinto nervosa.

Peço a um dos agentes para entrar em alguma das celas que estejam vazias, para vislumbrar os espaços onde seres humanos passam tanto tempo confinados. Me levam até uma disciplina, que são celas provisórias para internos dos módulos que não podem entrar em contato com

inimigos, que causaram alguma contenda ou infringiram as normas do presídio.

Ao entrar na galeria e adentrar a cela, meu primeiro questionamento foi o quão pequeno era aquele ambiente. Com cerca de 3 metros por 2 de largura, possuem capacidade, na teoria, para apenas duas pessoas. São duas camas à direita, dispostas como um beliche e, na esquerda, há uma mesa. A cama e a mesa são separadas por uma divisória, onde, atrás, à direita, fica um vaso sanitário, com um chuveiro acima e, à esquerda, um tanque de roupas. Todos os ambientes, pia, vaso, parede e cama, são feitos de mármore. Da porta que você entra, até a janela com grade no final da cela, deve dar em média vinte passos. Menos ainda nas laterais. O portão da cela é de ferro cinza e fechado, com apenas uma abertura para a entrega das marmitas.

Nas celas normais dos módulos, ficam cerca de 8 presos para 4 camas. Esses espaços possuem 4m de comprimento por 2m de largura. O restante do espaço interno é disposto igual nas disciplinas.

Além do pouco espaço, a segunda coisa que me chamou atenção na cela da disciplina foi o desenho de uma cruz na parede próxima a uma cama. Feito de lápis por algum dos internos, referia-se ao álbum “Sobrevivendo No Inferno”, dos *Racionais MC’s*, grupo de *rap* de São Paulo.

Formado por *Ice Blue*, *Mano Brown*, *Edi Rock* e *KL Jay*, os *Racionais* lançaram, em 1997, este que ficou conhecido como uma das grandes obras primas da música popular brasileira. No álbum, os *Racionais* apresentam, pela primeira vez na música, o ponto de vista periférico, daqueles que tentam sobreviver em meio às adversidades de uma realidade desigual e violenta. Inclusive, na música "Diário de um detento", os *Racionais* utilizam cadernos de um dos sobreviventes do massacre do Carandiru, sendo a canção uma construção coletiva da comunidade carcerária[2]. Só com esse pequeno resumo é possível constatar o porquê do álbum ter se tornado um sucesso nas periferias e dentro das unidades carcerárias: por retratar uma realidade invisibilizada.

Este também é um dos propósitos deste livro-reportagem.

***

Vivendo desde os três anos no bairro do Argemiro, a falta de políticas públicas, a desigualdade social e a violência sempre estiveram presentes na minha realidade. Criada pelos

[2] RACIONAIS MC'S, 2018.

meus avós e tios, que vivem da marcenaria, moro em uma das poucas ruas que eram asfaltadas nos anos 2010. No entanto, como as outras, não possuía esgotamento sanitário. Um fato marcante foi em 2013, quando um vizinho foi assassinado ao lado de nossa residência.

Naquela noite, já havíamos começado nosso ritual familiar de tomar banho, jantar e seguir para nossos quartos, quando houve uma súbita queda de energia. Não estranhamos, pois são recorrentes no bairro quedas por defeitos na rede elétrica ou como consequência de travessuras de crianças e suas bolas de futebol. Quando ocorrem faltas de energia, é costume dos vizinhos se sentar em frente às suas casas e conversar para socializar até a hora de dormir ou para espantar o calor. Já era uma hora avançada, então, eu e minha família ficamos dentro de casa. Mas, com o silêncio pela ausência da poluição sonora de televisores ou rádios, dava pra escutar toda a movimentação nos entornos.

Lembro-me de escutar um carro vindo em alta velocidade pelo final da rua, acelerando e, em seguida, uma grande sequência de tiros. Segundo foi contado ao meu tio no dia seguinte, este carro chegou na rua e perguntou a este vizinho o seu nome. Ele, que estava em uma bicicleta, respondeu. Em seguida, os motoristas do carro começaram a

persegui-lo. Enquanto ele tentava fugir no veículo, os passageiros efetuavam os disparos. No dia seguinte, vimos que várias casas do percurso foram alvejadas pela quantidade de balas. A pessoa que foi abordada e tentou fugir em sua bicicleta não conseguiu ir muito longe e foi assassinado na esquina da rua, ao lado de nossa casa.

Enquanto isso, dentro de casa, estávamos em pânico. Eu tinha na época doze anos. Meu irmão menor, nove. E minha irmã mais velha, quatorze. Começamos a chorar de medo. Nos juntamos todos no chão da nossa casa com nossos tios e avós, esperando que acabasse. O barulho era alto e, depois que se encerrou, foi seguido pelos gritos e choros das pessoas que presenciaram o acontecimento e pelos parentes do jovem. No dia seguinte, também ficamos sabendo que o primeiro a chegar e avistar o corpo desfigurado foi o avô do jovem, que não sabia que se tratava dele. Depois, também nos informaram que a possível causa da morte era dívida por consumo de drogas.

Esta foi a primeira, porém, não única situação de violência ou vulnerabilidade social que presenciei. Já vi moradores da casa da frente, menores de idade, passarem a noite com uma pequena fogueira em que acendiam pedras de crack. Já fomos varrer nossa porta e encontramos comprimidos de metanfetamina esquecidos. Pontos de tráfico

de drogas, as chamadas “Bocas de fumo”, são abertas e funcionam bem próximas. Sem mencionar os comentários que sempre chegavam sobre conhecidos mortos, presos e esfaqueados.

No meu processo de crescimento, sempre me questionei o que faria alguém adentrar a vida do crime. “Porque alguém iria querer morrer?”. Não sabia que as questões que envolvem a criminalidade são muito mais complexas do que apenas “querer”. E é sobre esses fatores que trata este livro. Mais especificamente, sobre a falta de políticas públicas que permeiam a vida do morador da periferia, as quais podem se constituir como condição de possibilidade para entrada nesse mundo há pouco relatado.

***

Minha residência se localiza no bairro Argemiro, posicionada entre os bairros Piranga I, Piranga II e Malhada da Areia, onde o tráfico de drogas é uma realidade inegável. Indiscutível também é que a existência dos jovens dessas áreas é permeada pela pobreza, influência do vício dos pais, da violência familiar, da falta da estrutura educacional e precariedade de moradia, que influencia também na

exploração infantil[3]. Apesar de remanescente da periferia, tenho consciência que na minha trajetória há privilégios, como ter tido oportunidade de focar em meus estudos, ter estudado até o ensino fundamental em escolas particulares e adentrar os muros da Universidade Pública.

Foi dentro dos muros da Universidade que o exercício do pensamento crítico me fez compreender que há problemáticas profundas que merecem ser destacadas ao se tratar de delitos e que se a realidade assim se apresenta é porque "há questões e situações que contextualizam os acontecimentos, que antecedem sua eclosão no espaço social"[4].

É importante deixar claro que este livro-reportagem não tem a intenção de generalizar ou relacionar a população periférica como criminosa ou reforçar estereótipos nocivos a esse grupo. Sabemos que a periferia é um espaço plural, onde também há pessoas que se destacam em vários espaços e que conseguem, apesar dos desafios relacionados à raça, classe social e gênero, conquistar uma posição na sociedade e empregos dignos. No entanto, não podemos negar que as condições de vida nas periferias são marcadas pela vulnerabilidade social e pela violência, que são

[3] Fonseca, 2013.
[4] Lima, 1993, p. 22.

consequências da grande desigualdade social no Brasil, e que poderiam ser diminuídas ou combatidas com políticas públicas eficazes.

Dito isso, justifico a importância da produção deste livro-reportagem pela urgência de refletir e problematizar sobre os fatores que favorecem o envolvimento de jovens do bairro Argemiro, em Juazeiro - BA, com a criminalidade, atentando para as suas relações com o campo das políticas públicas (especialmente, a sua ausência), a fim de contribuir para possíveis providências preventivas frente aos poderes públicos no sentido de modificar essa realidade. Para os internos, esta é uma oportunidade de possibilitar um espaço de fala em que suas vivências possam contribuir para uma mudança social.

Neste ponto, uma das justificativas da escolha desta temática está em enxergar que além de internos, esses indivíduos possuem uma realidade que poderia ser a minha. Como futura jornalista, essa produção tem um papel social transformador, pois o jornalismo possibilita visibilidade a grupos e temáticas antes marginalizadas. Embora, em alguns casos, essa exposição na mídia possa reforçar estigmas e estereótipos, é importante ressaltar que esse não é o enfoque que busco promover. Minha intenção é, na verdade,

problematizar questões que, frequentemente, são naturalizadas.

Para a comunidade acadêmica, adentrar esta realidade, mesmo que de maneira indireta, é uma oportunidade de encurtar o distanciamento dessa população isolada, ignorada e subjugada. Experienciar e ter contato com esses relatos também é possibilitar que os discentes e futuros jornalistas, assim como outros potenciais leitores, compreendam que há diferentes abordagens que podem ser empregadas ao se tratar de casos criminais e que existe um contexto sociocultural envolvido atrás de cada furto, tráfico ou assassinato.

A escolha pela construção deste livro a partir de um recorte constituído por homens, jovens, do bairro Argemiro e que cometeram homicídios, roubo/furto ou tráfico de drogas se dá pelo fato de que não só a população carcerária do Brasil, como a do CPJ, é formada em sua maioria por homens (96%)[5], considerando também que os jovens são aqueles com maiores níveis de prática de violência, como também os que mais são mortos no Brasil[6]. Já sobre a tipologia criminal, foi pensada a partir da maior recorrência desses delitos no Brasil e em Juazeiro.

---

[5] Relatório de Informações Penais (RELIPEN), 2024.
[6] Atlas da Violência, 2024.

***

Levando em conta esses aspectos, para composição deste livro, além das visitas já descritas, no dia 07 de novembro de 2024, retornei ao Conjunto Penal de Juazeiro e entrevistei ao longo de seis horas, três internos com as características anteriormente apontadas. Em uma das salas da instituição, das 10h até as 16h, foram coletados, por meio de entrevistas, fragmentos da história de vida desses jovens que deram entrada no CPJ no ano de 2023 e que, de livre e espontânea vontade, concordaram em participar da nossa produção. Os internos foram informados sobre a proposta do trabalho e assinaram, após apresentação, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com efeito, vale ressaltar que os relatos aqui transpostos seguiram, articulado ao TCLE, os pressupostos apontados na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tendo como objetivo a proteção dos internos.

Por esse motivo, utilizaremos para a construção dos relatos a serem apresentados ao longo dos capítulos deste livro-reportagem, dados estritamente necessários para problematizar a pauta central da nossa proposta - a relação entre a ausência de políticas públicas e os efeitos para a vida

dos jovens. Os nomes dos internos entrevistados, assim como informações pessoais que possam identificá-los foram, nesse sentido, anonimizados. Utilizaremos, com vistas a identificá-los ao longo do livro, de pseudônimos, a saber: *Pedro*, *Canaã* e *Cícero*, que são também nomes de ruas existentes no bairro do Argemiro: *São Pedro*, *Canaã* e *Padre Cícero*. Ressaltamos, no entanto, que esses nomes foram escolhidos de forma aleatória, não havendo nenhuma correspondência entre os internos e as respectivas ruas.

Além de ser construído com base nas entrevistas realizadas juntos aos internos, o livro também conta com entrevistas com especialistas em Direito Penal e Psicólogas Sociais com estudos no contexto prisional. Essas entrevistas tiveram como objetivo entender e problematizar os relatos dos internos e trazer conteúdos adicionais para fomentar nossa hipótese dos efeitos da ausência de políticas públicas na visão do Direito, e na formação biopsicossocial desses indivíduos, objetivando uma perspectiva mais abrangente da situação social investigada.

Ademais, como fontes oficiais, realizamos entrevistas com o Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Juazeiro, a responsável pelo Centro de Referência da Assistência Social

(CRAS) da Malhada da Areia e o Presidente do Conselho de Juventude de Juazeiro em 2024.

As fontes especializadas, assim como as oficiais, serão identificadas a partir de suas profissões, estratégia utilizada como um recurso de proteção. No que se refere aos moradores do Argemiro, que compõem o Cap. I, utilizaremos de pseudônimos, tal como foram empregados aos internos. Assim, eles serão também nomeados com nomes de ruas aleatórias do bairro em questão: Av. São Francisco e Rua Conceição. Ou seja, Seu Francisco e Dona Conceição.

O título do livro - "Filhos do Guerreiro Ilustre" - decorre do fato de que segundo o dicionário *infopédia*, da Porto Editora, o nome Argemiro, em sua origem teutônica, tem como significado "combatente ilustre ou guerreiro ilustre"[7]. Penso ser poético que o nome do bairro, aqui tomado como um dos recortes da pesquisa, aluda à um cotidiano permanente dos moradores e dos internos: travar uma batalha constante pela sobrevivência.

Espero que mais do que apenas um Trabalho de Conclusão de Curso, este livro atue de maneira significativa para ser um agente transformador, seja para os estudantes de

[7] Infopédia, 2025.

Jornalismo, para os internos ou para outros jovens que, como eu, possuem suas raízes em bairros carentes. Que possamos adentrar os muros da Universidade, colher frutos e jamais voltar para a nossa quebrada de mãos vazias.

Boa Leitura!

CAPÍTULO I:
DA MINHA TERRA, A RAIZ

Juazeiro, na Bahia, é uma cidade bastante conhecida dentro do Estado. Seja por ter sido eternizada na canção de Chico Agra e Jorge de Altinho, consagrada na voz de Luiz Gonzaga - “Petrolina Juazeiro”; por juntamente com sua vizinha, Petrolina, ser um polo da fruticultura irrigada, distribuindo uva e manga para todo o país[8]; ou por ser a origem de celebridades como a cantora Ivete Sangalo; o pai da Bossa Nova, João Gilberto; e o jogador de futebol, Daniel Alves. Ou ainda, pelos seus pontos turísticos, como a ponte Presidente Dutra, o Vapor Saldanha Marinho, as diversas ilhas e lendas, como a do Nego D’Água e a da serpente presa na Ilha do Fogo por três fios de cabelo.

A cidade foi localizada em 1706, pelos Jesuítas, que estavam na região realizando a Missão de Juazeiro. Esta decorria devido ao achado da imagem de Nossa Senhora das Grotas, futura padroeira da cidade, por um dos habitantes indígenas que ali residia. O local do marco é incerta, porém, acredita-se que tenha ocorrido à sombra do Juazeiro Velho, árvore nativa da região e que denominaria o que viria ser o município[9].

Banhada pelas águas do rio São Francisco, Juazeiro se tornou cidade em 15 de julho de 1878 e, hoje, ao longo

[8] Giudice, 2015.
[9] Dourado, 1978.

dos seus 146 anos, tem cerca de 254.481 habitantes, segundo o IBGE (2024)[10]. Fruto do seu desenvolvimento, surgiram cerca de 60 bairros[11], que foram aparecendo de maneira desordenada ao longo de sua história, seja pelas corriqueiras inundações devido a cheia do rio nos bairros próximos a orla[12], a emergência dos loteamentos clandestinos ou por ações municipais de expansão da cidade.

Um desses bairros é o Argemiro, situado a cerca de 4km do centro da cidade, possuindo o total de 2.638 moradores[13], podendo ser considerado como um bairro periférico, tendo em vista, como propõe D'Andrea (2020), que o conceito de periférico é aplicado para denominar um território geográfico, o qual possui como principais características a pobreza, precariedade e distância em relação ao centro[14]. Camargo et al. (1976), por sua vez, utiliza o conceito para designar áreas da cidade destinadas principalmente à moradia da população trabalhadora de baixa renda. Entre suas características estão: a ausência de infraestrutura (iluminação, rede de água e esgoto), alto tempo

[10] IBGE, 2024.
[11] Vale Norte, 2024.
[12] Dourado, 1978.
[13] Dados fornecidos pela Unidade Básica de Saúde do bairro Argemiro, 2024.
[14] D'Andrea, 2020.

médio de trajeto, ruas irregulares e ausência de pavimentação, e a grande concentração habitacional nas moradias. Desta maneira, na formação do país, enquanto os centros urbanos recebiam um alto investimento público e tinham seus lotes encarecidos pelo sistema imobiliário, a população carente era expulsa para as áreas mais distantes, onde poderiam pagar uma habitação (favelas e periferias)[15]. Disso, decorreu a formação de bairros periféricos, como o Argemiro, em Juazeiro - BA.

***

O Argemiro é um dos bairros mais antigos de Juazeiro e sua história se inicia em 1910, menos de quarenta anos depois da instituição da cidade. Na época, um vaqueiro chamado Argemiro José da Cruz veio do município de Curaçá para a recém-criada Juazeiro, com sua mulher e seus quatro filhos, em busca de melhores oportunidades de vida. Ao pedir moradia aos padres da região, foi informado que poderia se instalar nessas porções de terra desabitadas, que tinha sua paisagem composta unicamente por uma vasta área de vegetação rasteira característica da caatinga. Almejando a

[15] Camargo et al.,1976 apud Tanaka, 2021.

sobrevivência da família no Semiárido, estabeleceu-se próximo a uma lagoa, construindo uma fazenda chamada Santa Rosa, passando a viver do que conseguia colher, além da criação de gado e caprina.

Segundo Everaldo Rodrigues, neto de Argemiro José da Cruz, com o passar do tempo e o crescimento do local, a nomenclatura “Santa Rosa” foi sendo deixada de lado pelos visitantes que diziam “vou visitar seu Argemiro”, “vou em Argemiro” e, assim, o autônimo surgiu[16].

Nessas terras, os filhos de Argemiro José da Cruz cresceram, casaram-se e foram embora. Neto de Argemiro e filho de Adelaide, filha do fundador, Everaldo, que mora desde criança no bairro, conta que somente em 1972 o local começou a ter um desenvolvimento significativo.

- “Chegou o desenvolvimento, mais ou menos em 72. Chegou primeiro água encanada e tivemos um chafariz. Tinha pouca gente ainda, não tinha nem casa nessas ruas… não tinha casa nenhuma, e aí foi cavando a valeta. O chafariz foi cavado por nós moradores mais velhos do Argemiro, Malhada da Areia [bairro vizinho]... E aí é a história do começo do bairro Argemiro, porque tudo aí era fazenda, não tinha nome de bairro nem nada, não era bairro”- comenta

[16] Escola Municipal Argemiro José da Cruz. **História da Escola Argemiro.** YouTube, 2024.

Everaldo em trecho retirado de vídeo no Youtube[17]. Provavelmente, os "chafarizes" a que ele se refere são as fontes públicas, que existem desde o período colonial como uma possibilidade de suprir a falta de água em lugares mais isolados e que eram distribuídas em locais centrais nos bairros sem saneamento[18].

Após a chegada da fonte pública, Everaldo conta que começaram a ocorrer as "invasões de terra" ao redor do reservatório, onde novos moradores alocavam-se nas chamadas casas de taipa[19], criando um conjunto de assentamentos irregulares. A solução vista pela Igreja Católica, que possuía lotes de terra no local, e pelos antigos moradores, foi criar uma Associação, legalizar seus terrenos e reivindicar melhorias. Fruto dessa luta, chegou, alguns anos depois, a energia e a água encanada.

Em 14 de Dezembro de 1998, o Argemiro se tornou oficialmente um bairro por meio da Lei nº 1.547/98, promulgada pelo Prefeito Rivadávio Espíndola. Seu território

---

[17] Escola Municipal Argemiro José da Cruz. **História da Escola Argemiro.** YouTube, 2024.

[18] Murtha, Castro, Heller, 2015.

[19] "As casas de taipa são estruturas habitacionais construídas com a técnica ancestral de compactação de materiais naturais, como argila, areia, palha e água, para formar paredes, painéis e até mesmo tijolos, no caso das casas de adobe". Casas de taipa. Disponível em: https://chaledemadeira.com/casas/casas-de-taipa/#google_vignette. Acesso em: 19 dez. 2024.

compreendia os loteamentos Alvorada, Jardim Brasil, Manoel Nicócio, Padre Cícero e Paulo VI e os conjuntos habitacionais Piranga I e Piranga II. Mais tarde, a Piranga I e II se tornaram bairros independentes e outros surgiram e se desmembraram do Argemiro, como o Padre Vicente e o Antônio Conselheiro.

Seu Argemiro, o personagem que dá nome ao bairro, morreu em 1950, aos 80 anos de idade, e não pôde acompanhar a evolução do seu território.

***

Caminhar atualmente em 2024 pelas ruas de asfalto, na maior parte da área do bairro, é pensar que há cinco anos este era um sonho de muitos moradores da localidade. O cenário se contrapõe às casas humildes construídas há muitos anos e que descascam a pintura, ou que ainda estão apenas no reboco; as escassas casas de taipa; e as novas construções, em sua maioria, fruto de financiamento em bancos, o que aos poucos foi se multiplicando devido o maior acesso a partir de programas sociais.

Em frente às residências, tentando fugir do calor de mais de 35º graus, os moradores se sentam em cadeiras plásticas e conversam sobre os últimos acontecimentos. Ao

seu redor, no chão, crianças brincam de montar e desmontar brinquedos, grande parte delas, descalças, o que também ocorre com as que jogam futebol - no campinho de terra, idealizado pelos vizinhos das proximidades, ou na quadra pequena de concreto da Escola Municipal Argemiro José da Cruz. Somado a isso, ainda estão diversos mercadinhos, padarias, farmácias, verdurões, salões de beleza, entre outros pequenos negócios e uma incontável quantidade de barzinhos. Imensurável também é o número de animais abandonados que permeiam a vizinhança, como os domésticos comuns: cachorros e gatos, para além dos inusitados, como cavalos, burros e galinhas.

Em uma dessas ruas simples com chão de cascalho, mora dona Conceição. De fora, sua residência é cercada por um muro rebocado de tamanho médio, que demonstra ter sido construído nos últimos anos. Já a casa, parece ser bem mais antiga. Do lado de dentro, a fachada com tinta amarela descascando se opõe a um pequeno jardim que é cuidado com carinho. No interior da moradia, todo espaço demonstra a humildade dos residentes: o chão de cimento vermelho queimado, móveis antigos e cedendo com o tempo, combinados com fotos de parentes falecidos e santos da Igreja Católica.

Dona Conceição é uma idosa com baixa estatura, de voz baixa e gestos doces. Dos seus 74 anos de idade, 49 se passaram no bairro do Argemiro. Filha de doméstica e servidor público, foi criada de maneira simples juntamente com seus cinco irmãos no bairro do Quidé, há menos de dois quilômetros de onde mora atualmente. Foi em uma festa familiar que seu destino se cruzou com o de seu marido, Edvaldo Rodrigues. O encontro poderia ser predestinado desde o nascimento, haja vista que o pai de Edvaldo era irmão da avó de Conceição.

Edvaldo Rodrigues, marceneiro de profissão, era também filho de Adelaide e Cícero, único irmão de Everaldo e um dos netos de seu Argemiro. Após o romance iniciado na festa de um tio distante, Edvaldo e Conceição namoraram, casaram e tiveram seis filhos. Quando veio viver com seu marido no bairro do Argemiro, em 1975, o avô dele e fundador do bairro - seu Argemiro - já havia falecido e o local começava a dar sinais de crescimento. Quando seu sogro, Cícero, morreu aos 60 anos de mal súbito, dona Adelaide, viúva, veio morar com a família também.

- “Aí a senhora veio pra cá em que ano?” - questiono a dona Conceição.

- “1975… tinha poucas casas, tinha mais mato quando eu vim pra aqui. Depois começou a chegar umas vendinhas”, comenta dona Conceição.

- “E os bairros ao redor já existiam? A Piranga 1, Piranga 2?”

- “Não. A Piranga 1 surgiu lá em 94. Eu sei por que foi na mesma época que mataram meu filho, né? Depois, quando eles fizeram esse bairro que começou... esses roubos, essas coisas…” - conclui, cabisbaixa.

Assim como ocorre com a maioria das experiências em áreas periféricas, a vivência de Conceição também foi marcada pela proximidade com a criminalidade. Em 1995, seu filho de 17 anos foi assassinado nas imediações de sua residência, vítima de uma tentativa de assalto enquanto andava de bicicleta.

- “Desde esse tempo de 95, de 94 mais ou menos para cá ficou perigoso. Antes, a gente dormia no muro à vontade, não acontecia nada. Depois começaram a roubar as roupas no varal… já entraram quando a gente morava numa outra casa, invadiram e levaram algumas coisas”, conta Dona Conceição.

A antiga casa de Conceição e sua família, na qual viveram por muitos anos, ficava há poucos metros da atual e era mais simples ainda, feita de taipa. Sentada no seu sofá,

tem em mãos uma bolsa de plástico contendo fotografias antigas que, ao serem vistas, reviram as memórias de seu passado: nascimentos, casamentos e festas da Igreja. Relíquias de uma vida feliz no Argemiro, apesar das dores que carrega no peito.

- “Aqui foi onde eu tive meus filhos, criei meus filhos. Aconteceu essas coisas ruins, mas a gente sabe que é a vida, né? Não tem para onde ir. Mas, graças a Deus, os meus filhos até agora ainda não foram para o lado errado, né?”, comenta.

Com o trabalho doméstico, Conceição conseguiu, juntamente com seu finado marido, Edvaldo, criar os cinco filhos restantes, que se tornaram pedreiro, vigilante, pedagoga, técnica agronômica e agente de endemias. Edvaldo faleceu aos 68 anos, em 2012, após uma parada cardíaca.

***

No bairro do Argemiro ainda existem os apaixonados por suas origens “argemirenses”, como seu Francisco, morador de uma casa confortável junto com sua esposa e seus sete filhos. Aos 68 anos de vida e 30 anos apenas no

Argemiro, Francisco afirma que jamais mudaria para outro lugar.

- “Quando me perguntam, ‘o senhor mora onde?’, aí eu digo, ‘eu moro em meu querido Argemiro’. Entendeu? As mulheres deram risada” - se referindo a uma história ocorrida - ‘Mas é querido mesmo? Por quê, seu querido?’. ‘Porque é o bairro que eu moro, dou todo o valor do meu bairro que eu moro’. ‘E ele é tão bom assim?’. ‘Para mim é. Agora, se tem alguém que bota defeito no bairro, eu não sei. Agora, para mim, é meu querido Argemiro. De lá eu não saio, de lá ninguém me tira, só Deus, porque foi Deus que me colocou’. Aí o povo dá risada”, conta seu Francisco, dando gargalhada de sua própria devoção.

Apesar de amar o local onde mora, seu Francisco não nasceu nem no bairro e sequer nesta cidade. Com origem em Campo Formoso, cidade baiana há 150 km de distância, seu Francisco veio com sua família para o Salitre, distrito rural de Juazeiro. Depois, passou uma temporada em São Paulo e, por fim, retornou ao Salitre. Explica que apesar de gostar do distrito, decidiu retirar-se porque, na época, não havia escolas para seus filhos[20].

[20] Segundo pesquisas realizadas, o distrito do Salitre conta hoje com cerca de 15 escolas.

- “Eu vim pra Juazeiro. E morei... faltou 14 dias para completar 2 anos, ali na Piranga 1. Aí no dia 22 de julho de 94 eu vim pra cá, para o Argemiro e tava procurando comprar um terreno aqui. Achei um terreno, mas não sabia quem era o dono. Fui procurar seu Edvaldo: ‘Seu Edvaldo, o senhor não sabe quem é o dono daquele terreno ali?’, ele disse, ‘O dono daí é esse pessoal aí da frente. Por quê?’ ‘Porque eu tô interessado em comprar um terreno’. Aí eu vim aí conversar com ele. Edvaldo disse ‘Por que o senhor vem me perguntar?’ Aí eu falei, ‘porque eu sou de raiz’” - [em referência a uma pessoa que tem história, fundamento, tradição] - “Aí chegando aqui, escutei falar que o morador mais velho desse bairro era o pai dele, que se chamava Argemiro”.

Seu Francisco conta ainda que, em 2008, após uma visita ao antigo colégio Rubina de Melo Moraes, foi sua indicação a troca da nomenclatura da escola para uma homenagem póstuma ao fundador do bairro, Argemiro. Na época, a escola havia se tornado municipal e estava coletando indicações de possíveis nomes:

- “Ela disse [em referência a uma servidora da escola] ‘nós estamos com uma listazinha aqui’. Me mostrou a lista no caderno. ‘O nome mais cotado é Edésio Santos, um escritor lá do Angari’. Eu falei, ‘olha... Não discriminando o

Edésio Santos, mas eu sou de raiz… eu acho que deveria colocar como nome do colégio, o nome do fundador do bairro'. Aí a mulher falou, 'o senhor sabe quem é?' Eu falei, 'olha, quando eu cheguei aqui, me falaram que quem fundou, foi um senhor que se chamava Argemiro. E ele tem um filho, que mora bem ali'. Ela anotou o nome, tudo bem. Aí para a minha surpresa, quando estava com uns meses, eu saí para a rua. Quando eu cheguei no ponto de ônibus, que era no portão do colégio, estava o nome: Centro Educacional Argemiro José da Cruz".

Hoje, o colégio não se caracteriza mais como Centro Educacional, mas como Escola Municipal e mantém o mesmo nome apontado por Seu Francisco: Escola Municipal Argemiro José da Cruz, estando situado também no mesmo local, na Avenida Girassol, nº 67.

Seu Francisco relata que seus filhos estudaram no "Rubina" durante todo o período escolar, mas que quando percebia que eles estavam com dificuldade no aprendizado, pagava também uma professora particular para dar aula em casa, os chamados "reforços". Para ele, a educação sempre foi o caminho para manter seus sete filhos fora da criminalidade.

- "Porque eu culpo muitas coisas aos pais. Você vê criança, 10/11 horas da noite, criança desse tamanho [aponta,

com as mãos, indivíduo de baixa estatura] nas calçadas, no meio da rua, sozinho, xingando uns aos outros. Um dia desses, jogaram uma pedra em mim [...]. Aí eu falei ‘ah, vocês fazem isso, sabe por quê? Porque vocês não têm educação. Os pais de vocês não educam vocês’. Talvez, me desculpe, mas talvez também os pais não foram educados, para dar educação aos filhos. ‘Vocês talvez não estudam - se referindo às crianças da rua - para ter alguma coisa na mente, vivem com a mente voando, perambulando’. Olha, eu vim de lá, do Salitre, porque na época não tinha escola para as crianças, nós viemos embora para botar os meninos na escola e não nos arrependemos. Hoje, os que já tem faculdade, trabalham na profissão deles. As duas mais velhas estão terminando a faculdade ano que vem. Os outros mais velhos já estão se programando para fazer também. Tem que estudar porque mantém a mente ocupada com coisas boas, né?” - afirmou.

Importante ressaltar que a posição social de seu Francisco é mais favorável que a da maioria dos moradores ao redor. Apesar de pobre, possui uma aposentadoria, uma roça no Salitre e, como ele disse, filhos que estudaram e estão empregados. Sua casa é confortável, própria, possui pintura recente, móveis novos e possui uma vida feliz e digna. Durante a entrevista, estava vendo o jogo do

Corinthians em uma televisão de mais de 40 polegadas e sentado em um sofá novo de cor verde. A sua situação, no entanto, não pode ser caracterizada como um privilégio. Trata-se, muito mais, do acesso a direitos básicos, o que, infelizmente, não é alcançado pela maioria dos moradores do bairro.

Ao comentar sobre o amado bairro Argemiro, Seu Francisco é enfático em ressaltar que, apesar da sua evolução com o tempo, ainda há muito o que ser feito.

- “O bairro evoluiu comparado com o que era antes...” - relacionando ao período que chegou no Argemiro. “Aqui não existia farmácia, supermercado, padaria… Aliás, tinha só uma padaria de pãozinho caseiro ali. Hoje, tem muita coisa, muitas casas boas, é um bairro que não merece ser menosprezado. Ainda falta a Prefeitura fazer muita coisa, porque assim o bairro vai evoluindo também. Olha só esse grande Colégio que tem aí agora, né?” - referindo-se ao Colégio Estadual de Tempo Integral Paulo José de Oliveira, localizado na Rua Imperatriz e inaugurado pelo governo da Bahia em novembro de 2024. “Esse negócio da Polícia que veio pra aí…” - fazendo referência a 76° Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM), também na rua Imperatriz - “já é uma grande evolução para o bairro. Nosso bairro evolui cada vez que chega morador, só nessas casas de

financiamento, já vejo o bairro crescer. A Malhada da areia [bairro vizinho] como é que está… um monte de casa bonita. [...] Olha, eu acho que ainda falta melhorar muita coisa. Um prefeito de uma cidade é que nem um pai de família. Se o pai de família cuida dos filhos, igual estávamos falando, os filhos vão prosperar. Então, se o prefeito da cidade não cuidar do bairro, não vai melhorar, não vai prosperar, a tendência é cair. Mas se o político procura levar o bairro para frente, vai chegar gente, vai chegar um investidor, vai dizer 'tá bonito eu vou botar uma loja aqui', 'aqui já tá grande, tá precisando de um posto de gasolina'. Isso é obrigação do gestor".

Podemos entender que, segundo seu Francisco, é obrigação do Governo Municipal o desenvolvimento de Políticas Públicas eficazes que auxiliem no desenvolvimento dos bairros periféricos, como o Argemiro. Mas, o que são políticas públicas?

***

Desde que surgiu como campo acadêmico em 1930 nos Estados Unidos da América, diversos pensadores

tentaram conceituar o ramo das políticas públicas[21]. Podemos resumir que Políticas Públicas é tudo aquilo que o governo faz com o objetivo de resolver problemas sociais, econômicos, ambientais, e consequentemente, as necessidades da população. Ou seja, ações realizadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, nas mais diversas áreas, como saúde, educação, alimentação, cultura, segurança, habitação, meio ambiente, transporte, etc.

Baseadas na Constituição e nas Leis, é função das Políticas Públicas a criação de regulamentos, programas, serviços e iniciativas para promover o desenvolvimento, a justiça social e sanar a desigualdade dentro de um país[22].

Em um panorama mais geral, podemos dar como exemplos de Políticas Públicas do Governo brasileiro na área da saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS), que oferece atendimento médico gratuito para toda a população, como também as campanhas de vacinação contra gripe, sarampo e Covid-19. Na educação, temos o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que permite o acesso ao ensino superior, e também o programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA). Na área de trabalho e renda, temos o Bolsa Família, que transfere uma verba mensal para famílias em situação de

[21] Souza, 2006.
[22] Dias, Matos, 2019.

vulnerabilidade econômica; como também o seguro-desemprego, que fornece renda temporária para trabalhadores que foram demitidos e estão sem remuneração. Já no campo da habitação, o “Minha Casa, Minha Vida” é uma Política Pública que oferece moradias para famílias de baixa renda, com facilitação no financiamento e subsídios; e o programa de regularização fundiária, que legaliza áreas ocupadas irregularmente, entre outras iniciativas.

No que diz respeito aos Municípios brasileiros, como Juazeiro, na Bahia, sua autonomia foi garantida com a chegada da Constituição de 1988. Isso significa que os municípios possuem liberdade para legislar, administrar e realizar atividades dentro do seu território, desde que respeitando a Legislação Federal e Estadual. Dessa forma, as cidades podem criar leis locais, instituir impostos, organizar serviços públicos e promover as Políticas Públicas municipais[23].

No que diz respeito aos serviços públicos, que são atividades essenciais que o governo da cidade presta diretamente a comunidade, temos como exemplos na educação, a construção de escolas municipais, transporte escolar e distribuição de merenda; na saúde, a criação e

[23] Dias, Matos, 2019.

manutenção de postos/unidades de saúde, hospitais municipais e campanhas de vacinação; na limpeza e saneamento, os processos de coleta de lixo, tratamento e distribuição de água e esgoto, e limpeza pública.

No transporte e mobilidade, o fortalecimento do transporte coletivo, manutenção de ruas e avenidas, construção de ciclovias. Na área de urbanismo e infraestrutura, o desenvolvimento de obras públicas e fiscalização urbana. No âmbito da segurança pública, temos a guarda municipal, ações de prevenção à criminalidade.

Não esquecendo da assistência social, por meio do trabalho dos Centros de Referência - CRAS, programas de auxílio a famílias em situação de vulnerabilidade social, abrigos e serviços de apoio a pessoas em situação de rua; nem do setor de cultura e lazer, a partir dos serviços referentes às bibliotecas públicas, centros culturais e museus municipais, parques e áreas de lazer[24].

A diferença entre os serviços e as políticas públicas, está no fato de que esta última tem como objetivo resolver problemas específicos e complexos do município a longo prazo, podendo envolver diferentes esferas do governo em nível Estadual e Federal[25]. Desta maneira, as Políticas

[24] Abiko, 1995.
[25] Dias, Matos, 2019.

Públicas utilizarão os serviços municipais disponíveis, já citados acima, para implementar políticas específicas, como: criação de feiras e eventos culturais, políticas de acessibilidade nas ruas, políticas de preservação ambiental, etc.

Considerando que as políticas públicas são baseadas nos direitos fundamentais, elas se constituem em um instrumento para a proteção, garantia e promoção desses direitos. Assim, o futuro e o destino de milhões de pessoas excluídas e condenadas à pobreza, depende do uso adequado dessas políticas públicas, produzindo a efetividade dos direitos básicos nessas realidades de vulnerabilidade[26].

Voltando ao Argemiro, podemos destacar que, apesar do seu desenvolvimento nos últimos anos, as políticas públicas ainda são deficitárias, como apontado por Seu Antônio[27]. Por vezes, a ausência de serviços e políticas públicas podem incidir negativamente na produção de perspectivas para a juventude, contribuindo, como desdobramento, para a inserção cada vez maior desses sujeitos em situação de vulnerabilidade no mundo da criminalidade, como veremos a seguir.

---

[26] Carvalho, 2019.

[27] Veremos, mais detalhadamente, quais são as PP's presentes no Argemiro no capítulo VII.

CAPÍTULO II: O POLICIAL

Como muitas crianças pobres, o sonho de Pedro era ser policial. O menino, que cresceu em uma casa pequena no bairro do Argemiro, doada pelo avô, dividia o espaço do lar com seu pai, mãe e mais quatro irmãos. A rua em que morava não tinha asfalto, nem saneamento básico. A água, era no gato[28]. A luz, a família davam conta de pagar. Sem tevê, rádio, ou qualquer outro tipo de eletrodoméstico mais caro, viviam com menos do que o básico. A casa só tinha dois quartos. Então, os três filhos mais velhos ficavam em um, e os pais com os outros dois pequenos, em outro. Uma cama de casal para quatro pessoas.

A mãe era empregada doméstica, o pai, vendedor de frutas no CEASA[29]. Ambos nunca aprenderam a ler ou escrever. Recebiam pelo bolsa-família, por cada criança, R$70,00. Nas horas vagas, o pai usava cocaína e espancava a esposa na frente dos filhos. Também espancava as crianças, mas pelo menos os meninos iam para a escola religiosamente. Pedro, sendo o mais velho, logo descobriu

[28] Gíria utilizada para se referir a ligações clandestinas.

[29] As CEASA's são Centrais de Abastecimento, fundadas pelo governo brasileiro nos anos 60, com objetivo de "organizar, expandir e dinamizar a comercialização de frutas e hortaliças ao longo das principais cidades do Brasil" (Gomes, 2022, p.11). Em 2023, o Mercado do Produtor (CEASA) de Juazeiro se tornou o segundo maior do país (Redegn, 2023).

onde seu pai escondia os pinos[30] que faziam aquele efeito eufórico e levou para escola, queria mostrar aos amigos.

> Segundo o Art. 3º, parágrafo terceiro, da Constituição Brasileira, são objetivos fundamentais do país, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (Brasil, 1988)[31].

Apesar da vida disfuncional, o destino de Pedro ainda seria impactado por outro infortúnio. A mãe, que o ensinou aos oito anos a cozinhar e cuidar da casa, cansada das surras, acorda um dia e foge para São Paulo, levando os outros quatro filhos e deixando-o para trás. Pedro, que tinha o sonho de ser policial, e que adorava matemática e história, se vê sozinho. Descobre que seu pai, na verdade, só é de criação. Bem, isso explicava por que a surra sempre era mais forte nele.

- “Olhava meus irmãos, altos e morenos, não parecia com nenhum deles. Olhava para meu pai, minha mãe e não parecia com eles… O que ele mais maltratava era eu, me

[30] Os “pinos” de cocaína são tubos de plástico que, inicialmente, foram criados para serem empregados em pesquisas científicas e que são utilizados pelos traficantes para comercialização da droga (G1, 2022).
[31] Os balões inseridos ao longo das narrativas indicam leis brasileiras que poderiam ter mudado a trajetória desses internos, mas que não se tornaram efetivas nessas vivências.

batia com murros, chutes, me espancava… Acho que isso me aprofundou no crime".

A revolta pelo abandono o corroeu. Aos nove anos, começou a usar maconha e a cocaína do pai de criação. Naquela época, já tinha passado por duas instituições de ensino, a municipal CAIC Misael Aguilar[32], de onde foi expulso por mau comportamento, e pela Escola Municipal Argemiro José da Cruz. Na segunda, tinha o forte apoio do Diretor, que o incentivava nos estudos e tentava convencê-lo a largar o vício adquirido.

Obrigado a trabalhar, abandona a escola na quarta série, ainda aos nove anos. Afinal, segundo seu pai, "se vai usar droga tem que bancar". Logo, começou a atuar como borracheiro, realizando serviços em oficinas. Depois, junto ao pai de criação, começou a trabalhar no Mercado do Produtor de Juazeiro. Mas esses não foram os únicos ofícios quando ainda era criança, pois também trabalhou como gesseiro até os 14 anos.

[32] Os CAIC's são Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, foram criados em 1991 pelo governo Collor, tendo como objetivo "prover a atenção à criança e ao adolescente, envolvendo a educação fundamental em tempo integral, programas de assistência à saúde, lazer e iniciação ao trabalho, entre outros" (Menezes, Santos, 2001, n/p). Recentemente, o CAIC de Juazeiro se tornou cívico-militar.

> O Art. 227, parágrafo I, da Constituição Brasileira, institui que a idade mínima para admissão ao trabalho é de quatorze anos.
> Ainda no parágrafo quarto, da mesma lei, informa que será punido severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente (Brasil, 1988).

Sobre os efeitos da Cocaína, que começou a usar ainda quando criança, Pedro diz: “na hora me sentia bem, mas depois que passava a brisa, ficava com depressão”. Esses, porém, não foram os únicos efeitos. Com o uso da droga, começou a roubar.

- “Queria mais dinheiro para comprar e o do trabalho era pouco”, afirmou.

Neste mesmo período, começou a andar na companhia de más influências, foragidos da polícia. Como era ficha limpa, fazia pequenos serviços, como comprar comida aqui e ali, pegar droga ou o que necessitasse. E como a vida prega peças, um dia, caminhando com estes amigos, por ironia do destino, um indivíduo, com o uso de arma, tenta assaltá-los. Para o azar do elemento, o grupo de Pedro também estava muito bem armado. E, no meio do tiroteio, o nome de Pedro é citado. Agora, uma vida que já não parecia muito bem estruturada, encontrava novos desafios. Identificado e ameaçado de morte, sua única opção foi ir atrás da mãe em São Paulo.

Chega lá aos 15 anos e descobre que no período em que estiveram separados, sua mãe tinha se casado novamente. Como o primeiro, o seu novo padrasto também era usuário de drogas.

- "Ele me levou em um baile em São Paulo e disse 'tá vendo aquele ali? É quem comanda tudo aqui'. Estava muito bêbado e derrubei um copo de conhaque do chefão. 'Qual é neguinho, tá tirando?', pedi desculpas e comprei outro. Minha atitude foi bem-vista, me chamaram para trabalhar com eles de olheiro".

Também chamado de campanas, os olheiros ficam em pontos estratégicos dentro das comunidades, avisando por meio de fogos de artifício ou radiocomunicadores a presença da polícia. Na maioria das vezes são funções exercidas por crianças ou adolescentes[33]. Após dois meses nesse serviço, Pedro subiu de função e ficou de subgerente[34] em um ponto na Zona Oeste de São Paulo. O trabalho ia das oito da manhã até às oito da noite.

Mas não durou muito. Ainda com quinze anos, foi preso por tráfico e levado para a Fundação Casa (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), antiga

---

[33] Globo.com. **Conheça algumas funções do tráfico**. G1, 11 nov. 2006.

[34] "São responsáveis por cada uma das drogas - gerente da maconha, da cocaína, do loló, do crack e dos soldados" (Globo.com, 2006, on-line).

FEBEM do estado. As FEBEM's (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor) foram instituições, criadas em 1976, em São Paulo, destinadas a atender adolescentes e jovens em conflito com a lei, com privação de liberdade, semiliberdade e liberdade assistida[35].

- "Lá o regime era fechado, pouco convívio com os outros, tinha castigo e o banho era na mangueira", declarou Pedro.

Ficou na instituição por cerca de um ano e voltou no final de 2011 para Juazeiro-BA, desta vez, com toda sua família. No período fora, a casa antiga foi vendida e tiveram que morar no fundo da casa do seu avô por parte de mãe, ainda no bairro do Argemiro.

Para quem é pobre, é retirado até o direito de ser criança. Como ainda é até hoje, naquela época o bairro não tinha praça, parque, ou qualquer outra forma de lazer. Pedro, então, se encontrava na música, entre seus ídolos *Renato Russo* e *Racionais*. Se identificava, principalmente, com o *rap* e o *funk*.

- "Me via nas letras dos *Racionais*, achava que aquela iria ser a minha realidade e acabou sendo".

[35] Lopes, 2006.

"Cada detento uma mãe, uma crença
Cada crime uma sentença
Cada sentença um motivo, uma história de lágrima
Sangue, vidas inglórias, abandono, miséria, ódio
Sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo
Misture bem essa química
Pronto, eis um novo detento"
-Diário de Um Detento - Racionais MC's.

***

No que se refere aos espaços disponíveis no bairro, o Art. 3º do Estatuto da Juventude, no parágrafo V, visa "garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre" (Brasil, 2013, [s./p.]). Ou seja, é um direito dos cidadãos.

Para sua mãe, agora separada dos dois antigos maridos, a vida financeira se complicou ainda mais. Nunca existiu recurso do município, somente por meio do Bolsa Família e o fruto do trabalho doméstico que mantinha a residência. Nos dias em que a comida não era suficiente, costumavam se alimentar pela ação solidária do presidente

da Associação de Moradores, que distribuía sopas pros vizinhos. Não demorou muito, Pedro voltou ao roubo.

- “Eu quem corria atrás para pegar alguma coisa para dentro de casa. Para comer, para beber. Até nossas roupas eram doadas. Meu primeiro sapato, minha primeira bicicleta, eu que tive que roubar”.

> A constituição no Art. 6º, garante que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988, [s./p.]).

> Ainda no que se refere a proteção dos direitos básicos do indivíduo, o Art. 227 da Constituição aponta que é “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 1988, [s./p.]).

Dois anos depois, com 18 anos, a primeira prisão no Conjunto Penal de Juazeiro (CPJ), por roubo[36]. Porém, não a última. Em dez anos, quatro passagens: duas por roubo, uma por receptação[37] e a última por homicídio.

Na penúltima passagem por roubo, aos 23 anos, acabou se envolvendo com as facções presentes no município e no próprio CPJ. A oferta de uma vida melhor no tráfico e ascensão social o seduziu. Após a liberação, em 2018, não ficou muito tempo nas ruas. Estava caminhando pelo bairro vizinho quando encontrou um antigo desafeto dentro de um estabelecimento comercial. Nem pensou muito, alvejou o indivíduo ali mesmo. O inimigo fazia compras de mãos dadas com sua filha.

De volta ao cárcere, em 2023, cumprindo 22 anos de reclusão após o julgamento, segue a mesma rotina dos outros detentos: às 5h da manhã, os agentes penitenciários conferem a população do CPJ; às 7h é servido o café (café com leite, dois pães e uma fruta); das 9h até às 10h é o banho de sol; 11h é servido o almoço na marmita, com acréscimo de um doce e um copo de suco; o período da tarde é dentro das

[36] A pena é de reclusão de quatro a dez anos, e multa (Brasil, 1940).

[37] Segundo a Lei nº 9.426 (Brasil, 1996, [s./p.]), a receptação é quando você "adquire, recebe, transporta conduz ou oculta em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte". Tem pena de reclusão de um a quatro anos.

celas até as 16h, quando é servido a janta reforçada (café com leite, marmita igual o almoço, pão e fruta). É de se espantar que, dentro da prisão, se alimente com mais dignidade que no período em liberdade na periferia, antes de adentrar no mundo da violência e da criminalidade.

Foi também no período enquanto interno na penúltima entrada que conheceu sua esposa, com quem teve duas filhas. O encontro não foi por acaso, a sua mulher é filha de outro ex-detento e se apaixonou durante as visitas. Agora, aos 29 anos, pretende cumprir a pena e, após, recomeçar a sua vida longe das grades. Conheceu seu pai biológico, com quem quer criar um vínculo afetivo. Almeja terminar seus estudos, fazer algum curso profissionalizante dentro da prisão e tem o novo sonho de ser obreiro. Essa nova vocação decorreu da influência das Igrejas Universal e Assembleia de Deus dentro do Conjunto Penal. Na religião evangélica, um obreiro é quem trabalha dentro de uma instituição religiosa pregando a palavra de Deus.

Com relação aos seus outros quatro irmãos, apenas um deles se envolveu também com a criminalidade, pagando sua pena e se ressocializando. Os outros trabalham, sendo, inclusive, um deles, policial, um antigo sonho de Pedro. Esse irmão, destaca, incentiva o estudo junto aos demais familiares.

Hoje, Pedro acredita que se não fosse o abandono familiar, a desistência escolar, a falta de recursos, o fácil acesso às drogas e ao tráfico na infância, jamais teria entrado na criminalidade. Aos filhos, não deseja o mesmo destino.

CAPÍTULO III :
O PERFIL DO CRIME

Para examinar a relação da criminalidade com a ausência das políticas públicas é necessário compreender a fundo quais as principais causas desses atos criminosos. Tendo como objetivo identificar as razões que conduzem a entrada na criminalidade aqui na região do vale do São Francisco, especialmente em Juazeiro, no dia 16 de outubro de 2024, foi entrevistada, como fonte especializada na temática, uma advogada Doutora em Direito Penal. Planejando uma entrevista mais rápida visando a nossa adequação às necessidades e demandas da fonte, optamos pela realização de uma ligação em videochamada. Também decidimos pela não divulgação de seu nome, tendo em vista a sua proteção.

Apesar de possuir uma maior convivência com a Cadeia Pública Feminina de Petrolina-PE, ela também dispõe de histórico de pesquisa no Conjunto Penal de Juazeiro. Considerando que o presídio de Juazeiro é um Conjunto Penal onde cumprem pena internos do gênero masculino e feminino no regime fechado e semiaberto, a Advogada faz um panorama contrastando o sistema penitenciário nas duas cidades irmãs.

- “O presídio de Juazeiro é muito diferente do presídio de Petrolina. Porque o de Petrolina é um presídio público, então, não há iniciativa privada, enquanto o de

Juazeiro é uma parceria público-privada. Assim, geralmente o Estado da Bahia contrata a empresa por meio de uma licitação. Na região, só tem a Reviver, então ela sempre vence e já está há muitos anos gerindo o presídio de Juazeiro. Então, na cidade, o Diretor do estabelecimento prisional [de Juazeiro] realmente é um funcionário público, mas a maioria das pessoas que trabalham no Conjunto Penal não são funcionárias públicas [os outros funcionários são contratados por meio de terceirização], possuindo uma estrutura bem melhor do que no presídio de Petrolina - tem assistente social, psicólogo, advogado, acho que deve ter algum aparato médico também, psiquiatra…", - detalha a Advogada.

Gerido pela empresa privada "Reviver Administração Prisional" desde 2008, o Conjunto Penal de Juazeiro, no ano de 2024, tem a sua frente o Diretor Archimedes Benício Leite Neto e a Diretora Adjunta Beatriz Miranda Barros. A sua equipe é composta por mais outros 137 servidores do quadro de funcionários, compreendendo profissionais do campo da administração, enfermeiros, enfermeiros auxiliares e técnicos de enfermagem, psicólogos, dentistas e auxiliares, assistentes sociais, advogados, médicos clínicos, psiquiatras, pedagogos e professores.

Segundo dados compartilhados pela administração do CPJ em agosto de 2024, atualmente, a população carcerária

do CPJ é de 1.105 internos, distribuídos pelos dois pavilhões centrais, A e B; pelo pavilhão dos internos em semiaberto; o feminino; e os quatro módulos de presos provisórios. Considerando que sua estrutura possui capacidade para até 756 presos[38], é constatado que há uma relativa superlotação do local. Apesar disso, a Advogada considera a habitação, se comparada com os outros presídios locais, favorável:

- "Basicamente, tem uma estrutura boa. A mesma comida que os presos comem é a mesma comida que o pessoal da administração também come [ambas feitas com o apoio dos internos]. Então, não havia nenhuma reclamação com relação à alimentação, por ser um lugar bem higienizado. [...] Escola eu sei que tem e todos que querem podem estudar. Algumas vezes quando fui lá no CPJ, os presos estavam na hora do pôr-do-sol jogando futebol. Mas eu não sei se tem um horário para o esporte estabelecido", afirmou a Advogada, com base no período em que frequentou o local.

Com relação à população que compõe o Conjunto Penal de Juazeiro, desde 2016, o espaço acomoda além de internos do próprio município, também os presos de dez comarcas circunvizinhas: Casa Nova, Campo Formoso,

[38] Relatório de Informações Penais (RELIPEN), 2024.

Curaçá, Jaguarari, Pilão Arcado, Pindobaçu, Remanso, Senhor do Bonfim, Sobradinho e Uauá[39].

Dos 1.065 internos, nos dados de Julho do SENAPPEN (2024), 336 internos (34%) haviam cometido crimes contra a pessoa (homicídio simples, culposo e qualificado; aborto; lesão corporal; violência doméstica, sequestro e cárcere privado; entre outros), 272 internos (28%) tinham cometido crimes contra o patrimônio (furto simples e qualificado, roubo simples e qualificado, latrocínio, extorsão simples e com sequestro, apropriação indébita e previdenciária, estelionato, receptação simples e qualificada, entre outros), 270 (28%) haviam sido presos por crimes contra a Lei de Drogas e 85 haviam cometido crimes contra a dignidade sexual (8%).

- "A maior parte da população carcerária está na faixa de 29 anos [em relação à faixa etária]. A maioria comete crimes de roubo, homicídio e tráfico de drogas. Então, a gente vem para esse perfil socioeconômico, que leva em consideração também a questão da cor. O IBGE 2024 considera que a grande maioria das pessoas presas são pretas e pardas. Vamos colocar aí que em torno de 60% ou até mais, quando a gente vai olhar o perfil demográfico dos

[39] Souza Silva, 2020.

estabelecimentos prisionais. Além do nível de escolaridade baixo, geralmente são pessoas que não terminaram nem o ensino fundamental. São pessoas que nunca trabalharam formalmente, se é que conseguiram trabalhar. Tudo isso, digamos assim, resulta na criminalidade. Então esse é o perfil traçado dentro do estabelecimento prisional, que não difere muito entre homens e mulheres", afirma a Advogada.

Segundo dados oficiais, em relação as características da comunidade encarcerada do CPJ, da totalidade dos 1.105 internos (em agosto de 2024), 1.064 são homens cis e 41 são mulheres cis - que é quando a pessoa se identifica com o gênero que nasceu -, não havendo dados efetivos sobre a população transgênero. Com relação a cor de pele/raça/etnia, a maioria (852 internos, correspondente a 77%) se considera de cor parda. Em segundo lugar, estão os que se consideram pretos, correspondendo a 159 pessoas (14%). Em terceiro, estão os brancos, com 90 pessoas (8%). Indígenas e outras raças/etnias totalizam 4 pessoas (0,3%). Juntos, negros e pardos formam 91% da população carcerária do CPJ[40], o que confirma a perspectiva de a Advogada.

No que se refere a faixa etária dos internos do CPJ, os dados mostram que 1.000 deles estão entre 22 a 60 anos

[40] Dados compartilhados pela administração do Conjunto Penal de Juazeiro em agosto de 2024.

(90%), 82 internos estão entre 18 e 21 anos (7%) e apenas 6 deles estão com 60 anos ou mais (0,5%)[41].

Quanto ao estágio considerado juventude, que é entre 18 e 29 anos, os dados de julho de 2024 do SENAPPEN apontavam que dos 1.065 internos da época, 450 eram jovens, sendo o segundo grupo mais populoso da penitenciária, atrás dos adultos - de 30 até 60 anos (590 presos)[42].

No que diz respeito aos níveis de escolaridade, os dados de agosto de 2024, fornecidos pelo CPJ, indicaram que a maioria dos internos têm ensino fundamental incompleto - 641 presos (58%). Em seguida, estão os com ensino médio incompleto - 141 internos (12%). Em terceiro lugar, estão os não alfabetizados - 113 internos (10%). Os dados coletados junto ao CPJ indicam que não há nenhum interno com ensino superior completo.

Ou seja, com a maioria da população carcerária do Conjunto Penal de Juazeiro (68%) sendo analfabeta ou sequer tendo terminado o ensino fundamental, é possível relacionar que o abandono escolar durante a infância é um dos fatores preponderantes para o envolvimento dos jovens

[41] Dados compartilhados pela administração do Conjunto Penal de Juazeiro em agosto de 2024.
[42] Relatório de Informações Penais (RELIPEN), 2024.

aqui na região com a criminalidade, algo também destacado por a Advogada.

- “No caso de crimes contra o patrimônio, como roubo, furto… E também o tráfico de drogas, que não é um delito contra o patrimônio, é contra a saúde pública, mas que também é muito praticado, vem a questão da pobreza, da marginalidade, a falta de políticas públicas em favor dessas pessoas que são menos favorecidas, que se encontram em situação de vulnerabilidade. Então, tudo isso favorece para que venham a cometer esses delitos relacionados à questão patrimonial. E o tráfico, apesar de tudo, também gera muito dinheiro. Então, quem se envolve com esse tipo de crime, geralmente são indivíduos muito pobres, que moram na periferia, que não têm uma estrutura familiar. Então, eles crescem sem ir à escola, sem uma oportunidade de fazer uma faculdade, e acabam entrando para a criminalidade”, descreve a advogada.

Apesar da criminalidade ser um fato social que pode vir a ser vivenciado por todos em uma sociedade, independente de gênero, raça e classe, sabemos que, no Brasil, o perfil dos jovens criminosos e, principalmente, dos que pagam judicialmente por seus crimes nas prisões, possuem características bem semelhantes. São homens, em sua maioria negros, de baixa renda, com pouca ou nenhuma

escolaridade, com famílias desestruturadas e sem perspectivas para se integrar ao mercado formal de trabalho[43]. Além destes, outros fatores como a existência precoce de filhos e uma baixa perspectiva de melhora de vida, contribuem para que o jovem não consiga dar andamento aos estudos e busque uma forma imediata de rentabilidade[44].

Em um cenário onde são poucas as perspectivas, se torna óbvio que o jovem negro, pobre/que está passando por dificuldades financeiras, periférico, que convive diariamente com a criminalidade, acredite que esse seja um caminho possível ou até mesmo o único[45]. Com efeito, é preciso questionar o papel dos governos frente a realização de ações e políticas públicas que mudem esse cenário:

- “Eu não vou dizer que a ausência de políticas públicas é um fator [para o envolvimento dos jovens], mas que ajuda no aumento da criminalidade. Porque, se você tem políticas de educação, inclusão, entre outras, diminui a probabilidade de uma pessoa vir a delinquir no futuro. Então, claro que é muito importante o investimento na educação, em cursos técnicos, em esportes, entre outros. Porque [a

[43] Gaio, Gaio Júnior, 2016.
[44] Cerqueira, Lobão, 2004.
[45] Cossi da Silva, 2022.

sociedade] quer tratar do crime de forma imediatista, resolver o problema aumentando as penas, criando outros crimes. Só que não é bem assim, porque tudo isso tem que ser tratado lá atrás, com educação. E a educação não é ensinada somente na escola, é também a que vem da nossa casa, pois se os pais têm uma boa estrutura, eles vão conseguir passar isso para os filhos também. Mas, ao contrário, [os internos] são pessoas que já vêm de famílias desestruturadas, onde veem muita violência, que assistem seus pais tentando trabalhar honestamente para conseguir, no máximo, ter comida dentro de casa. Então, essa é a importância das políticas públicas", destaca a Advogada que, após uma pausa, refletindo sobre alguns estudos, concorda com a relação entre a ausência das políticas públicas com o crescimento da criminalidade e o envolvimento de jovens com esse contexto.

- "E realmente tem estudos em criminologia que associam a questão da criminalidade com a pobreza. Quando o Brasil está em situação de crise econômica, geralmente a criminalidade aumenta, principalmente os crimes patrimoniais [roubo/furto] e de tráficos de drogas. Então, sim, as políticas públicas são muito importantes, mas não somente. Eu acho que nós temos uma falta de senso moral muito grande entre a população e não acredito que a

existência de leis mais severas vai impedir que esses indivíduos cometam crimes. Mas o Estado deve ir atrás da raiz desses atos e não somente oferecer uma solução imediata, mas de médio e longo prazo", conclui a Advogada.

Como é apontado por ela, a adoção de políticas públicas por parte do Estado deve se dar não apenas para a repreensão da violência, ou mudanças nos códigos penais, aumento de prisões ou de força policial. Deve envolver, principalmente, políticas de prevenção, com a intensificação da oferta de uma educação acessível e de qualidade, assim como cultura, esportes e lazer, o que se demonstra imprescindível para uma mudança na realidade do jovem brasileiro.

***

No que se refere ao papel do Direito junto a população carcerária, a Advogada pontua que ele está inserido em toda a estrutura penitenciária e destaca o papel da legislação não só na punição, como na determinação da garantia dos direitos dos presidiários.

- "Olha, o Direito é essencial. Afinal de contas, o que determina a prisão daquelas pessoas é o Direito Penal. Nós temos normas do Código Penal que são previamente

aprovadas no Congresso Nacional por meio dos legisladores, que através das leis dizem com quais condutas se configura um crime. No entanto, também tem um lado positivo, porque há a Lei de Execução Penal, que trata os deveres e, sobretudo, dos direitos da pessoa presa. Então, dentro do estabelecimento prisional, a gente coloca que 90% é do Direito penal e 10% do Código Penitenciário, que a maioria dos estados aqui no Brasil possui. [...] O Congresso Nacional legisla as normas de Direito Penal, mas no que diz respeito ao Direito Penitenciário, cada estado pode legislar pelas próprias normas. Então, o que acontece dentro dos estabelecimentos prisionais, geralmente está regido pelo Código Penitenciário dos estados", afirma a Advogada.

Estabelecido por meio do Decreto nº 12.247, de 08 de Julho de 2010, o Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia estabelece direitos e deveres dos detentos e regras para o funcionamento das unidades prisionais. Ele trata da disciplina no sistema, das condições de trabalho e estudo dos presos, das medidas de segurança, da assistência médica e jurídica, além de aspectos relacionados à reintegração social dos internos, buscando equilibrar a segurança pública e a

dignidade humana no tratamento dos internos, com foco na ressocialização[46].

No que se refere a legislação destinada a prevenção e proteção dos direitos das crianças e jovens, como o ECA e o Estatuto da Juventude, a Advogada afirma que sua eficácia é variável e sua incorporação depende de diversos fatores:

- "Isso é relativo, porque as leis existem para que elas sejam cumpridas. Com relação aos jovens infratores, existem muitas e muitas leis para criminalizar as pessoas que cometem delitos. Mas existe uma questão chamada efeito simbólico das leis, ou seja, elas existem, mas não são cumpridas na prática. Então, a gente tem, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente que visa proteger os menores, inclusive os menores infratores. Só que uma boa parte dessas pessoas ao cometer atos infracionais, no caso de menores, vão para instituições e ao completar 18 anos saem e continuam na criminalidade". [a entrevistada faz uma pausa e continua]. "Então, por exemplo, um rapaz que com 18 anos foi preso por tráfico, é muito provável que durante a adolescência ele já tenha respondido a algum ato infracional análogo ao tráfico de drogas. Eu vejo que na realidade as leis existem, mas elas são infringidas porque quem quer cometer

[46] Brasil, 2010.

crime, comete. Ele não vai olhar o Código Penal ou outras legislações para ver qual é a pena. A pessoa simplesmente vai lá e comete, ela só pensa nas consequências depois de presa", propõe a Advogada.

Considerando, a partir da fala dela, que o indivíduo que adentra nos presídios, na maioria das vezes, já cometia atos infracionais anteriores ou possui histórico em instituições destinadas a menores infratores; é preciso questionar se após o encarceramento haverá a reintegração na sociedade.

- "Olha, a ressocialização é um tripé e depende de três vontades: a vontade do Estado, da sociedade e a do próprio preso. Durante o cumprimento de pena, geralmente o Estado oferece meios para essa pessoa se readaptar socialmente. Não vou colocar ressocializar, eu coloco readaptação, porque essa pessoa ficou um tempo presa e ela precisa se readaptar. Então, por exemplo, o Estado da Bahia pode oferecer cursos nesses estabelecimentos, empregos, ofícios… como a oficina de artesão, padaria, cozinha, higiene, etc… oferece esses empregos, que são subempregos, mas é uma forma de juntar algum dinheiro. Já que uma parcela do que o preso ganha vai para uma poupança, 25%, mais ou menos, é para uma poupança. Então já é uma forma dele recomeçar sua vida quando sair. Aqueles que estão no

regime semiaberto, têm o direito de estudar fora, exceto os que foram condenados por crimes hediondos, que são os que resultaram em mortos. Além disso, há a força da Igreja, principalmente Igrejas Evangélicas [complementa], que realmente ajudam a todos nesse quesito de readaptação, ocupando a mente com várias atividades, fora os cultos, que acontecem acho que duas, três vezes na semana".

Como aponta a Advogada, segundo a Lei de Execução Penal, em seu décimo Artigo, o Estado deve prestar assistência ao preso, com o objetivo de prevenir o crime e possibilitar o retorno à convivência em sociedade[47]. Ainda com relação ao Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia, entre os direitos dos internos no Estado, estão: alimentação suficiente e vestuário; trabalho e remuneração; Previdência Social; reserva financeira; tempo distribuído entre trabalho, descanso e lazer; atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas; assistência material à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; visitas em dias determinados; entre outros[48]. Ainda sobre a ressocialização, a Advogada reitera:

- "Mas eu sempre faço essa pergunta aos internos quando vou entrevistá-los. Eles não acreditam na

[47] Brasil, 1984.
[48] Brasil, 2010.

ressocialização. E um preso uma vez me respondeu uma coisa muito interessante: ‘que só se ressocializa quem quer’. Porque não adianta o Estado dar todo um aparato, a sociedade, na forma da igreja, dar a mão. Mas se a pessoa não quiser se readaptar socialmente, vai acabar voltando para a prisão.” [Faz uma pausa para citar exemplos]. “Então, eu conheço vários internos que não conseguiram se readaptar, principalmente os que cometeram tráfico de drogas. Porque a tentação é muito grande, é muito dinheiro envolvido. Aqui fora, a pessoa está trabalhando oito horas por dia para ganhar um salário mínimo, fora os descontos. Enquanto a traficante mais ‘chinfrim’ que conheci ganhava dois mil por semana”.

Para quem não possui muita informação sobre o funcionamento econômico do tráfico de drogas, a informação espanta. Para nível de comparação, um profissional de jornalismo ganha menos, com piso salarial entre R$1,9 mil e R$4,5 mil[49] por mês. Sobre essa diferença, que também se aplica a muitas profissões formais, a Advogada complementa:

“Mal sabia falar… [diz, em relação a traficante que conheceu durante suas pesquisas]. Ela era quase analfabeta, mas sabia escrever o nome e fazer as contas de somar.

[49] Federação Nacional dos Jornalistas, 2024.

Pronto, o suficiente para ser traficante. E ela ganhava dois mil por semana. Então aquela pessoa ganhava oito mil por mês. Quantas pessoas não tentam ganhar oito mil por mês e não conseguem? Então, o tráfico é um dinheiro muito fácil. Eu até gosto dessa frase, que 'não somente a pessoa que consome droga é viciada, também é viciada a pessoa que trafica', porque geralmente a pessoa não trafica só uma vez, dificilmente ela é pega logo de primeira, então, geralmente continua traficando bastante até isso", conclui a Advogada.

É importante ressaltar que, a depender do contexto, os traficantes homens ganham ainda mais.

***

Refletindo sobre a história de Pedro, apresentado no capítulo II, temos um jovem pobre, que passava necessidades e não tinha itens básicos de sobrevivência, como uma alimentação decente. Desde pequeno, teve convívio com a violência e o uso das drogas dentro de casa. Sofreu abandono e negligência familiar, sendo, aos nove anos, obrigado a largar os estudos; encontrando no tráfico não só uma maneira de subsistência mais rentável que os subempregos, mas também uma posição de destaque, de reconhecimento. Agora, ele não é só mais um indivíduo esquecido pela

sociedade, é dado a ele poder e prestígio. E, mais do que isso, um salário maior que o de ‘muito doutor por aí’. Em que outra realidade ele conseguiria de outra maneira esse poder aquisitivo? Que outras oportunidades foram oferecidas a esse indivíduo? É fato que esse não é o único caminho e não se trata de simplificar a situação. Entretanto, para pessoas como ele, as oportunidades são escassas, além de não existir uma segunda chance.

A vulnerabilidade social é destacada por diversos pesquisadores como um dos principais fatores para a entrada na criminalidade e violência. Alguns argumentam que a pobreza gera uma desorganização social que reduz os mecanismos informais de controle sobre o indivíduo, ou seja, os valores formados pela pressão social ou cultural que moldam nosso comportamento dentro da sociedade, como as normas sociais, os valores transmitidos, às expectativas dos grupos sociais e nossas tradições e costumes[50]. Exemplificando, você começa a questionar se os valores morais passados dentro dos nossos lares e na sociedade sobre o roubo/furto, sobre o tráfico de drogas, ou homicídio, realmente estão corretos, já que, mesmo os seguindo, diversas pessoas continuam a enfrentar dificuldades.

[50] Han e Petersen, 1995 apud Mendonça, Sachsida, Loureiro, 2003.

A moral também é apontada como um elemento importante por alguns autores[51]. Para estes, as linhas de teorias são duas: uma, é a de que "a causa desse fenômeno se devia fundamentalmente a fatores da natureza econômica, como a privação de oportunidades, a desigualdade social e a marginalização, tornando-os estímulos decisivos para o comportamento criminoso"[52]. A segunda linha, por sua vez, tem como princípio a agressão ao consenso moral e o baixo grau de integração moral[53], apontando que se uma pessoa não concorda com a moralidade imposta pela sociedade, de que os atos criminosos são ruins, e se além disso, ela não consegue internalizar esses comportamentos morais que lhe são impostos, pode tender a quebrá-los.

A partir de uma outra perspectiva, teóricos também apontam que outro fator será a ausência do Estado em promover identidades e simbolismos positivos acerca da juventude[54]. Pois, como dito anteriormente, dentro do tráfico, estes indivíduos vão possuir não somente uma renda, mas poder, autoridade, autoestima e identidade. Nesse cenário, é possível compreender o porquê de tantos jovens marginalizados adentrarem o crime.

---

[51] Como Beato, 1998 apud Kleinschmitt, Lima, Wadi, 2012.
[52] Beato, 1998 apud Kleinschmitt; Lima; Wadi, 2012, p.70.
[53] Beato, 1998 apud Kleinschmitt; Lima; Wadi, 2012.
[54] Como Gaio e Gaio Júnior, 2016.

CAPÍTULO IV:
O CANTOR

Desde pequeno, Canaã não conheceu outra realidade além da pobreza. Tendo crescido em uma casa de taipa no bairro do Argemiro, com a mãe e quatro irmãos, desde pequeno precisou abdicar de sua infância. Só estudou até os nove anos de idade, quando já havia frequentado as escolas municipais CAIC Misael Aguilar e Argemiro José da Cruz, lugares onde, apesar de gostar, se sentia "meio burro". Na época, sua mãe e única provedora do lar, adoeceu e ele teve que assumir com os irmãos o sustento da família. Herdou dela a ocupação que levava o sustento para a casa: catador de material reciclável. Porém, a jornada nesse tipo de trabalho era árdua para uma criança de nove anos: às 7h da manhã, Canaã e seus irmão já tinham que estar de pé, para logo depois irem com o carrinho de mão em direção aos bairros vizinhos em busca de materiais recicláveis. O trabalho durava até às 15h, quando traziam para casa o que tinham conseguido recolher, separavam e selecionavam. Às 17h, se encaminhavam para os pontos de coleta seletiva.

- "O trabalho era pesado, os bairros eram longe, tinha ladeira para subir às vezes… a gente tinha que empurrar o carrinho de mão", afirma.

Desse período, Canaã possui as lembranças e as marcas do esforço.

Pelas 10h de ofício, caminhando debaixo do sol, ele e seus irmãos recebiam cerca de R$ 40,00 por dia útil, o que variava de acordo com a quantidade de materiais recolhidos. Esse valor tinha que ser suficiente para pagar as contas (aluguel, água, luz, alimentação) de uma casa com 6 pessoas[55]. Depois disso, estava liberado o "ser criança" até a hora de dormir. Brincavam na frente de casa de baleô, esconde-esconde, pião e futebol.

> A constituição no Art. 6º, garante que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados" (Brasil, 1988, [s./p.]).

> Ainda no que se refere a proteção dos direitos básicos do indivíduo, o Art. 227 da Constituição aponta que é "dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer,

[55] A renda média *per capita* mensal no Brasil em 2023 foi de R$ 1.848,00 que, divididos a partir dos 30 dias do mês, resulta em uma renda média *per capita* diária de R$ 61,60 (Governo Federal, 2024). Os R$ 40,00 recebidos por Canaã, além de estarem abaixo da média per capita, ainda eram relativos a renda que teria que ser suficiente para uma família de 6 pessoas.

> à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (Brasil, 1988, [s./p.]).

> Art. 227, parágrafo I, da Constituição Brasileira, institui que a idade mínima para admissão ao trabalho é de quatorze anos. (Brasil, 1988)

Depois disso, Canaã exerceu as funções de ajudante de pedreiro, mecânico e trabalhador rural. Na última, prestava serviço em uma roça de cebola. Na colheita, ficava responsável por arrancar e ensacar os vegetais. Pelo trabalho, das 8h da manhã até às 17h da tarde, ganhava, por diária, R$ 60,00. Melhor do que a reciclagem, [mas ainda abaixo da média per capita da renda dos brasileiros em 2023] a função informal, no entanto, não incluía almoço, água ou sequer banheiro. Na reciclagem também não havia o acesso formal a essas questões, mas, pelo menos, se tinha a possibilidade de alimentar-se ou ir ao banheiro em casa, entre um intervalo e outro. Diferentemente do que acontecia nas roças de cebola, já que havia a necessidade de se deslocar e passar o dia fora.

- “O emprego era ruim porque a gente trabalhava muito embaixo do sol e ganhava pouco”, - afirmou Canaã.

> O que Canaã viveu, durante este emprego de trabalhador rural, pode se enquadrar em uma situação análoga à escravidão. Nesse sentido o Art. 149 do Código Penal Brasileiro, vai dizer q trabalho escravo é a situação em que você submete um indivíduo a “trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho” (Brasil, 2003, [s./p.]).

Em casa, a situação não havia melhorado. Sobrevivendo com subempregos, ele e sua família passavam necessidades e contavam com doações de vizinhos. Para além desses cenários, tendo vivido durante toda sua vida no bairro do Argemiro, ainda enfrentava os problemas relativos à falta de estrutura e políticas públicas do local:

- “Lá no bairro não tem praça, as ruas não têm saneamento… a prefeitura já limpou um campo lá perto e disseram que iriam fazer uma praça e nunca fizeram, já tem mais de dez anos. Não tinha nada para as crianças, faziam as obras e deixavam pela metade. [...] Na minha rua quando chove tem que fazer um valete pra água ir descendo. Dentro de casa a água chegava a bater na canela, a gente perdia

roupa, perdia tudo," - relatou Canaã, contando que serviços básicos da Prefeitura nunca chegavam.

> No que se refere a situação do bairro, o Estatuto da Juventude vai definir como obrigações do governo (Art. 3º. V) a "garantia de meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre" (Brasil, 2013, [s./p.]).

> Além disso, segundo a Constituição (Art. 23. IX) é uma obrigação tanto do governo nacional, como estadual e municipal, "promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico" (Brasil, 1988, [s./p.]).

***

Apesar das dificuldades financeiras e as frustrações com o trabalho e a renda recebida, sempre menor do que o necessário, Canaã nunca pensou em adentrar o mundo da criminalidade, pois tinha exemplos negativos em casa. Seu irmão mais velho, usava drogas desde os 18 anos e já tinha passagens pela prisão por tráfico.

- “Já me ofereceram várias vezes para entrar no crime, vender drogas, nunca quis. Via a situação do meu irmão nas ruas”, conta Canaã.

Ele afirma também que a realidade do local - o Argemiro - mudou muito e houve um aumento significativo da violência nos últimos anos.

No entanto, para o infortúnio de Canaã, o destino de sujeitos periferizados, algumas vezes, acaba, mais cedo ou mais tarde, sendo cruel, haja vista as suas armadilhas. Sem falar que sujeitos como ele nem sempre possuem uma segunda chance.

No seu caso, a primeira entrada ao CPJ se deu como desdobramento de uma festa de família, em 2023. Durante uma comemoração movida por muita bebida alcoólica, uma discussão calorosa com sua irmã foi iniciada. Enfurecida, ela partiu em sua direção com uma pedra. Em reação, ele acertou seu nariz com um soco.

Na confusão, a polícia foi alertada e, com 25 anos na época, Canaã foi autuado pela Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006. Pelo delito, ficou dois meses no Conjunto Penal de Juazeiro esperando o julgamento. Na audiência, sua irmã pediu para retirar a queixa e ele pode voltar à liberdade.

Essa, no entanto, não seria a última vez que Canaã se envolveria com questões policiais. A segunda ocorrência

veio pouco tempo depois, em agosto do ano de 2024. Na época, fazia alguns meses que a casa de taipa, onde morava com sua mãe, havia caído após uma forte chuva e sua família estava comprando aos poucos o material para uma construção de blocos. Ele conta que estava caminhando pelo bairro após adquirir, com conhecidos das redondezas, algumas panelas para presentear a sua mãe e um conjunto de fios de cobre, que seria utilizado na obra, quando foi parado pela polícia.

- "Eles me perguntaram 'o que você tá levando aí?', eu disse que eram fios e panelas que eu tinha comprado. Eles responderam que aquilo tinha sido roubado há pouco tempo e eu fui preso", - contou Canaã.

Para alguém que não conhece a realidade de favelas e periferias, pode concluir que por Canaã não ter delatado os indivíduos que forneceram os materiais, ele certamente deve tê-los roubado. Mas o cenário é muito mais complexo do que parece. Dentro das comunidades periféricas, assim como nas prisões, existe a "Lei do Crime", e ser "cagueta/cabueta" - ou seja, denunciar um conhecido por um crime cometido - pode oferecer risco de vida não só para o acusado injustamente, mas também para os seus familiares[56].

[56] A prática do cagueta, suas implicações e complexidades também aparecem no capítulo "Sangue-bom", do livro *Estação Carandiru*, de

Também é preciso pontuar a atitude dos policiais ao declararem um homem pobre e negro como suspeito, no sentido de questionar se essa ação não se enquadra no racismo estrutural presente na sociedade. As práticas racistas, presentes nas diversas estruturas da sociedade, contribuem para que pessoas marginalizadas como Canaã sejam vistas a partir de perspectivas deterministas, como se não existissem para elas alternativas além do crime.

***

Pelo delito, Canaã está há três meses aguardando julgamento nos módulos do CPJ. Dentro de uma cela com outras dez pessoas, as infrações de seus companheiros são bem diversas: roubo, violência contra a mulher e até homicídio. A rotina se iguala a dos outros internos: entre o horário das refeições tem a possibilidade do banho de sol pela manhã, revezamento na faxina que ocorre três vezes por dia e, em especial na cela de Canaã, à noite, há a realização de cultos no espaço e leitura da Bíblia.

Os cultos já faziam parte da rotina anterior de Canaã, pois ele participava ativamente da Congregação Cristã do seu

---

Dráuzio Varella (1999), o que evidencia ser uma questão frequente e repleta de riscos.

bairro. Agora, na ociosidade do tempo dentro do presídio, retornou ao sonho de criança de ser cantor gospel e passa seus dias escrevendo louvores nas paredes do seu lugar de confinamento.

- "Deus hoje eu tenho que te agradecer,
obrigada pai por nos proteger,
por mais que seja pecador,
o senhor não me abandonou…"
(letra da canção intitulada "Adoração ao Senhor",
cantada por Canaã durante uma de nossas visitas ao CPJ).

Para a família, principalmente para a sua mãe, a prisão foi um grande choque, já que Canaã nunca havia entrado na criminalidade ou sequer consumido algum tipo de droga.

- "Até hoje a mãe tá triste, desesperada, todo dia chora, porque o filho mais apegado sou eu".

Depois do encarceramento do filho, com o abalo psicológico, sua mãe teve uma recaída na saúde física, realizou um procedimento cirúrgico e não pôde visitá-lo ainda.

Outra falta vivenciada por Canaã é a saudade que sente da filha de 10 anos, que atualmente mora com a sua ex-

esposa em outra cidade. Apesar do infortúnio de ser presidiário, para ele, o CPJ é uma boa instituição, não tendo queixas a seu respeito:

- “Não é bom, porque a gente tá preso, né? Mas é tudo na paz, todo mundo ajuda o outro. Dos prezados [a equipe do CPJ] não tenho o que dizer também, nunca me destratam, são tudo gente boa. A única coisa ruim é que a gente tá preso.”

Não é de se espantar essa colocação de Canaã, pois dentro dos presídios, os internos possuem uma alimentação diária e acesso a serviços de saúde como dentistas, médicos e nutricionistas, além de atendimentos psicológicos, direitos básicos que, na maioria das vezes, esses indivíduos nunca tiveram em seus lares ou bairros.

Sobre seu futuro destino, se ocorrer a condenação por roubo ou não, afirma ser consequência de seus próprios erros e escolhas.

- “Coloco a culpa nessas situações, se a gente comete um erro, a gente que procurou. Acredito que uma parte disso só aconteceu porque larguei os meus estudos… mas se eu não largasse, ficava mais complicado em casa [se referindo à mãe acamada]”, reflete Canaã.

Seu pai abandonou a família antes dele crescer e a mãe sustentava sozinha os cinco filhos com a coleta de

materiais recicláveis e o Bolsa Família. Sem o valor essencial que a família recebia pela reciclagem naquela época, Canaã e seus irmãos morreriam de fome. Para eles, como se pode observar ao longo dos relatos, as políticas públicas não chegaram, muito menos oportunidades que pudessem apontar para caminhos diferentes. Dessa forma, como ocorre com tantos meninos e meninas periféricas, para Canaã, não havia escolha.

Dessa fase, as lembranças não são apenas mentais, mas também se revelam em seu corpo. Canaã é um homem de baixa estatura e magro, impactos de um desenvolvimento derivado não apenas da fome diante de uma alimentação escassa, como consequências do trabalho infantil, fatores que juntos afetam não só o biológico, como o psicológico e o social[57].

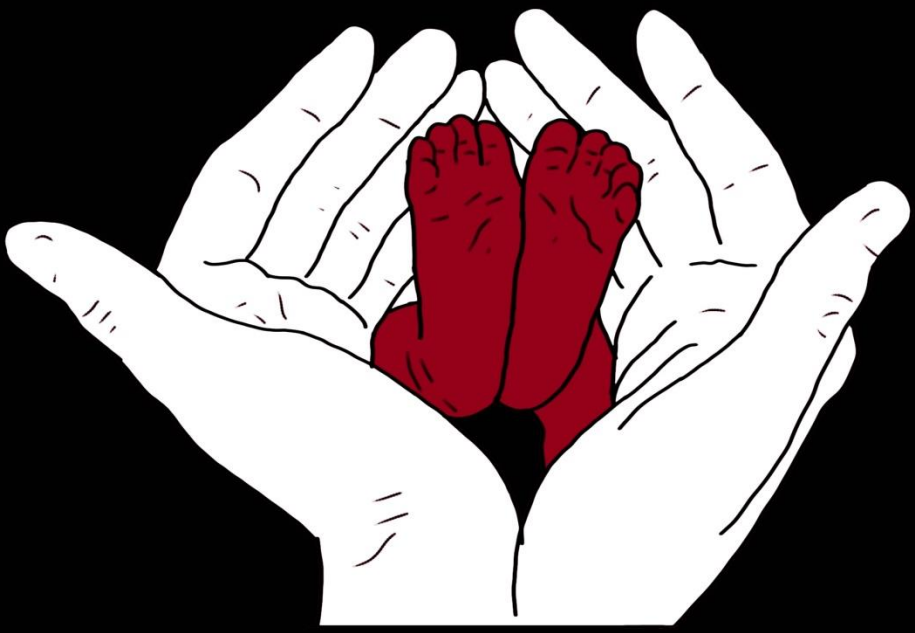
Para seu futuro, espera continuar os estudos de onde parou, trabalhar novamente, encontrar sua filha e registrá-la. Além disso, também pretende ajudar sua mãe, que atualmente está morando em um barraco de lona no bairro do

[57] Pessoas que trabalham desde cedo e sofrem com a fome tem estatura menor, uma vez que o corpo não consegue se desenvolver plenamente. Além disso, o trabalho infantil também exige habilidades que não correspondem as etapas de desenvolvimento das crianças, expondo-os a riscos e desgastes (Brasil, 2020).

Argemiro e contando com a ajuda de familiares para sobreviver.

- “Sinto falta da minha família, minha filha, meus trampos, minha liberdade. Não imaginava que fosse parar no CPJ, se eu pudesse nunca mais colocava os pés aqui”, - conclui, silencioso.

CAPÍTULO V:
SE NASCE CRIMINOSO?



Quando acompanhamos casos criminais na televisão, somos frequentemente bombardeados pelos questionamentos sobre uma possível influência direta entre a biologia e a criminalidade. Alguém já nasce um possível criminoso ou o contexto social assim o molda?

Considerando que o processo de criminalidade envolve diversos aspectos da vivência do indivíduo, como os âmbitos social, econômico e psicológico, e tendo em vista que um dos fatores que contribuem para a entrada no crime é o baixo senso de moralidade, conforme abordado anteriormente; este capítulo tem como objetivo interpretar a inserção de jovens no crime sob uma perspectiva, particularmente, biopsicossocial.

Pensando nisso, foi realizada uma entrevista no dia 29 de outubro de 2024 com uma psicóloga social e docente, que tem em sua formação é voltada para os direitos humanos e justiça social. Objetivando a proteção de suas declarações, iremos referir-nos a ela como Psicóloga Docente.

Originada na América Latina na década de 1960, a Psicologia Social rompeu com a abordagem clínica tradicional e passou a se concentrar em questões sociais, com o objetivo de contribuir para a transformação da sociedade. Abrangendo temas de estudo como criminalidade, juventude, grupos marginalizados e políticas públicas; esses

profissionais atuam em comunidades, ONGs, movimentos sociais e, inclusive, penitenciárias[58].

Em um contexto geral, refletindo acerca da evolução das discussões dos direitos individuais no mundo, há como marco histórico a instituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, resultante dos horrores da Segunda Guerra. Em um panorama nacional, a Psicóloga Docente destaca a Constituição Federal de 1988, que institui direitos fundamentais para uma vida com dignidade.

- "Um ponto importante para pensar as populações vulneráveis, é que quando vamos para a Constituição, tem o artigo primeiro que vai trazer os fundamentos da República Federativa do Brasil. E, dentro dele, embora exista o que chamamos de 'um caráter de universalidade dos direitos humanos', é preciso observar que nem todas as pessoas vivem da mesma maneira ou são atingidas pelas mazelas sociais da mesma forma. E é preciso analisar os desafios que estão por trás dessas vulnerabilidades e, a partir daí, considerar dimensões de classe, de raça, de gênero, etnia. A sociedade precisa pensar considerações que envolvam não a dimensão de igualdade social, mas de equidade, tendo em vista essas diferenças".

[58]Machado, Kuhn, 2015.

Levando em conta as afirmações da Psicóloga Docente, a diferença entre igualdade e equidade está no fato de que enquanto a primeira trata todos da mesma forma, a segunda vai reconhecer que a partir das nossas diferenças, algumas pessoas ou grupos da nossa sociedade estão em posições de maior injustiça social e necessitam de políticas públicas que os auxiliem, como, por exemplo, as pessoas pobres, negras, mulheres, com deficiência, povos originários/indígenas, etc.

No entanto, por muito tempo a desigualdade social foi ignorada pela Psicologia. Isso decorreu do fato de que quando surge no século XIX, a Psicologia, como método científico, privilegiou seus estudos no indivíduo, considerando o fenômeno psicológico como algo interior do ser humano e desconsiderando a realidade social, a sociedade, as condições de vida e a desigualdade social[59]. Esse aspecto também foi pontuado pela Psicóloga Docente.

- "Temos que pensar em desigualdades e suas repercussões, como os processos de exclusão. A gente vai estar elencando esses dois fenômenos sociais, como um grande conjunto de vulnerabilizações que os sujeitos fazem parte e refletindo pelo viés estrutural. É óbvio que aqui a

[59] Bock, 2016.

gente está pensando nas mais variadas formas do que eu vou chamar de expropriação de direitos". Ou seja, para Psicóloga Docente essa desigualdade no Brasil se dará por meio de uma exclusão social, que se forma nas diversas camadas da sociedade e que permite a retirada de direitos básicos.

O conceito de exclusão social foi concebido por René Lenoir, em 1974. Em sua obra, o autor expandiu as reflexões acerca da exclusão, que era tida como um fenômeno individual e pontuou que sua raiz estava nos princípios de funcionamento das sociedades modernas, ou seja, no social. Para Lenoir, entre suas causas, destacavam-se a urbanização rápida e desorganizada, a inadequação e uniformização do sistema escolar [ensino inadequado e padronizado], a instabilidade causada pela mobilidade profissional, e as desigualdades de renda e acesso aos serviços. Além disso, afirmava que esse processo não afetaria apenas os mais pobres, mas atingiria cada vez mais todas as classes sociais[60].

No Brasil, são diversas as causas da pobreza e da exclusão social, pois já estavam presentes nos tempos coloniais, no Brasil do Império, durante os 500 anos de escravização, nas repúblicas, sendo agravados durante a ditadura militar. As mazelas desses períodos resultam em

[60] Sawaia, 2017.

desigualdades vistas ainda hoje[61]. Psicóloga Docente destaca como se dá o processo de exclusão na sociedade.

- “A exclusão é a face mais característica dos processos de desigualdade, e ela vai se observar nos fenômenos com violências, com carência de aspectos básicos, com a própria entrada na criminalidade, com o esfacelamento de relações sociais e familiares. [...] Não dá pra gente fazer essa dissociação [do indivíduo e seu contexto], porque senão a gente vai dizer assim, ‘olha, é responsabilidade desse indivíduo, o processo que ele está vivenciando’, ou o fenômeno social que ele está passando, como pobreza, como fome, como entrada na violência. Não há essa individualização, a própria subjetividade [características que nos compõem] é formada a partir da nossa entrada nos processos sociais desde o nascimento”.

Nessa perspectiva, a psicóloga também explica que há uma relação direta entre a ausência de direitos básicos e efeitos na saúde mental dentro da sociedade:

- “Olha, quando a gente fala da falta de direitos, estamos falando desse sujeito inserido em contextos mais densos de vulnerabilidades. Então, eu vou pensar nos direitos de existência, da vida com dignidade, que são negados para

[61] Sawaia, 2017.

determinadas populações. E que obviamente vão impactar diretamente nos fenômenos de saúde mental e não podemos dissociar isso da falência dessas políticas públicas. Por exemplo, a Organização Mundial de Saúde vai falar que questões como pobreza, desnutrição, violência, vão predizer transtornos mentais que esse indivíduo pode apresentar nas suas mais variadas formas", destaca.

Considerando o fato apontado pela Psicóloga Docente de que a saúde mental (ou a falta dela) tem relação direta com o acesso a direitos básicos, é necessário questionar se essa ausência de acesso a direitos favorece a entrada na criminalidade, e porque, apesar de tantas pessoas conviverem com a desigualdade, apenas algumas cedem ao crime.

- "Sobre a entrada na criminalidade, podemos dizer que existem inúmeras variáveis, ou o que a gente pode chamar de facetas psicossociais de análise, que precisam ser consideradas para compreender o fenômeno da própria atividade criminosa e o fenômeno da própria entrada desse sujeito na atividade criminosa. Por exemplo, a gente precisa olhar pro nível intrapsíquico [dentro da mente] das questões que envolvem vulnerabilidades individuais. Para as relações interpessoais desse sujeito; [...] uma perspectiva intragrupal, dentro dos grupos, ou intergrupais, entre os grupos sociais;

[...] questões como identidade social; [..] e é preciso considerar como os processos ideológicos podem influenciar nos fenômenos de criminalidade", afirma a Psicóloga Docente.

Desta maneira, ao falar sobre as relações interpessoais, a Psicóloga Docente exemplifica que o enfraquecimento e o próprio rompimento de vínculos familiares e afetivos podem ser fatores determinantes para a inserção na criminalidade. Já sobre a influência dos grupos criminosos, ela aponta os papeis sociais desses indivíduos ao realizar funções dentro do crime (como já abordamos no capítulo 3), que é onde acabam possuindo destaque e valorização. Quanto aos processos ideológicos, esses podem ser explicados como ideais, crenças e valores que são transmitidos durante nossa formação pessoal e que influenciam nos nossos comportamentos, sendo construídos nas nossas casas, na escola ou na nossa comunidade/bairros.

Ao discutir sobre fatores de entrada na criminalidade, a Psicóloga Docente aponta que é errôneo pensar que apenas predisposições mentais levam um indivíduo a praticar delitos ou que alguém "já nasça criminoso".

- "Eu não gosto dessa discussão que fala sobre uma perspectiva de um criminoso nato. Esse criminoso nato não existe. Talvez já possa ter sido fruto de discussões dentro da

literatura, especialmente de uma literatura mais tradicional, mas é extremamente perigoso. E hoje, o criminoso nato, é também vinculado, não só ao lugar em que ele vive, ou uma pessoa potencialmente perigosa, mas ele também é muito visto a partir da noção das psicopatias, ou dos transtornos mentais graves, que continuam considerando uma dimensão biologicista e individualizante desses fenômenos, que é perigoso", afirma a Psicóloga Docente.

Sobre o Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS), que antigamente era conhecido como psicopatia, vale salientar que apesar deste transtorno ter como traços a falta de empatia, manipulação, comportamento antissocial, ausência de remorso e baixa capacidade de formar vínculos emocionais; características que favorecem a incidência nas atividades criminosas, nem todos os indivíduos com esse transtorno cometem crimes, assim como nem todos os criminosos possuem TPAS[62].

Desde o século XX, pesquisadores e criminólogos tentaram identificar fatores que, combinados, poderiam explicar as causas do crime. No período, uma das abordagens que se destacou foi a de Lombroso (1968), que pontuava como determinante para o crime, patologias individuais e

[62] Henrique Silva, 2024.

características físicas, como, por exemplo, a formação óssea do crânio e o formato das orelhas. Essa ênfase biologista foi abandonada após a Segunda Guerra em virtude do seu conteúdo racista, pois condenava pessoas com essas características da 'doença da criminalidade'[63].

Ao pontuar condições que contribuem para a prática de delitos, como a Psicóloga Docente afirma, devemos ter cuidado para não estigmatizar populações que já sofrem bastante preconceitos. Os estereótipos negativos acerca das populações marginalizadas favorecem, inclusive, para que esses indivíduos sejam ainda mais excluídos da sociedade e discriminados de oportunidades de ascensão social. Apesar de existirem fatores sociais, não é porque um indivíduo mora em uma comunidade periferizada, é preto e pobre que ele irá cometer crimes. Até porque, como sabemos, há um grande número de indivíduos fora desse perfil que também são criminosos.

- "É um fenômeno muito difundido, essa ideia de um criminoso nato. É como se a gente tivesse aspectos, digamos, que fossem intrínsecos aos sujeitos, fatores da personalidade, os próprios transtornos mentais, que fossem preditores por excelência dos comportamentos delituosos. O que é

[63] Cerqueira, Lobão, 2004.

importante a gente considerar é que, embora a gente possa ter fatores que são pessoais, que envolvam essas questões, essas mudanças sociais vão impactar muito diretamente na forma como esses sujeitos podem ou não desenvolver ou fazer esses comportamentos delitivos. A gente precisa pensar macropoliticamente [uma perspectiva mais ampla] nas condições de vida dessas pessoas e eu volto na expropriação de direitos como elementos importantes para a gente considerar. E, diante de tudo isso, falar da falta de saúde mental. É importante considerar esses meios circunstanciais, como a questão do abandono familiar, do abuso de substâncias psicoativas, do contexto de situação de rua que muitas crianças e adolescentes vivenciam anteriormente", reforça a Psicóloga Docente.

Em investigação sobre as motivações para a criminalidade, pesquisadores reuniram as principais teorias da criminologia sobre os determinantes do crime. São elas: teorias com foco na patologia individual (focam em características ou condições psicológicas/biológicas), teoria da desintegração social (quebra dos laços sociais, normas e valores coletivos), teoria da aprendizagem social (o comportamento criminoso seria passado por interação com outros com normas desviantes), teoria do controle social (todos podem cometer crimes, mas forças sociais e laços de

controle nos impedem), teoria do autocontrole (capacidade de controlar seus impulsos e comportamentos), teoria da anomia (relação entre normas sociais, estruturas sociais e comportamento), teoria da interação (destaca a importância das relações sociais), teoria do traço institucionalista (destaca o valor das instituições sociais na formação de valores, normas e comportamentos), teoria do estilo de vida (sugere que comportamento e escolhas de vida aumentam a probabilidade de envolvimento) e teoria econômica da escolha racional (o indivíduo analisa o custo, benefício e riscos das atividades criminosas)[64]. Ou seja, são diversos e bastante relativos às justificativas por trás de atos delituosos, mas, como já destacamos anteriormente, esses jovens (15 a 29 anos) serão os mais propensos. Entre as razões destacadas para isso, Psicóloga Docente acentua o processo etário da adolescência e o sentimento de pertencimento a determinados grupos - o que muitas vezes não é sentido em relação à família, à escola, ao bairro, etc.

- "O grupo tem uma importância muito grande para esse fenômeno e esse é um aspecto interessante de ser considerado. Vemos um contexto em que são indivíduos, crianças, adolescentes, que vivem numa realidade de

[64] Cerqueira, Lobão, 2004.

vulnerabilidade, de exclusão, de preconceito, de racismo, e que encontram nesses grupos uma identidade, uma visibilidade, um local, um sentimento de pertença. Encontram a possibilidade de laços afetivos e sociais. Então, é um prato cheio. Junto com aspectos do próprio desenvolvimento humano, dentro dessa fase que é a adolescência", destaca a Psicóloga Docente.

Segundo Cossi da Silva[65], é na adolescência, período em que o indivíduo está passando da fase infantil para projetar-se na vida adulta, que o jovem costuma adentrar na violência e no crime. Isso acontece por ser uma fase em que a estrutura psíquica do indivíduo está passando por transformações, e diferentes tipos de entendimento se encontram, de certa forma, fragilizadas. Definir este período etário se faz necessário para que sejam criadas leis, regulamentos e políticas públicas específicas para prevenção da inserção no crime pela juventude.

- "As políticas públicas já existem, o próprio ECA, que é o Estatuto da Criança e Adolescente, já considera inúmeras questões que envolvam o fortalecimento de vínculos dessas crianças e adolescentes. A importância de olhar para a criança e adolescente como sujeito de direitos e

[65] Cossi da Silva, 2022.

as políticas públicas correlatas. Tô pensando em política pública que envolva a própria assistência social, a educação, enfim, várias políticas sociais, que amparem a criança e adolescente, mas que a vejam como sujeito de direitos, e não só como receptores de tutela ou receptores de circunstâncias que são mais assistencialistas", pontua a Psicóloga Docente.

Segundo Pedro Demo[66], a principal diferença entre a assistência social e o assistencialismo está no fato de que enquanto a primeira é um direito do cidadão, protegido pela Constituição Federativa da República do Brasil e ampara grupos marginalizados, de maneira permanente ou emergencial, assim garantindo seu direito à sobrevivência; o assistencialismo é a prática política de prestar assistência e ajuda a membros de sociedades carentes proporcionando certos benefícios e tendo como objetivo seu aliciamento eleitoral. Assim, por meio dessa prática populista, o governo não atua para a eliminação efetiva da causa dos problemas sociais desse público. Para Psicóloga Docente, é importante questionar quais são as políticas públicas efetivas destinadas para a juventude na região norte da Bahia.

- "Então, pensar nisso é pensar em políticas públicas de educação, cultura e esportes que possam ofertar a essa

[66] Demo, 1994 apud Souza, 2016.

criança e adolescente o próprio desenvolvimento moral, o próprio desenvolvimento de habilidades que são emocionais, motoras e psicológicas. A própria possibilidade de, através do fomento de política pública, que esse adolescente e essa criança possam desenvolver empatia, possam desenvolver resiliência. [...] E o que o Estado tem feito para oportunizar a essa criança e esse adolescente os elementos fundamentais para promoção da saúde mental e da saúde de maneira geral? Que vai se traduzir no resguardo desse adolescente frente a vivência de violências cotidianas? E como é que o Estado pode garantir isso? Ele precisa garantir isso, porque se eu não garanto vou estar cobrando o quê desse adolescente que está em pleno desenvolvimento? Não posso cobrar absolutamente nada", afirma.

Além disso, a Psicóloga Docente também pontua que as políticas voltadas para a população jovem costumam ser focadas após o ato criminal, em sua punição, e não na prevenção, para que esses jovens não entrem na criminalidade.

- "O que vai ocorrer é o efeito punitivo que o Estado tem. Ele tem uma característica de poder manusear essa máquina de punição muito forte. A partir do que a legislação traz, a partir do que os regramentos jurídicos trazem, de como é que eu lido com esse adolescente que vai estar em

conflito com a lei. Mas, antes disso, o Estado não pensa nessa criança, nesse adolescente. Ele não está se importando em desenvolver essas habilidades que eu trago. Mais uma vez, que não são individuais. São habilidades que são fomentadas e criadas a partir desse investimento, desse olhar na infância e adolescência, de fato, como um sujeito que tem direitos e que tem voz e que precisa desenvolver essas habilidades", indica a Psicóloga Docente.

Pensando nesse contexto de compreender o que o Estado tem feito pelas populações periféricas, mais precisamente pelo bairro do Argemiro, em Juazeiro - BA, no oitavo capítulo deste livro, reunimos entrevistas com os órgãos municipais competentes.

***

Acerca da temática tratada, vale reforçar que é impossível falar sobre a atuação da Psicologia Social sem abordar seu papel singular dentro das penitenciárias brasileiras. A Psicologia Penitenciária no Brasil surge a partir da atuação de psicólogos e estudantes de Psicologia nos antigos manicômios judiciários, que agora são conhecidos como Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Nesses locais, muitas funções que eram

desenvolvidas pelos psicólogos se assemelham às desenvolvidas atualmente dentro dos presídios, como elaboração de pareceres, o monitoramento do progresso no tratamento dos pacientes internados e o atendimento psicológico tanto aos internos quanto aos seus familiares[67].

Foi em 1984, com a promulgação da Lei de Execução Penal – Lei n° 7.210/84, que os psicólogos foram incluídos oficialmente nas instituições penitenciárias. A profissão foi incluída na Comissão Técnica de Classificação (CTC), que tem por objetivo realizar exames criminológicos iniciais e construir um Plano Individualizado de Tratamento Penal, que define se os internos estão aptos para retornar à sociedade baseado na sua periculosidade. A comissão também conta com Psiquiatras e Assistentes Sociais[68].

Atualmente, dentro dos presídios, os Psicólogos podem atuar de diversas formas, seja nas CTC's, em funções socioeducativas com os detentos, e no pós-pena, acompanhando a família dos ex-presidiários e sua rede de apoio. Sua função também está diretamente relacionada à autonomia desses sujeitos, a retomada de seus laços sociais e a sua reintegração à sociedade[69].

---

[67] Campos, Oliveira da Silva, Barbosa, 2022.
[68] Campos, Oliveira da Silva, Barbosa, 2022.
[69] Campos, Oliveira da Silva, Barbosa, 2022.

Tendo isso em vista, entrevistamos, no dia 30 de outubro de 2024, outra psicóloga que tem com foco de estudo em Psicologia Social e Psicologia Prisional. Sua formação é baseada na identificação de processos raciais em organizações subjetivas e coletivas, com foco em atenção à população negra, em privação de liberdade e/ou egressa do sistema prisional. Para, como nas outras fontes, proteger suas declarações, nos referiremos a ela como Psicóloga Prisional.

A Psicóloga Prisional possui experiência na Penitenciária Doutor Edvaldo Gomes (PDEG); localizada em Petrolina/PE. A penitenciária é administrada pelo governo de Pernambuco, através da Secretaria Executiva de Ressocialização, estando sob a gestão e operação de servidores públicos estaduais no cargo de Policial Penal[70].

A Psicóloga Prisional destaca a importância do papel dos psicólogos dentro dos presídios, enquanto mediadores dos conflitos sociais e psicológicos entre os internos.

- “A sociedade olha a criminalidade, geralmente, enquanto passível de julgamento, passível de punição, mas dificilmente como passível de cuidado. Então, a Psicologia, em geral, para as pessoas que estão de fora, parece distante demais do que é necessário para uma penitenciária, já que o

[70] Pacheco, et al., 2021.

que espera que exista lá dentro, seja justamente o inverso. Nós usamos todos os nossos fetiches punitivos com as pessoas que estão lá dentro. E com certeza, ser cuidado por uma psicóloga não faz parte disso. Então, dentro do ambiente em que eu trabalho, existem transtornos mentais comuns, até mais complexos; os cotidianos são as relações familiares e as relações de comunidade. A penitenciária é uma comunidade, com as próprias regras, os líderes, os que mandam, os que têm, os que não têm. Então, a Psicologia é muito mediadora no espaço penitenciário. E, claro, compreendendo não uma Psicologia Clínica, porque ela não existe dentro de um ambiente como esse, mas uma atuação em Psicologia Social e Comunitária, que é uma lógica de Psicologia que envolve a instituição e o funcionamento dela", explica a Psicóloga Prisional.

Sobre as diferenças entre Psicologia Social e Clínica, o Conselho Federal de Psicologia define como características da Psicologia Clínica tradicional algumas atividades como: "psicodiagnóstico e/ou terapia individual ou grupal; atividades exercidas em consultório particular, em que o psicólogo se apresenta como autônomo ou profissional liberal, atendendo, geralmente, a uma clientela

financeiramente abastada"[71], diferentemente do que ocorre com a Psicologia Social. Sobre as funções desempenhadas na Psicologia Penitenciária, a Psicóloga Prisional descreve seu cotidiano:

- "Existe uma rotina que é de triagem. Então, todas as pessoas que entram na penitenciária passam por avaliação não só com a psicóloga, mas com a enfermeira e a assistente social, uma avaliação prévia. E os acompanhamentos podem ser feitos individualmente, mas de maneira pontual, sempre muito encaminhativa, não a Psicologia Clínica que a gente conhece. Aquela do divã[72], que a pessoa senta e fala sobre a vida dela, essa não existe lá dentro. Mas especialmente, a Psicologia encaminhativa, de grupo terapêutico, de intermediar relações, de resolução de problema. As vezes é contato familiar, é algum problema de convivência no pavilhão, problemas interpessoais. E manejo condição de crise psíquica, que são pessoas que estão em crise de ansiedade, alguma crise com alucinação e chegam até o serviço por manejo dessa crise", informa a Psicóloga Prisional.

A saúde penitenciária é prioridade da Organização

---

[71] Dutra, 2004.

[72] O móvel conhecido como divã, ficou conhecido por sua utilização por Sigmund Freud. O psicanalista afirmava que o ato do paciente deitar-se no divã representava a sua entrega ao processo analítico da psicanálise.

Mundial de Saúde (OMS) desde 1990, quando foi lançado o Projeto de Saúde no Sistema Prisional, com propósito de aprimorar a saúde pública e os cuidados nas prisões, integrando políticas de saúde e justiça tanto em nível nacional quanto internacional[73]. Mesmo assim, ainda é possível perceber que a privação da liberdade nos presídios resulta em efeitos psicológicos no apenado:

- "Os [problemas psicológicos] mais comuns são depressão e ansiedade. [...] Uma minoria dos casos já chega com um histórico ansioso e deprimido. A maioria desenvolve dentro do ambiente penitenciário. Quem já vem com isso, aflora, quem não vem, desenvolve ali", aponta a Psicóloga Prisional.

Como afirma a Psicóloga Prisional, a realidade penitenciária brasileira atual é de superlotação das celas, precariedade e insalubridade, má-alimentação, sedentarismo, uso de drogas e falta de higiene. Visto isso, aliado às predisposições genéticas, as condições desumanas às quais os presos estão expostos são fatores que influenciam o aparecimento ou a intensificação de transtornos psicológicos[74]. Articulado a isso, a Psicóloga Prisional ainda

[73] Sousa, Do Vale, 2024.
[74] Sousa, Do Vale, 2024.

aponta como elemento fortalecedor dos transtornos psicológicos a falta da rede de apoio.

- “Em geral, a maioria deles [os internos] não tem contatos familiares. Mãe, pai, tio, irmão, uma minoria tem contato. Mas uma quantidade considerável de homens tem esposas que os visitam. [...] Muitos deles terminam o relacionamento quando chegam na penitenciária, mas vivem novos relacionamentos enquanto estão lá dentro e encontram novas pessoas. Então, em relação a contatos com pessoas de fora, é muito mais esse contato afetivo, a rede de apoio mesmo é mais difícil. Tanto que muitos homens muitas vezes ficam sem materiais básicos de higiene, roupa, por exemplo, porque não tem quem traga para eles”, afirma a Psicóloga Prisional.

No que se refere aos fatores de inserção no crime, já tratados anteriormente, a Psicóloga Prisional aponta que são psicológicos e sociais:

- “São fatores psicológicos associados à vulnerabilidade social, a como essas pessoas vivem as suas vidas, como elas crescem, as famílias em que elas estão, lugares em que elas passam a infância, a adolescência, os valores envolvidos nesses lugares, a falta de política pública, a conexão com a escola, com o estudo, com a própria criminalidade. Então, total interferência. [...] Pela falta de

direito e pela falta de percepção, inclusive, do que é um direito. Essas pessoas geralmente nem sabem o que é ter direito a alguma coisa", comenta.

Diferente do que foi apontado pela Advogada (capítulo 3), a Psicóloga Prisional, que atua na linha de frente dentro de um presídio, não acredita que ele, enquanto instituição, tenha como objetivo a efetiva ressocialização dos internos.

- "Alguns profissionais fazem trabalhos de formiguinha, aquele trabalho que a gente faz passinho a passinho. Eu, por exemplo, tento fazer isso, mas eu sei que não [existe uma política efetiva de ressocialização]. Em sua grande maioria, é justamente o contrário. Tanto que a nossa lógica aqui fora é a mesma. Recentemente, eu vi uma notícia de aumento de pena e vi as pessoas comemorando, que a pena tinha aumentado, mas não vi nenhuma produção de política pública para esses homens, nenhuma produção de ressocialização para eles enquanto estão na penitenciária. A gente quer se livrar das pessoas, a gente não quer que elas saiam de lá. A gente quer se livrar e que elas fiquem lá para o resto da vida", afirma a Psicóloga Prisional.

Nesse sentido, precisamos refletir que na sociedade em que vivemos, estes indivíduos estão condicionados a um ciclo de violência sistêmica. São jovens marginalizados que

nascem sem direitos básicos, adentram a criminalidade ainda jovens, são presos e vivem em condições precárias nos presídios, revoltam-se com o sistema prisional e acabam rescindido novamente às mesmas prisões, devido a falta da ressocialização efetiva.

***

Ao analisarmos, a história de Canaã, personagem do Capítulo IV, observamos uma vivência marcada pela violação de direitos, como a fome, o abandono escolar e o trabalho infantil. Como também um jovem que mesmo sem o incentivo de ações governamentais, ao permanecer atuante em trabalhos informais, objetivava permanecer longe da criminalidade. No entanto, um conjunto de fatores, compreendendo desde uma ação de violência doméstica que o levou pela primeira vez ao CPJ, a ausência de infraestrutura do bairro, que contribuiu para que seu único lar desmoronasse, tiveram implicações na redução de suas crenças/valores, resultando no envolvimento em situações problemáticas, o que resultou na sua acusação de delito por furto/roubo. Desta maneira, como apontam as pesquisadoras e profissionais entrevistadas, a criminalidade vai ser

influenciada não só por fatores individuais, como resultado da exclusão social e da ausência de políticas públicas.

Novamente, temos nas políticas públicas efetivas um dos caminhos que podem contribuir para que haja a transformação dessa realidade. E, como foi apontado por Psicóloga Docente e a Psicóloga Prisional, não só políticas punitivas, mas também voltadas a promoção de direitos e valores, que atuem de maneira preventiva, fortalecendo os laços familiares, a promoção do acesso à educação, cultura e esportes, demonstrando para esses jovens que pode existir vida para além do crime.

CAPÍTULO VI:
O JOGADOR

De Deus, Cícero recebeu o talento com a chuteira e a bola nos pés. Todas suas primeiras lembranças remetem ao destino prescrito de ser jogador de futebol. Sonho endossado pela TV, pelos ídolos do esporte e pelos elogios ao seu dom. Não havia outra possibilidade, outro futuro, faria o que fosse necessário para realizá-lo.

No entanto, a vocação ia de encontro com as expectativas de seu pai, que acreditava que só o estudo seria capaz de possibilitar um crescimento pessoal. Na época, morava com ele em Feira de Santana-BA. Tendo nascido em Juazeiro-BA, mudou-se para a cidade metropolitana após a separação matrimonial de seus pais. A guarda foi entregue ao genitor, por poder proporcionar uma melhor qualidade de vida. Porém, com o tempo, a convivência começou a ser afetada. Aos 14 anos, Cícero havia evoluído dentro do esporte e estava na categoria sub-profissional. Com a ascensão, começou a despertar o interesse de times renomados como o Vitória, da Bahia, e o Cruzeiro, de Minas Gerais, sendo chamado para testes nas categorias juvenis. Seu pai, que já não apreciava a carreira, viu nessa possibilidade uma interferência para seu foco nos estudos e o impediu. Cícero, que sonhava com aquilo, revoltou-se.

- “Achei que seria jogador, que iria mudar a minha vida e da minha família. O pai queria que eu estudasse, mas

eu achava que ele me prejudicava. Eu sentia falta da minha mãe, meu pai sempre foi mais rígido, minha mãe era mais liberal", conta.

Com as ilusões de uma criança que persegue um sonho, Cícero abandonou a vida confortável e veio para Juazeiro atrás de sua mãe.

Na recém-chegada cidade, a vida era muito diferente do esperado. Casada novamente, sua mãe residia com o novo marido e os filhos do antigo casamento, irmãos de Cícero, em uma casa de dois cômodos no bairro da Nova Esperança e, mais tarde, no bairro vizinho, o Argemiro. Naquela época, em 2007, apesar do menor nível de criminalidade, também havia uma carência excessiva de políticas públicas naquela região da cidade.

- "Naquela época era abandonado, eles não olhavam para a periferia, não tinha área de lazer. [...] Se tivesse algum incentivo às crianças… mas não tinha ninguém", afirmou Cícero.

No que se refere a proteção dos direitos básicos do indivíduo, o Art. 227 da Constituição aponta que é:

> "dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à

> dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (Brasil, 1988, [s./p.]).

> Sobre a situação na qual se encontra os bairros, o Art. 30, parágrafo V, da Constituição Brasileira vai dizer que é competência municipal "organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local" (Brasil, 1988, [s./p.]).

Sua mãe possuía uma vida humilde, sendo trabalhadora rural e empregada doméstica, enquanto o seu novo companheiro mantinha relações com o tráfico. Quando chegou na cidade, acreditando que por não ter a imposição do pai, a carreira de jogador finalmente iria decolar, Cícero abandonou os estudos, não concluindo nem o primeiro ano do ensino médio. Esse fato, somado à convivência com o padrasto, o incentivou a consumir drogas.

- "Achei que seria jogador, não precisava mais estudar. [...] E teve o meu padrasto que de certa forma levou a família para o mundo do crime, ele que nos ensinava. Meu irmão mais novo fumava maconha e já cheirava pó, só com 17 anos", contou Cícero.

> A constituição no Art. 6º, garante que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988, [s./p.]).

Seguindo o mesmo caminho, por influência, aos 19 anos, o rapaz, que era bom de bola, começou a fazer uso da maconha e ingerir bebidas alcoólicas. Não demorou muito para conhecer a cocaína. Não tardou também para que o padrasto fosse preso pelo envolvimento com o tráfico e, junto com ele, a sua mãe fosse detida como cúmplice. A situação, no entanto, não impediu que Cícero continuasse com o vício, mantivesse relações com traficantes e começasse a praticar pequenos assaltos para sobreviver.

Mesmo com a vida desestruturada, o pontapé final para encerrar definitivamente sua carreira veio apenas um ano mais tarde. Por ironia do destino ou de Deus, que havia dado aquele dom, em uma partida de futebol, a vida de Cícero começou a mudar. Entretanto, de uma forma bem distinta daquela que ele inicialmente esperava.

- “Eu ainda jogava bola, ai tava no baba [nos arredores do bairro Argemiro], começou a discussão com o jogador do outro time e ele me ameaçou. Eu já estava envolvido com essas coisas, praticava assalto…ai ele me ameaçou, disse que ia me matar. Fiquei sabendo por conversas que ele era perigoso. Vigiei a vida dele todinha, onde morava, onde trabalhava, que horas voltava… Comprei um 38 [revólver de calibre 38] e um mês depois matei ele. Ou era a vida dele ou a minha”, conta, sem demonstrar remorso.

Após o ocorrido, Cícero ficou foragido por três meses na zona rural de Juazeiro e depois regressou para a cidade, achando que o assunto estava encerrado, quando os policiais o localizaram. Refazendo o caminho de sua mãe e do padrasto, deu entrada pela primeira vez ao Conjunto Penal de Juazeiro em 2013. Como era réu primário e teve bom comportamento, cumpriu a pena de homicídio em 7 anos.

- “Depois que cai na prisão é que se envolve mais. Porque antes praticava um assalto só pra curtir, ir pra uma festa. Na cadeia, a gente pega conhecimento do que não presta”, afirmou em entrevista.

Quando alcançou a liberdade no ano de 2020, exerceu por pouco tempo as funções de carregador e ajudante de pedreiro. Mas, como o serviço era exaustivo e o

salário baixo, não o contentou por muito tempo, de modo que, rapidamente voltou a praticar assaltos.

- “A adrenalina do assalto era um vício, o dinheiro vinha fácil, rápido. Ganhava muito dinheiro, chegando a 50 mil, 60 mil por assalto. Mas da mesma maneira que você ganhava, você gastava também, principalmente com droga”, relembra.

O alto lucro decorria da mudança de modalidade de crime. Cícero não fazia mais pequenos assaltos ou furtos, como ocorria antes da sua prisão. Agora, só assaltava grandes comércios e lotéricas, por meio das chamadas “fitas dadas”, que é quando há a colaboração de um funcionário do local. Nessa nova lógica, ele aponta a existência de um sentido que não é somente fruto de questões financeiras, mas também moral.

- “Não dou valor a ladrão que rouba pai, mãe, trabalhador, não. Eu só roubava quem tem [dinheiro]. Por isso até hoje o pessoal do bairro gosta de mim”, relata, referindo-se ao Argemiro.

A aversão ao roubo à população mais carente não é por acaso ou somente resultado da índole do sujeito, pois, muitas vezes, a “Lei do Crime”, já apontada em outros momentos, proíbe que estas ações aconteçam dentro das comunidades, podendo ser punida, inclusive, com a morte.

- “Mainha veio me dizer que lá [no Argemiro] um menino de doze anos, só doze anos, tá usando crack e roubando na zaga [gíria para dentro do bairro]. Vão matar, certeza!”, alerta.

Cícero conta que com a chegada das facções, a atmosfera de tensão nos bairros periféricos de Juazeiro também progrediu, inclusive, entre a malandragem.

- “Antes, qualquer um podia colocar sua boca de fumo onde quisesse, poderia ter três boca de fumo na mesma rua. Agora, tudo depende da aprovação da facção do lugar”, apontou.

A vida com altos montantes financeiros frutos das práticas de grandes assaltos também não durou muito para Cícero. Poucos anos após sair da prisão, foi detido durante uma tentativa de assalto, em 2022. Novamente no CPJ, após julgamento, conseguiu a liberdade condicional com o uso da tornozeleira. Porém, logo quebrou o direito à liberdade e retornou ao regime fechado, onde cumprirá mais 6 anos da pena.

Dentro do Conjunto Penal, possui uma rotina preenchida pelos trabalhos de pintura, na capina ou auxiliando na cozinha.

- “Vou trabalhar às 8h, volto para a cela às 12h. Trabalho novamente das 13h às 16h”. Logo após, com o jantar sendo servido a partir das 16h, a prisão é fechada.

No pavilhão definitivo [A e B], a convivência é pacífica e os internos dividem espaço com outras 10/12 pessoas. Contendo somente quatro camas, as chamadas “jegas”, os internos que sobram dormem em colchonetes ou no chão, obedecendo a uma hierarquia e organização particular que atravessa toda a penitenciária e seus presos.

- “A cadeia fica aberta o tempo todo, com acesso a tudo [dentro dos pavilhões]. [Na hierarquia social] tem o cara que manda na cadeia, o coração da cadeia é chamado de Coroa.” [O Coroa é escolhido pelos internos pela sua influência e possibilidade de tomar decisões]. “Os bueiros são os caras dele, que organizam o rango e fazem outros serviços. Assim como existe a democracia lá fora da cadeia, tem a daqui de dentro: O coroa é como o prefeito e os bueiros como os vereadores”.

Entre as paredes do presídio, Cícero ainda pratica o esporte que ama e que o levou para esta vida. Porém, agora, somente como um *hobbie*. Não tem mais ilusões, almeja apenas sair da prisão e recomeçar sua história.

- “Vou sair daqui de Juazeiro, mudar de vida, ir para outro lugar. Não quero mais me envolver. Daqui de dentro

que sai tudo de ruim. Passei a vida inteira dentro da cadeia, quero ter uma nova família, que já tive e perdi", conta Cícero, saudoso, ao mesmo tempo em que idealiza um futuro.

Dos familiares de Cícero, sua mãe vem visitá-lo todo mês. Um dos irmãos continua na criminalidade e o outro entrou para a carreira policial. O pai, decepcionado com o destino de seu filho, acabou cortando o contato após a prisão. Além disso, Cícero também possui uma esposa que conheceu dentro do presídio, e um filho autista que necessita de muitos cuidados médicos.

Atualmente, após 5 anos sem a dependência da cocaína, apoia o combate às drogas e acredita que a falta de estrutura e políticas públicas contribui para a entrada de jovens como ele no mundo do crime:

- "Com a idade a gente vê que muita coisa poderia ser diferente, tantos amigos que eu já vi morrer… [sobre o envolvimento com o tráfico]. É por um vício que você faz um roubo e sua vida pode acabar. A droga é a força que dá pro crime. É a porta de entrada para o crime. E é de muito fácil acesso. No Brasil, nas cidades e dentro dos bairros. Inclusive entre as crianças. Algumas coisas poderiam tanto ter mudado minha vida [relata, indicando o peso da falta de

estrutura dentro do Argemiro], como a de muitos amigos que eu vi morrer…".

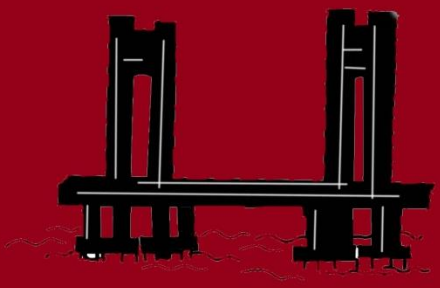
***

Observar conhecidos, amigos e parentes serem mortos pelo crime, infelizmente é uma realidade constante dentro das periferias. Como aponta Cícero, quando chegou em Juazeiro, há 18 anos atrás, as políticas públicas municipais para a juventude eram escassas e as crianças, pela falta de incentivo social, viviam propensas à entrada na criminalidade.

Seu relato, juntamente com o de Canaã e de Pedro, assim como as entrevistas das especialistas, levam diretamente ao mesmo ponto: o papel crucial das políticas públicas de prevenção à inserção no mundo do crime.

Agora, em 2024, é preciso questionar se houve uma mudança nesse cenário, e investigar o que os órgãos da Prefeitura Municipal de Juazeiro têm feito pela juventude, principalmente a periférica.

CAPÍTULO VII:
O MUNICÍPIO E O JOVEM



Após desenvolvermos, no decorrer deste livro, as discussões sobre as problemáticas acerca da inserção da juventude na criminalidade, fica perceptível a importância que as políticas públicas podem ter na vivência desses jovens. Ao investir em programas sociais, educação, cultura e emprego, o governo previne o crime, oferecendo a esses jovens outras oportunidades. Como já comentamos no Capítulo 1, os municípios brasileiros possuem autonomia para legislar, administrar e desenvolver atividades em seu território, seguindo a Legislação Federal e Estadual. Desta maneira, entre suas responsabilidades estão a criação de leis locais, a instituição de impostos, a organização de serviços públicos e a implementação de Políticas Públicas Municipais[75].

No que se refere aos municípios, o Estatuto da Juventude vai dizer que entre suas obrigações está: coordenar o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve); elaborar os planos municipais de juventude; criar, desenvolver e manter programas, ações e projetos para a execução das políticas públicas de juventude; convocar e realizar as Conferências Municipais de Juventude, com intervalo máximo de 4 (quatro) anos; editar normas complementares para a

[75] Dias, Matos, 2019.

organização e funcionamento do Sinajuve; cofinanciar e estabelecer mecanismos de cooperação com os Estados e a União para a execução de programas, ações e projetos das políticas públicas de juventude[76].

No contexto de Juazeiro, Bahia, cidade onde o recorte da discussão desenvolvida se situa, precisamos questionar o que o governo municipal tem feito pela sua juventude, mais especificamente, periférica, que é a que mais adentra os presídios, a fim de identificar se aquilo que está definido no Estatuto da Juventude está sendo, efetivamente, cumprido.

***

O processo de pesquisa para a produção deste livro-reportagem iniciou ainda em dezembro de 2023, durante uma visita a Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade (SEDES), que é vinculada à Prefeitura Municipal de Juazeiro-BA. Na ocasião, foi informado pela responsável pela Vigilância Socioassistencial Social, que os únicos órgãos competentes pelas políticas públicas voltadas para a juventude no município eram: o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Centro de

[76] Brasil, 2013.

Referência da Assistência Social (CRAS) e o Conselho Municipal de Juventude.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é um órgão público da política de Assistência Social de nível Federal, onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou que tiveram seus direitos violados. Ele tem sua base na Lei nº 12.435/2011, que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), "sistema que regula e organiza a oferta de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais em todo o território nacional"[77].

Em Juazeiro, o CREAS foi fundado em 2013 e tem sua sede localizada na Rua Argentina, nº 42, no bairro Coreia. Situado em uma rua residencial de pouco movimento, em um dos bairros mais antigos da cidade, facilmente o imóvel passa despercebido pelos transeuntes. Sua fachada é composta por um pequeno portão azul e branco e um portão de garagem. Acima, está uma placa informando que ali se localiza o órgão.

Em 15 de dezembro de 2023, realizamos uma visita ao órgão e fomos recebidos por um assistente social que está no CREAS desde o início da gestão municipal de Suzana

[77] Brasil, 2020.

Ramos (2021-2024). Para proteção de suas declarações iremos nos referir a ele unicamente por sua função.

- “O CREAS, ele é um programa do Governo Federal, entendeu? Porque tem o CRAS, que é o Centro de Referência e Assistência Social e tem o CREAS, que é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Que é onde a gente recebe encaminhamentos, vindo do Ministério Público, da Justiça Federal e é onde a gente faz visita também. E aqui é onde tem a violação de direitos já praticada na criança e na adolescente. O CRAS é como se fosse a prevenção, orientação, acompanhamento da família. Depois que o adolescente, a criança já entra, por exemplo, no mundo das drogas, ele passa a ser acompanhado por aqui, pelo CREAS. A gente faz acompanhamento, que são visitas semanais e mensais também”, afirmou o Assistente Social.

Segundo a cartilha “Perguntas e respostas sobre o CREAS, do Ministério da Cidadania, entre as principais atividades que devem ser realizadas pelos profissionais do órgão estão: “acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sócio-familiar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contra-referência;

informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; dentre outros"[78]. Ainda sobre os serviços prestados, o Assistente Social explica como funciona o recebimento das ocorrências e suas características:

- "A denúncia vem ao CREAS, vinda da justiça, de denúncias anônimas, do Conselho Tutelar também. E toda denúncia que caracteriza violação de direitos da criança e do adolescente passa por aqui. Hoje está atendendo uns meninos que a gente acompanha por causa de medida infracional. São aqueles jovens, adolescentes, que cometeram algum ato infracional, acompanhamos até os 21 anos. Porque tem deles que vai completar 18 anos, cometeu um ato, quando vem o

[78] Brasil, 2020.

julgamento, ele já está com 20 anos, aí continua sendo acompanhado por aqui também. Nem mínimo, nem máximo. E aqui também acompanhamos também o público em geral. Toda aquela pessoa que teve a sua violação de direito caracterizada", afirma o Assistente Social.

Entre as violações de direitos que podem ser atendidas pelo CREAS, segundo a cartilha "Perguntas e respostas sobre o CREAS", estão: "abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e do PETI em decorrência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, dentre outras"[79]. Sobre o quantitativo de jovens atendidos em 2023, o Assistente Social afirma:

- "De criança, adolescente, está em torno de 117 jovens. E tem também um outro público que é mais de 200 jovens, que a gente acompanha pelo Núcleo de Atendimento

[79] Brasil, 2020.

de Crianças e Adolescentes, que é do selo Unicef. Eu fiz uma especialidade em Direito das Crianças e Adolescentes e quando vim trabalhar aqui, senti a necessidade de criar um Núcleo de Atendimento de Crianças e Adolescentes, ele é um programa do Governo Federal", afirma o Assistente Social. Dos 117 atendidos indicados, 38 são do bairro do Argemiro. Destes, 37 são acompanhados por atos infracionais.

O Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência (NACA) oferece atendimento gratuito para crianças, adolescentes e familiares vítimas de violências, ocorridas no ambiente familiar ou extrafamiliar. Trata-se de uma ação continuada de Proteção Social Especial de Média Complexidade[80]. Sobre as ações do NACA, o Assistente Social complementa:

- "Eu senti a necessidade de ir aos jovens, porque a gente não pode só receber aquela criança quando seu direito já está violado. A gente também pode estar prevenindo enquanto não acontece. E eu fiz essa filtragem aqui, daquele jovem que, por exemplo, uma criança de 10 anos que foi abusada pelo pai naquela residência. E aquela casa tem outras crianças, de 12 anos, 13 anos, então a gente coloca

[80] Naca - Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência, 2024.

todo mundo daquela família nesse núcleo, e faz atividades, palestras, oficinas com eles, de algum tema específico dessa realidade", afirma o Assistente Social.

Ao chegar no CREAS, na condição de vítimas de alguma violação de direitos, esses jovens passam por uma escuta especializada e são encaminhadas para os órgãos devidos para cuidados específicos, como a UBS (Unidade Básica de Saúde) ou o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). Com relação às crianças e adolescentes que cometem atos infracionais, o Assistente Social explica o papel do CREAS:

- "No caso desses atos infracionais, o juiz dá a sentença, como seis meses de medidas socioeducativas, para realização de trabalho voluntário em algum local. Ele vem para o CREAS e é encaminhado para alguma escola, creche, UBS, e vai trabalhar para cumprir essa medida. [Sobre os tipos de delitos] É roubo, uso de drogas, tráfico de drogas, agressões contra a família, mãe, mulher. Quando é o homicídio, alguma situação mais grave, é encaminhado para a Feira de Santana [onde há uma instituição de reclusão mais próxima]", aponta o Assistente Social.

Após a maioridade, esses jovens que cometem delitos são encaminhados para os presídios, como o Conjunto Penal de Juazeiro. Sobre jovens maiores de idade com direitos

violados, o Assistente Social afirma que atualmente nenhum está sendo acompanhado.

Até o final de 2023, período da entrevista, segundo o Assistente Social, o quadro de funcionários do CREAS contava com apenas um Coordenador, dois Assistentes Sociais, dois Psicólogos e um Advogado.

- “E a demanda é muito grande, a gente pega denúncias da zona rural, do centro da cidade, de todos os CRAS, da Justiça, do Conselho Tutelar que encaminham para cá. É sobrevivendo, trabalhando, fazendo o possível. [Sobre as ações] Faz palestras, eventos junto com os CRAS, de acordo com um tema relacionado a algum mês que eles estejam trabalhando. Exemplo: violência contra a pessoa idosa, leva uma pessoa dentro da Justiça para falar sobre o direito do idoso. A gente teve uma puxada de trio elétrico, em maio, sobre o abuso e exploração sexual em crianças e adolescentes, e passamos o mês todinho fazendo palestras nas escolas. [Sobre os bairros escolhidos] É mais convite, recebe o convite de uma escola, de alguém responsável”, explica o Assistente Social.

Sobre o público atendido pelo CREAS (juntamente com o NACA), de apenas 316 crianças e adolescentes, é preciso questionar se só existe essa quantidade de jovens que estão tendo seus direitos violados, ou se os números estão

subnotificados, frente o pouco quantitativo de funcionários e até a ausência de informação da população acerca de seus próprios direitos. Tendo como base os relatos construídos a partir das entrevistas com internos do CPJ (capítulos 2, 4 e 6), observamos que seus direitos foram violados, principalmente, na infância, e que não houve qualquer ação governamental[81].

***

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), por sua vez, é uma unidade pública de iniciativa Federal da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem como objetivo executar serviços de proteção social básica, organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais da política de assistência social. As unidades do CRAS devem ser localizadas em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano[82].

[81] No que se refere a violação de direitos na infância, entramos em contato por e-mail duas vezes com o Conselho Tutelar de Juazeiro visando a coleta de dados e realização de entrevista, porém, não obtivemos retorno.
[82]Brasil, 2004.

Em Juazeiro-BA, existem cinco Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), os quais estão localizados nos bairros da Malhada da Areia, Itaberaba, João Paulo II, Quidé e Tabuleiro. Pela proximidade, é o CRAS da Malhada da Areia que atende o bairro do Argemiro. Sua localização fica em frente à Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) CAIC Misael Aguilar, na Malhada da Areia, sem número.

No dia 10 de novembro de 2024, às 14h, realizamos uma entrevista com a responsável pelo CRAS da Malhada da Areia. Que será referida nesse livro unicamente pela sua função, visando a proteção de suas falas.

- “O CRAS tem a função de prevenção dentro deste bairro. Os CRAS geralmente ficam nos bairros mais vulneráveis dos seus municípios, e a gente está aqui neste território. Este CRAS da Malhada da Areia abrange 25 bairros e tem a função de prevenção para que não se rompa os laços familiares. Podemos usar um exemplo bem corriqueiro dentro da Malhada da Areia, que é a questão dos documentos civis. Identificamos quem é aquele indivíduo, naquele grupo familiar, que não tem uma certidão de nascimento, por exemplo, e fazemos o encaminhamento. Então, esse é um trabalho social do CRAS”, afirmou a responsável pelo CRAS.

Segundo o Plano Nacional de Assistência Social (2004), o CRAS é responsável pelo desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias, que tem como objetivo proteger as famílias em situação de vulnerabilidade e por meio de serviços e ações fortalecer os vínculos familiares e comunitários; além de oferecer informações e orientações à população, articulando com a rede de proteção social local sobre os direitos de cidadania, monitorando a exclusão social, elaborando, organizando e divulgando indicadores da sua área de abrangência[83].

Segundo a responsável pelo CRAS, coordenadora do CRAS de Malhada da Areia, a unidade dispõe também de outros serviços:

- "Dentro do serviço do CRAS, a gente tem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Que é para crianças, adolescentes e idosos, justamente nessa função que esses laços não se rompam. Para que esse usuário tenha um entendimento melhor, um contexto familiar e se entenda melhor dentro da sociedade. A gente tem encontros no período da manhã e tarde, onde abordamos temas e fazemos oficinas. A maioria dos temas é a própria comunidade que nos traz, e a equipe técnica composta pelo Centro Social,

[83] Brasil, 2004.

monta essas oficinas e rodas de conversas. Essas rodas de conversa são sempre dentro do equipamento do CRAS. Fazemos esse acompanhamento individual quando há necessidade", afirmou a responsável pelo CRAS.

Além disso, é a partir dos serviços ofertados pelo CRAS que a população pode atualizar e inscrever-se no Cadastro Único, receber orientações sobre benefícios sociais, como o Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de ter acesso a programas de assistência social[84].

- "Tem o Cadastro Único, o atendimento é o dia todo, de 8h às 17h. Tem a parte técnica, com a psicóloga, que atende o mínimo de quatro pessoas, manhã e tarde. Tem o serviço de convivência, que tem o educador social da criança e adolescente, e o educador social do idoso, também manhã e tarde, durante a semana. E o Criança Feliz, que fica no território, fazendo visita domiciliar. Para crianças de 0 a 3 anos, grávidas, adolescentes, e crianças PCD até 6 anos".

A responsável pelo CRAS detalha como é executado os acompanhamentos familiares:

- "Às vezes, a própria família vem por demanda espontânea, ou busca ativa, que a gente vai na residência e a

[84] CRAS: serviços e como funciona, 2024

gente ouve. Ouve a família, conversa com esse adolescente em risco e traz ele para cá. [Sobre os motivos] Geralmente, são questões familiares. A criança está dispersa, sem querer entender o que é um cuidador, a necessidade de um respeito, de um acolhimento. Acolhe, entende o que está passando e nessas conversas, que a gente faz o encaminhamento. Vamos supor que nessa conversa, a gente perceba que ele precisa de um psicólogo, a gente encaminha para a rede. Ou ele teve algum direito violado, a gente encaminha para o CREAS".

Questionada sobre os serviços destinados a população jovem, após os 18 anos de idade, a responsável pelo CRAS afirma que não há essa demanda dentro do CRAS, pois "eles estão em busca de outras oportunidades":

- "Essa questão de jovem de 18, ele não fica tanto, porque ele já tem outro comportamento, já quer trabalhar. Geralmente, ele trabalha o dia todo e estuda a noite. Então, ele não vem para CRAS. O nosso grupo maior é criança e adolescente, de 9/10 anos até 12/ 13. Porque é um grupo ainda que consegue ficar só um horário na escola e vem no contraturno para cá. Mas esse jovem de 17/18 anos, ele não vem mais, porque ele precisa se manter, já está com outra expectativa de vida, já quer outras coisas para a vida dele", afirmou a responsável pelo CRAS.

A ausência da participação da juventude dentro do CRAS da Malhada da Areia é algo de se questionar, haja vista que dentro dos serviços que devem ser desenvolvidos pelo CRAS, segundo o Plano Nacional de Assistência Social (2004), está "programas de incentivo ao protagonismo juvenil e a execução de centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos"[85]. Serviços que não foram citados pela responsável pelo CRAS e que seriam cruciais para o combate à inserção desse público em situações de crime.

Com relação à prevenção à violência e à entrada no mundo das drogas, a responsável pelo CRAS aponta que o principal serviço é o de convivência. Com as visitas individuais e as palestras, e que dificilmente recebe jovens que já estão entrando no mundo do crime. O que também é algo a se questionar, visto o aumento da violência dentro dos bairros periféricos de Juazeiro e tudo o que foi relatado ao longo deste livro.

Sobre os dados fornecidos, foram registrados no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do CRAS da Malhada da Areia, o total de 3.515

[85] Brasil, 2004.

famílias referenciadas. Sendo que no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), estão 95 idosos, 08 adolescentes e 96 crianças. No programa Criança Feliz, que realiza visitas domiciliares, estão 90 crianças. Os dados são do mês de junho de 2024, apesar da realização da entrevista ter ocorrido no mês de novembro de 2024, pois, segundo a responsável pelo CRAS, “não havia dados mais atualizados”. Com relação aos dados de jovens, ela afirmou serem inexistentes. Com relação a quantidade de crianças, adolescentes e jovens que foram atendidos por envolvimento com violência e uso de drogas, ela também afirmou que não é feito esse levantamento.

***

O Estatuto da Juventude (2013), que é a Lei que institui sobre os direitos e políticas públicas para a juventude brasileira, define as obrigações dos Conselhos da Juventude (Conjuve). Os Conjuves são órgãos em nível Federal, Estadual e Municipal, que tem como obrigação propor políticas públicas destinadas à juventude e zelar pela garantia dos seus direitos[86].

[86] Brasil, 2013.

Em Juazeiro-BA, a criação do Conselho Municipal da Juventude se deu pela Lei nº 1835/2005. Porém, somente alguns anos depois, em 2008, com a Lei nº 1983/2008, foi fundado efetivamente o Conjuve, na gestão do Ex-Prefeito Misael Aguiar Silva Júnior (2005-2008).

Entre as atribuições do Conselho Municipal de Juventude, que está em vigor até hoje, estão: elaborar a Política Municipal da Juventude; desenvolver periodicamente estudos, debates e pesquisas relativas à realidade da juventude; realizar eventos semestralmente para discussão; assessorar projetos da juventude e destinar recursos do Fundo Municipal da Juventude.

No dia 24 de outubro de 2024, realizamos uma entrevista por chamada de voz com o último Presidente do Conselho da Juventude em 2024, indicado pela última gestão municipal da Prefeita Suzana Ramos (2020-2024). Que será como as outras fontes desse capítulo, referido unicamente por sua função.

- “O Conselho da Juventude, como outros conselhos, ele visa, e isso está previsto em lei, fiscalizar o município, o Estado e a União, porque cada um tem seus respectivos conselhos, com relação à política voltada a juventude, a implementação dessas políticas, até porque o Conselho é estabelecido por lei municipal”, explica.

Segundo ele, o Conselho estava desativado desde a pandemia da Covid-19, que teve início, conforme declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2020, acarretando o isolamento social, o que teve flexibilização das suas medidas apenas em meados de 2021.

- "Desde o ano passado [2023] que a gente vem tentando reativar o Conselho. Porque depois da pandemia foi quando a gestão atual assumiu. Em 2021/2022, nós conseguimos trazer de volta. Ele funcionou em 2022 a última vez e ficou desativado desde então. Nós conseguimos reativá-lo esse ano [2024]. Em março, se eu não me engano", informou o Presidente do Conselho.

É preciso salientar que a gestão municipal da Prefeita Suzana Ramos foi iniciada em 2020, durante a pandemia. No final do ano seguinte, 2021, se iniciou a flexibilização das medidas de isolamento social a fim de lidar com a Covid-19, de modo que a emergência global provocada pela pandemia foi encerrada, conforme a OMS, em maio de 2022[87]. De 2022 até final de 2024, foram dois anos sem que houvesse o restabelecimento do Conselho da Juventude pela gestão municipal. Sobre sua paralisação, o Presidente do Conselho também responsabiliza a população:

[87] Brasil, 2022.

- “Mas, veja bem, nós abrimos o edital três vezes só nesse último semestre [2024], buscando inscrições da sociedade civil e nós não tivemos nenhuma inscrição. Foi divulgado para os grêmios estudantis, foi enviado mensagem para as pessoas que fazem parte dos movimentos sociais, mas ninguém se candidatou para compor as cadeiras da sociedade civil. E o mote principal do conselho é justamente ter representantes da sociedade civil até para efetivar, de fato, a sua fiscalização. Porque o governo tem direito a seis cadeiras e a sociedade civil tem direito a nove. É justamente essa disparidade que daria, em tese, um certo conforto em relação aos órgãos de fiscalização. Porque se eu coloco a maioria do governo, eu não garanto que o governo possa ser fiscalizado por seus funcionários. Não tem lógica. Então, a falta de participação da sociedade civil foi o principal motivo que parou o conselho”, explica o Presidente do Conselho.

Sobre a composição dos membros do Conselho Municipal de Juventude, a Lei nº 1983/2008 que criou o Conjuve de Juazeiro, aponta que este deve ser composto por 21 membros, sendo 7 do Poder Executivo e 14 da Sociedade Civil, com mandato de 2 anos, sendo permitida apenas uma reeleição. Formação que não havia sido completada pela falta da participação popular, pois, segundo o Presidente do Conselho, só tinham dez membros:

- “Nós tínhamos seis membros do governo e quatro membros da sociedade civil. E no decorrer desse tempo, a sociedade civil ficou com a Vice-presidência da mesa e com a Secretaria de Comunicação, o Segundo Secretário. No decorrer, eles saíram por algum motivo, não puderam mais participar e nós ficamos nesses últimos dois meses [setembro/outubro de 2024] sem o Vice-presidente e sem o Segundo Secretário. Ou seja, ficou inviável a manutenção do conselho sem os representantes da sociedade civil, nesses últimos oito meses de funcionamento”, comentou o Presidente do Conselho.

Segundo o Regimento Interno do Conjuve de Juazeiro, datado de 19 de dezembro de 2011, a estrutura administrativa dos cargos são: a Presidência e a Vice-presidência, o Plenário (composto por todos os membros), a Diretoria Executiva (composta por três membros do governo municipal) e os Grupos Temáticos.

- “Você tem o Presidente, que é responsável por convocar as reuniões e colocar em pauta as votações. Você tem um Vice-presidente que fica responsável por responder pela presidência na falta do titular. Você tem o Primeiro Secretário, que fica responsável pelas atas. E você tem o Segundo Secretário, que fica responsável pelas atas na falta do primeiro, ou seja, o consultor. Nós nem chegamos a criar

os grupos temáticos, porque nós não tínhamos o número total ocupado. Mas nós deveríamos ter tesoureiro, nós deveríamos ter os grupos temáticos, os presidentes de suas comissões e tudo mais", explica o Presidente do Conselho.

Funcionando apenas em um curto período de tempo em 2022, tendo ficado parado durante todo ano de 2023 e somente voltado em março de 2024, já no final da gestão municipal da prefeita Suzana Ramos; outra ação da prefeitura foi unir as demandas da juventude com a Secretária de Educação, tornando-a a "Secretaria de Educação e Juventude", algo que é destacado por o Presidente do Conselho:

- "Um tema tão sensível, quanto é a juventude, eu acho que deveria ter uma pauta maior. Essa gestão limitou a juventude a apenas uma diretoria na Secretaria de Educação. Então, eu acho que a juventude, de uma maneira geral, precisava ser vista pelo menos com uma superintendência, com assuntos voltados realmente para a juventude. Porque, por exemplo, a educação atende jovens. Então o município acredita que mantendo a educação fundamental, estão implementando política para a juventude, quando isso só é uma porta. Eu acho que é muito mais amplo, muito mais plural, esse tema da juventude precisa ser realmente discutido", reflete o Presidente do Conselho.

A análise dele é bem pertinente, pois apesar da educação estar entre as políticas voltadas para a juventude, não é só por meio da construção de escolas que são feitas essas políticas. Como já discutimos no primeiro capítulo, as políticas públicas vão além dos serviços prestados, não é somente construir uma escola, política pública é elaborar um plano para a evasão escolar, por exemplo. Além disso, políticas públicas para juventude somam educação, esporte, cultura, saúde, lazer, etc.; o que deveria ser planejado com a participação e a partir das demandas do Conselho Municipal de Juventude, que não estava funcionando.

Além disso, é importante lembrar do que é proposto pelo Estatuto da Juventude, pela Lei nº 1983/2008, que criou o Conjuve de Juazeiro e até pelo Regimento Interno (2019) deste último, onde estão entre as obrigações indicadas: desenvolver o Plano Municipal de Juventude; o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Integração da Juventude; apresentar políticas públicas pelos direitos da juventude; desenvolver estudos, debates e pesquisas sobre a juventude; e convocar a cada dois anos a Conferência Municipal da Juventude.

Sobre a Conferência Municipal da Juventude, que deveria ser realizada a cada dois anos, o Presidente do Conselho afirma que, após a pandemia, não houve nenhuma:

- “A Conferência Municipal não foi realizada. Nós participamos da conferência do Estado que foi realizada no município, no ano passado, se não me falha a memória, mas ela não foi realizada pelo Conselho Municipal. O Conselho Municipal participou, mas foi algo realizado pelo Governo do Estado”, afirma o Presidente do Conselho.

Outro ponto alarmante é o vencimento do Plano Municipal de Juventude, proposto em 2014 pela Lei nº 2.256/2014, do Município de Juazeiro.

- “Infelizmente, nós não conseguimos implementar o Plano Municipal de Juventude, que venceu esse ano. Foi votado há 10 anos atrás, nós tínhamos 10 anos para implementar e não foi possível fazer essa implementação. Quer dizer, nós teremos que enviar um novo projeto de lei para a Câmara dos Vereadores, para tentar aprovar novamente o Plano Municipal de Política voltado à juventude”, afirma o Presidente do Conselho.

Entre as diretrizes do Plano Municipal da Juventude, estavam: a participação dos jovens estudantes nas eleições para diretor das escolas públicas; políticas para erradicação do analfabetismo juvenil; estimular a formação de grêmios estudantis e conselhos escolares; a realização de pesquisas sobre a juventude juazeirense para políticas públicas;

incentivar a criação de um centro de referência da juventude e estimular a criação de editais para apoiar projetos juvenis.

Entre as ações que iriam ser desenvolvidas na educação se destacavam: o passe livre para estudantes, aprimoramento da língua estrangeira além da sala de aula, e parceria escola e empresas para encaminhamento dos melhores alunos para empregos ou estágios remunerados. Com relação ao trabalho, se destacavam as seguintes as ações: passe livre para jovens desempregados; cursos técnicos profissionalizantes para jovens que tenham concluído o ensino médio e/ou fundamental; facilitar acesso à qualificação profissional e entrada no mercado de trabalho dos jovens do sistema penitenciário; qualificação para jovens com deficiência, da zona rural e jovens mães. Na cultura: criação de espaços culturais públicos, oficinas de dança e teatro nas escolas municipais; e incentivo a cineclubes. Na comunicação: um centro de capacitação tecnológica e salas de mídia nas escolas municipais. Na cidade: criação do Parque Municipal e prioridade na aquisição de moradias populares nos programas habitacionais. No campo: linha de crédito e acesso a educação de qualidade. Transporte: política de educação no trânsito acessível e criação de uma Carteira de Habilitação Social. Meio Ambiente: Plano de Educação ambiental e criação de centros de reciclagem com

coleta seletiva. Na saúde: criação de política de educação social, criação de unidades de tratamento para jovens dependentes químicos e política de redução de danos. No esporte: ampliar o número de quadras poliesportivas e fomentar a aquisição de equipamentos comunitários para a prática de esportes. No Lazer: criação de áreas de lazer e praças públicas e programação durante as férias. Juventude Negra: controle sobre ações das polícias civil e militar, programas de apoio e acompanhamento de jovens vítimas de violência policial e de grupos de extermínio e estímulo à promoção da igualdade racial pelas empresas. Mulheres: criação de programas de amparo a jovens grávidas e mães, e políticas de enfrentamento aos vários tipos de violência. LGBTS: promover apoio psicológico, médico e socioeconômico; e criação de programas e ações de qualificação profissional. PCDs: promoção de postos de trabalho e renda, acessibilidade aos prédios e locais públicos e programas de apoio às famílias.

Por último no que se refere à Justiça, segurança pública e direitos humanos, estavam dispostas ações de apoio a projetos desenvolvidos por jovens contra a violência nos mais diversos setores; ampliação do Programa de Proteção a crianças, adolescentes e jovens ameaçados de morte, e a

implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Apenas com este resumo das ações que seriam implementadas, fica evidente o impacto que essas iniciativas poderiam ter na mudança social dos jovens da cidade de Juazeiro, inclusive para a erradicação da violência. Sobre sua ausência de implementação durante os últimos dez anos, em cerca de três governos municipais diferentes, o Presidente do Conselho comenta:

- “Não foi implementado por diversos fatores. Eu costumo dizer que tudo que não se consegue implementar, é falta de vontade política. Eu sou um fiel crítico desse sistema que quer tratar da juventude sem a juventude. Então, eu acho que foi muito por falta de interesse. Eu lembro que fui dar uma palestra nas escolas estaduais da Bahia e eu disse aos alunos de Juazeiro que nós tínhamos um conselho e eles não sabiam e também não sabiam que poderiam participar. Então, faltou vontade política, faltou vontade do município, faltou vontade do povo”, finalizou.

A ausência da instituição do Plano Municipal também leva à outros impactos negativos em cascata, como a falta de destinação de verbas para as próprias políticas públicas da juventude:

- “Por exemplo, na Semana da Juventude, o conselho dava apoio, mas quem realizava era a Secretaria de Educação por meio da Diretoria de Juventude. Portanto, o conselho não tinha nenhum ativo monetário, justamente por não ter colocado em prática o seu plano municipal e por não estar no orçamento da Câmara”, explica o Presidente do Conselho.

- “Nesse caso, também não foram realizadas ações efetivas do Conselho? - Questionei.

- “Não”- responde, francamente, o Presidente do Conselho .

- “Eu acho que foi muito mais essa falta de participação popular. Nós tínhamos muita vontade de fazer o conselho voltar a funcionar, era vontade da prefeita. Nós estávamos, inclusive, dispostos a negociar um orçamento. Nem que fosse mínimo, para que o conselho tivesse pleno funcionamento. [...] Só que eu acho que faltou mesmo foi a participação popular e essa coisa do conselho não ser bem divulgado internamente”, afirma.

Sobre a atuação municipal defendida pelo Presidente do Conselho e sua atitude frente às políticas públicas para a juventude é necessário ter uma análise crítica. O que coletamos em seu depoimento foi uma gestão municipal que tornou o Conselho Municipal da Juventude inoperante durante dois anos, que não realizou as Conferências

Municipais da Juventude e que permitiu o vencimento do Plano Municipal da Juventude após dez anos. Além disso, a ausência de membros da sociedade civil também é responsabilidade do governo, pois como o Presidente do Conselho disse, a população sequer sabe da existência do Conselho e sua importância para a efetivação dos direitos da juventude. Isso poderia ser sanado com uma maior divulgação e conscientização junto às escolas municipais, por exemplo.

***

Por fim, objetivando a produção de dados mais concretos, realizamos um levantamento dentro do site oficial da Prefeitura de Juazeiro-Bahia, onde são publicados pela equipe de comunicação *releases* sobre a realização de ações em todas as secretarias que compuseram a gestão da ex-prefeita Suzana Ramos (2020-2024). É importante salientar, a esse respeito, a ausência de informações e dados sobre as ações empreendidas pelas gestões anteriores, o que decorre do fato de que após a mudança de prefeito, a cada 4 anos, todo site é apagado e atualizado pelo novo governo eleito. Com efeito, até o dia 28 de dezembro de 2024 estavam postadas no site da Prefeitura informações durante os quatro

anos da gestão Suzana Ramos (2020-2024), o que compreendia cerca de 10.432 notícias, considerando que são 8 *releases* por página e 1.304 páginas publicadas.

Diante desse conjunto de informações, foram pesquisados os termos: "Juventude", "Argemiro" e "Juventude Argemiro". No primeiro termo foram encontradas apenas 34 notícias sobre juventude: sendo 14 sobre a Semana de Juventude dos anos de 2021/2022 e 2023, 7 sobre informações das eleições para o Conselho da Juventude, 4 notícias que continham participações em evento pela Secretária de Educação e Juventude, 2 com prêmios recebidos pela mesma Secretária e apenas 2 com ações efetivas voltadas para a juventude. Sobre essas ações, a primeira foi no dia 13 de abril de 2021, ainda durante a pandemia, quando o município lançou o projeto "Bora Resenhar", com uma série de conteúdos educativos em sua rede social ligados à juventude[88]. A segunda, de 17 de julho de 2022, informava sobre a realização da ação "Pegada da Juventude pela Preservação Ambiental: Limpeza do Rio", ação promovida pelo Conjuve[89].

---

[88] Site da Prefeitura de Juazeiro, 27 out. 2024. Disponível em: https://www.juazeiro.ba.gov.br/prefeitura-de-juazeiro-lanca-projeto-nas-redes-sociais-para-dialogar-com-a-juventude/. Acesso em: 30 dez. 2024.

[89] Site da Prefeitura de Juazeiro, 17 dez. 2024. Disponível em: https://www.juazeiro.ba.gov.br/juventude-de-juazeiro-protagoniza-acao-

Vale destacar que é principalmente durante a Semana da Juventude, evento que ocorre anualmente no mês de agosto em comemoração ao Dia da Juventude (12 de agosto), que podemos perceber uma intensificação de ações voltadas para esse público, em áreas como social, educação, saúde, esportes e lazer; chegando, inclusive, em bairros carentes, como o Argemiro. É preciso questionar por que essas iniciativas só ocorrem em datas pontuais, sendo que as populações carentes também as necessitam durante o restante do ano e teriam efeitos superiores de maneira prolongada. Esse ponto, como visto, foi indicado e proposto por Psicóloga Docente no capítulo cinco, quando ela aborda a questão das políticas assistencialistas que, sendo episódicas, não lidam e nem se preocupam com a raiz dos problemas sociais.

Com relação à pesquisa do termo “Argemiro”, foram encontradas 19 notícias no site da Prefeitura, sendo que, dessas, 15 foram referentes a Secretaria de Saúde (SESAU), em que 4 foram avisos sobre suspensão de serviço na UBS do bairro e, as outras 9, ações efetivas de saúde como mutirões para o público em geral. As outras 4 foram ações da Secretaria de Educação (01), Companhia de Trânsito e

---

socioambiental-nas-margens-do-rio-sao-francisco/. Acesso em: 30 dez. 2024.

Transporte (01), Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade (01) e Secretaria de Serviços Públicos (01).

Com relação ao termo “Juventude Argemiro” não foi encontrada nenhuma notícia, o que aponta inexistência de ações para esse público no bairro. Além de realizarmos buscas sobre ações ou políticas públicas voltadas para a juventude e para o bairro do Argemiro no site da Prefeitura, também buscamos por mais informações diretamente com algumas secretarias. Ao questionarmos os dados de políticas públicas realizadas no município para o Argemiro, recebemos o seguinte e-mail no dia 03 de outubro de 2024 da Comunicação da Prefeitura de Juazeiro:

> “Boa tarde, seguem as informações solicitadas:
>
> ASSISTÊNCIA SOCIAL
>
> O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) responsável pelo atendimento à localidade é o do bairro Malhada da Areia. No local os jovens menores de 18 anos são acompanhados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com diversas atividades e discussões sobre temas variados, como respeito à diversidade, prevenção à gravidez na adolescência,

construção do projeto de vida, além de trabalhar o fortalecimento dos vínculos familiares.

Após os 18 anos, os jovens podem continuar o atendimento no CRAS, através do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que oferece suporte a famílias em situação de vulnerabilidade social. O objetivo do PAIF é prevenir a ruptura de vínculos familiares e a violência, e garantir o direito à convivência familiar e comunitária. Assim como o SCFV, o serviço atua com a realização de entrevistas, visitas domiciliares, grupos de famílias, atendimento particularizado, reuniões de planejamento participativas, palestras, campanhas socioeducativas, eventos comunitários e encaminhamento de benefícios socioassistenciais.

ESPORTE

De 2021 a 2022, o município oferecia no bairro Malhada da Areia (Praça da Juventude), no entorno do Argemiro, a Escolinha de Iniciação Esportiva, com as modalidades de futsal, handebol e basquete, para crianças e jovens de 7 a 16 anos. Posteriormente, a Praça foi incorporada à uma escola estadual construída na localidade e o projeto foi suspenso no bairro.

SAÚDE

A Unidade Básica de Saúde Dr. Erasmo Menezes Serafim está localizada na Avenida Cristalina , S/N, bairro Padre Vicente, é a unidade de referência para os moradores do bairro Argemiro. A UBS é composta por três equipes multiprofissionais formadas por: seis médicos, três enfermeiros, quinze agentes de saúde da família, cinco técnicos de enfermagem, três dentistas e três assistentes de saúde bucal.

Na unidade são disponibilizados à população, incluindo os jovens, diversos serviços assistenciais como consultas médicas e de enfermagem, atendimentos odontológicos, acompanhamento por meio do agente de saúde da família, exames preventivos, assistência pré-natal, testes rápidos para IST'S, colocação de DIU, entre outros métodos contraceptivos, além de orientações.

Os profissionais da UBS também desenvolvem outras atividades, a exemplo de palestras e rodas de conversas, sobre temas referentes à prevenção e combate de doenças.

EDUCAÇÃO

Para que a aluna faça melhor aproveitamento, a nossa sugestão é que ela possa procurar a Secretaria de Educação e Juventude. Um profissional da Secretaria poderá atendê-la".

Entramos em contato, por sucessivas vezes, com a Secretaria de Educação e Juventude, mas não recebemos nenhum retorno sobre as ações desenvolvidas.

Acerca do e-mail acima destacado, enviado pela equipe de Comunicação da Prefeitura, vale salientar que o CRAS, como já apresentamos no capítulo anterior, é uma política em nível Federal; sobre a Unidade Básica de Saúde, ela é um serviço público municipal e não uma política efetiva. Política seria caso houvesse alguma iniciativa que utilizasse deste serviço, como um mutirão de saúde, por exemplo. Com relação a Escolinha de Iniciação Esportiva, que realmente é uma política pública municipal, é necessário questionar o porquê, após a sua interrupção, em 2022, não houve qualquer ação de realização em outro espaço ou a construção de outra praça no bairro, que não possui mais nenhuma. Além disso, as informações recebidas via e-mail não corresponderam às questões propostas, se constituindo em um retorno formal, burocrático e insuficiente, além de não apresentar dados concretos.

Após todas essas pontuações, podemos concluir de maneira concreta que não existiu ou foi desenvolvida nos últimos anos uma política efetiva para a juventude juazeirense e, de forma alguma, dentro do bairro Argemiro.

As ações esporádicas que surgem se baseiam em datas específicas e com objetivos de contornar sua ausência no decorrer do ano, ou seja, são assistencialistas, oferecendo apoio de maneira superficial e imediatista para problemas estruturais da população mais carente, ao invés de promover políticas eficazes que poderiam mudar a realidade social da população de maneira efetiva. Dessa forma, se percebe que muitos dos aspectos que foram apontados nos relatos dos internos entrevistados, principalmente quando eles falam sobre falta de estrutura e de oportunidades, continua a se apresentar em relação ao bairro, tendo em vista a ausência de políticas públicas, o que tende a se constituir como um problema estrutural complexo, compreendendo tanto a sua formação quanto os seus efeitos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em seu livro “Políticas Públicas: Conformação e Efetivação de Direitos” (2022), a Doutora em Direito Constitucional Vládia Pompeu Silva, aponta que as políticas públicas estão intimamente ligadas à atuação do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, entre outros aspectos, além de serem fundamentais para a concretização de direitos essenciais como segurança, liberdade, propriedade, entre outros. Para ela, a “Política pública, neste sentido, é o componente que estabelece o vínculo entre política e desenvolvimento, representando a união entre as competências políticas, jurídicas e administrativas do Estado com o objetivo de garantir uma vida digna aos cidadãos”[90].

Partindo da perspectiva da autora - que entende as políticas públicas como maneiras de promover os direitos básicos dos cidadãos -, neste livro-reportagem, propomos investigar a relação entre as políticas públicas no município de Juazeiro-BA (observando a sua presença ou ausência) e a entrada de jovens periféricos do bairro Argemiro no Conjunto Penal de Juazeiro.

Tendo como base esse objetivo, entrevistamos internos que adentraram ao presídio durante a juventude.

[90] Pompeu Silva, 2022, p. 26.

Seus relatos evidenciaram a negação de direitos fundamentais, além da presença de diversas violações, como extrema pobreza, uso de drogas na infância, trabalho infantil, famílias disfuncionais e propensas à prática da violência. Como também revelaram a inexistência de políticas públicas no bairro no Argemiro, que apesar de ter evoluído com o passar dos anos, ainda apresenta carência de equipamentos públicos; ausência de incentivo ao lazer e esporte, saneamento básico, infraestrutura; e políticas públicas e assistenciais ineficazes.

As entrevistas realizadas com especialistas, por sua vez, corroboraram e nos ajudaram a compreender os relatos dos internos, ao trazer informações complementares por meio do viés do Direito Penal e da Psicologia Social sobre as motivações inerentes a entrada de jovens em situação de vulnerabilidade social no mundo da criminalidade, o que contribuiu para a hipótese de que a ausência de políticas públicas pode ter efeitos nocivos e complexos nessa realidade.

As entrevistas com as pesquisadoras evidenciaram que, embora existam fatores psicológicos facilitadores, os fatores sociais podem vir a ser muito mais cruciais para a inserção no crime. Isto, considerando que, em contextos em que o sujeito se encontra em situação de vulnerabilidade

social, o crime se apresenta não apenas como uma maneira de rentabilidade, mas como uma possibilidade de ter poder, autoestima e identidade.

Considerando essas questões, questionamos a ausência do governo municipal em promover políticas públicas que englobem e insiram esse público marginalizado. Para isso, entrevistamos representantes dos órgãos oficiais e investigamos sobre as políticas públicas destinadas à população jovem e, principalmente, periférica. Encontramos uma situação marcada por órgãos públicos com um pequeno quadro de funcionários para a grande abrangência da cidade, que não incluem essa faixa etária - a juventude - e que mesmo quando alguns aparatos deveriam ser destinados a execução e promoção de políticas públicas para esse segmento - como o Conjuve, estes não estão desenvolvendo esse papel de maneira eficaz há anos, deixando a população jovem abandonada. Se observou, dessa forma, o desenvolvimento de ações apenas em datas pontuais, sem uma continuidade e de forma fragmentada, o que resulta em dificuldades no sentido de haver uma mudança efetiva na realidade social dos jovens em condições mais vulneráveis.

Concluímos que a importância desta pesquisa está em demonstrar como antes de adentrar à criminalidade, muitos jovens, como os que neste livro apresentamos alguns relatos,

foram indivíduos que tiveram seus direitos básicos negados - acesso à educação, moradia, alimentação, saúde, lazer, etc. -, o que é asseverado diante da ausência de políticas públicas, o que atravessa diferentes gestões municipais, mas parece ter se complexificado diante da inoperância da gestão mais recente no sentido de promover políticas públicas efetivas para a juventude, principalmente, a periférica. Desta maneira, enquanto o município de Juazeiro relega ao esquecimento a sua população jovem, esses indivíduos são jogados, indiretamente, no mundo da criminalidade.

Finalmente, é fundamental destacar que a violência em Juazeiro tem aumentado de maneira alarmante, exigindo uma cobrança mais eficaz dos poderes públicos por medidas preventivas que modifiquem essa realidade. Mais do que simplesmente implementar leis mais severas e intensificar o policiamento, é preciso questionar as causas que levam esses indivíduos a cometerem tais atos e identificar as origens dessa criminalidade. Além disso, é essencial promover ações direcionadas à redução da evasão escolar, ao combate ao uso de drogas e à garantia de uma vida digna, com acesso à alimentação adequada, educação de qualidade, lazer, esporte e saúde. Somente oportunizando e demonstrando que existem outros caminhos dignos, que podemos salvar nossos

jovens periféricos de adentrar os presídios e de se tornarem também mais um corpo nos necrotérios.

EPÍLOGO

Dia 11 de dezembro de 2024, faltava pouco mais de vinte dias para o prazo de entrega deste livro, acordei cedo e tive minha rotina normal de ir ao estágio. Caminhei até o ponto de ônibus e ouvi uma conversa entre duas vizinhas:

- “Ele tinha acabado de passar com uma gaiola de passarinho, só ouvi os tiros e já estava estirado no chão” - disse Ana [pseudônimo] para outra vizinha que eu não conhecia.

Alguém havia sido assassinado, novamente. Infelizmente uma cena mais comum do que deveria ser para os moradores do Argemiro. Na minha ignorância, pensei que o ocorrido havia acontecido no período da noite, como é costumeiro. No meio do caminho até o ponto, percebi que havia esquecido o celular em casa e, consequentemente, perderia o coletivo do horário. Fiz o caminho de volta.

Pedi uma moto por aplicativo e, ao chegar, o piloto me deu as saudações normais e introduziu o assunto:

- “Bom dia!”, ele disse.

- “Bom dia”, respondi.

- “Na verdade, nem tão bom assim. Acabaram de matar um na frente da minha casa”, disse o piloto. Na

sequência, questionei onde tinha sido, que havia escutado boatos.

- “Foi agora às 7h da manhã na rua da Conceição. O cara havia passado oito anos na cadeia e tinha sido solto há menos de quatro meses, estava ainda com tornozeleira eletrônica”.

Depois, a partir de informações da mídia na região, soube que a vítima era Maria [pseudônimo], que tinha 41 anos e passagens por tráfico de drogas.

No dia seguinte, 12 de dezembro, passei o dia inteiro na UNEB, estagiando e produzindo meu TCC. O processo de sair do estágio na TV UNEB, caminhar 20 minutos até o ponto de ônibus, esperá-lo por cerca de meia-hora, somado ao trajeto de 45 minutos do coletivo até minha casa, alguns dias era muito desgastante para mim. Por isso, tentava mudar a rotina levando meu próprio almoço em marmita e comendo na universidade. Desta maneira, logo após a refeição, às 12h30, já podia voltar ao processo de escrita deste livro-reportagem. Considerando que, no outro percurso, só iria conseguir estudar após as 15h da tarde.

Neste dia, em especial, havia combinado com meus amigos de sairmos para beber após os estudos, em um barzinho universitário da região. Após às 20h, recebi uma grande quantidade de ligações da minha família, preocupada.

Outra pessoa havia sido assassinada no bairro. Desta vez, em local mais próximo, na rua Cruzeiro 1, há apenas uma rua de distância e 150 metros de minha casa.

A vítima era Arlete [pseudônimo], tinha 43 anos e era técnica de enfermagem. Residia no final da nossa rua, a Rua da Paz, e estava a caminho da igreja Assembleia de Deus que fica há 300 metros de distância, com sua filha de seis anos na garupa da moto. Por volta das 19h, foi abordada por dois homens armados que tentaram roubar o veículo. Segundo a família da vítima, os assaltantes mandaram a criança correr e depois atiraram duas vezes na vítima, que morreu no local. Logo após, levaram o veículo, que foi abandonado no bairro Sol Levante, apenas 7km do local do crime.

Com medo de ir para casa naquele horário, dormi na casa de uma amiga e retornei no dia seguinte. Perguntei para meus familiares como aquilo tinha ocorrido, em busca de informações mais detalhadas. Segundo estava sendo comentado no bairro, um dos assassinos morava também na nossa rua há cerca de três anos, era vizinho de frente da vítima e deve ter sido reconhecido por ela, que reagiu ao assalto batendo com sua bolsa no assaltante. Enfurecido, ele a matou.

Pensar que este fato aconteceu tão próximo a nossa casa, em um horário de grande movimento, próximo a hora

que chego da Universidade e por um motivo banal, me fez questionar se qualquer um poderia ter sido a vítima, inclusive meus familiares ou eu. Pensar sobre a violência nas periferias não é uma escolha, mas uma questão de sobrevivência.

***

Segundo dados do Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Bahia é o Estado mais violento do país, com 6.776 homicídios registrados no ano de 2022. Sendo também o estado que mais mata jovens entre 15 a 29 anos, com 4.030 homicídios no mesmo período[91].

Em 2024, Juazeiro se tornou a quinta cidade mais violenta do país, com 167 homicídios no ano de 2022. Ou seja, uma média de 72,3 mortes por 100 mil habitantes, segundo o IPEA. Dentro destes, 100 óbitos foram de jovens de 15 a 29 anos, objeto de análise desta pesquisa[92].

Os dados atualizados do ano de 2024 ainda não foram publicados. Porém, segundo levantamento próprio feito por meio de blogs regionais, do início da produção deste livro-reportagem, em 01 de janeiro de 2024, até seu término, em

[91] Atlas da Violência, 2024.
[92] Atlas da Violência, 2024. .

13 de dezembro do mesmo ano, cerca de 98 pessoas foram assassinadas em Juazeiro - BA, média aproximada de um assassinato a cada três dias e meio.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenya. **Serviços públicos urbanos**. São Paulo: EPUSP, 1995.

ÁGUA E SANEAMENTO. **Fontes e Notas Técnicas**. Disponível em: https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/fontes-notas-tecnicas#snis. Acesso em: 19 dez. 2024.

ALVES, J. S. de A.; SILVA, L. L. do N. Identidade de Gênero no Cárcere: Alocação e tratamento penitenciário destinado às mulheres transgênero no conjunto penal de Juazeiro-BA. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. e14147, 2023. DOI: 10.21527/2317-5389.2023.22.14147. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/14147. Acesso em: 18 dez. 2024.

BARROS, Sabrina Silva. VULNERABILIDADE SOCIAL DOS JOVENS E A RELAÇÃO COM A CRIMINALIDADE: UMA ABORDAGEM CRIMINOLÓGICA. **Revista Fit: Ciências Sociais**, v. 26, n. 111, [s/p], 2022. DOI: 10.5281/zenodo.6643512. Disponível em: < https://revistaft.com.br/vulnerabilidade-social-dos-jovens-e-a-relacao-com-a-criminalidade-uma-abordagem-criminologica/#:~:text=O%20objeto%20de%20estudo%20foi%20compreender%20as%20causas,e%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20no%20combata%20a%20essa%20delinqu%C3%AAncia>. Visto em: 25 dez. 2024.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e Desigualdade Social. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, Brasil, v. 5, n. 2, 2016. DOI: 10.17267/2317-3394rpds.v5i2.1112. Disponível em:

https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1112.. Acesso em: 22 dez. 2024.

BRASIL. **Após dois anos, chega ao fim estado de emergência em saúde pública por conta da COVID-19 no Brasil**. Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/apos-dois-anos-chega-ao-fim-estado-de-emergencia-em-saude-publica-por-conta-da-covid-19-no-brasil. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. **Artigo 157 do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10619340/artigo-157-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940> . Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 12.247, de 15 de setembro de 2010.** Estabelece o Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, BA, 16 set. 2010. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/823854/decreto-12247-10?msockid=1c407074f92e64c21aef6527f87f653f. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal.** Diário Oficial da União, Brasília, 11 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 19 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.426, de 24 de dezembro de 1996**. Altera dispositivos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9426.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003**. Altera dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a concessão de benefícios de prestação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 dez. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.803.htm. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Caderno de orientações do CREAS**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2020. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf. Acesso em: 27 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Perguntas e respostas sobre o CREAS**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2020. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf. Acesso em: 27 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. **Plano Nacional de Assistência Social - PNAS 2004.** 2004. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1034/1/PNAS2004.pdf. Acesso em: 28 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Ministério lança cartilha sobre as consequências do trabalho infantil**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/junho/ministerio-lanca-cartilha-sobre-as-consequencias-do-trabalho-infantil/Trabalhoinfantil_MMFDH.pdf. Acesso em: 2 jan. 2025.

CAMPOS, D. F. S.; SILVA, R. de O. da; BARBOSA, A. M. S. Desafios do psicólogo no processo de reintegração social. **Research, Society and Development,** [S. l.], v. 11, n. 6, p. e30511629098, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.29098. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29098. Acesso em: 25 dez. 2024.

CARVALHO, O. F. D.. As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais,** v. 6, n. 3, p. 773–794, set. 2019.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, v. 47, n. 2, p. 233–269, 2004.

CHALE DE MADEIRA. **Casas de taipa**. Disponível em: https://chaledemadeira.com/casas/casas-de-taipa/#google_vignette. Acesso em: 19 dez. 2024.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, p. 19-36, 2020.

DE MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso; SACHSIDA, Adolfo; LOUREIRO, Paulo Roberto Amorim. **Criminalidade e desigualdade social no Brasil**. Ipea, 2003.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. (5ª reimp.) 2019.

DOURADO, Walter et alli. **Juazeiro ano 100: lances de sua história.** Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1978.

DUTRA, Elza. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 9, n. 2, p. 381–387, maio 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/epsic/a/7dTyvpTbPQW9XfFsgk4shcn/?lang=pt . Acesso em: 25 dez. 2024.

ESCOLA MUNICIPAL ARGEMIRO JOSÉ DA CRUZ. **História da escola Argemiro.** YouTube, 2024. Disponível em: https://youtu.be/0_vAGbbLYeI?si=gs0dsPcE6V0xuL2x. Acesso em: 19 dez. 2024.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Pisos salariais de jornalistas variam entre R$ 1,9 mil e R$ 4,5 mil mensais.** Disponível em: https://fenaj.org.br/pisos-salariais-de-jornalistas-variam-entre-r-19-mil-e-r-45-mil-mensais/. Acesso em: 19 dez. 2024.

FONSECA, Franciele Fagundes et al. **As vulnerabilidades na infância e adolescência e as**

políticas públicas brasileiras de intervenção. Revista Paulista de Pediatria, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 258-264, 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-05822013000200019. Acesso em: 09 jul. 2023.

FUNASE. **Histórico.** Disponível em: https://www.funase.pe.gov.br/institucional/historico. Acesso em: 24 dez. 2024.

G1. **Pinos de cocaína apreendidos são doados pela polícia para pesquisa em universidade do ES**. G1 Espírito Santo, 8 out. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2022/10/08/pinos-de-cocaina-apreendidos-sao-doados-pela-policia-para-pesquisa-em-universidade-do-es.ghtml. Acesso em: 2 jan. 2025.

GAIO, André Moysés; JÚNIOR, Antônio Pereira Gaio. **DIREITOS FUNDAMENTAIS, JUVENTUDE BRASILEIRA E CRIMINALIDADE.** Revista Jurídica Direito Sociedade E Desenvolvimento - REJUR (UFRRJ). Rio de Janeiro, v.3, n.6, 2016.

GIUDICE, Dante Severo. História Cultura Turismo E Desenvolvimento Em Juazeiro – Ba. **Revista de Desenvolvimento Econômico** (RDE), Ano XVII, Edição especial. Salvador, BA: Dez. 2015, p. 540 - 557.

GLOBO.COM. **CONHEÇA ALGUMAS FUNÇÕES DO TRÁFICO**. G1, 11 nov. 2006. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,AA1361788-5606,00.html. Acesso em: 20 nov. 2024.

GOMES, Danilo da Silva. **Análise da comercialização de frutas na CEASA de Juazeiro/BA (mercado do produtor) em 2020 com pandemia. TCC** (Bacharelado em

Agronomia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural, Petrolina, PE, 37 f., 2022.

GOVERNO FEDERAL. **Renda média per capita no Brasil cresce 11,5% e atinge maior valor em 12 anos**. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 4 abr. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/renda-media-per-capita-no-brasil-cresce-11-5-e-atinge-maior-valor-em-12-anos. Acesso em: 2 jan. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Juazeiro.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/juazeiro.html. Acesso em: 28 dez. 2024.

INFOPEDIA. **Argemiro.** In: Infopédia. Disponível em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/antroponimia/Argemiro. Acesso em: 2 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2024**. Brasília, DF: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf. Acesso em: 2 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2024**: Retrato dos Municípios Brasileiros. Brasília, DF: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9277-atlasviolencia2024retratodosmunicipiosbrasileros.pdf. Acesso em: 2 jan. 2025.

JUAZEIRO. Juventude de Juazeiro protagoniza ação socioambiental nas margens do Rio São Francisco. **Site da Prefeitura de Juazeiro**, 17 dez. 2024. Disponível em: https://www.juazeiro.ba.gov.br/juventude-de-juazeiro-protagoniza-acao-socioambiental-nas-margens-do-rio-sao-francisco/. Acesso em: 30 dez. 2024.

JUAZEIRO. **Lei Orgânica do Município.** Promulgada em 30 de Março de 1990. Câmara Municipal Juazeiro, BA, Dez. de 2017.

JUAZEIRO. Prefeitura de Juazeiro lança projeto nas redes sociais para dialogar com a juventude. **Site da Prefeitura de Juazeiro**, 27 out. 2024. Disponível em: https://www.juazeiro.ba.gov.br/prefeitura-de-juazeiro-lanca-projeto-nas-redes-sociais-para-dialogar-com-a-juventude/. Acesso em: 30 dez. 2024.

KLEINSCHMITT, Sandra; LIMA, Jandir Ferrera de; WADI, Yonissa Marmitt. **Relação entre o crescimento da desigualdade social e dos homicídios no Brasil: o que demonstram os indicadores?.** Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares, [S. l.], v. 13, n. 1, 2012. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/4605. Acesso em: 28 nov. 2023.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. 1993. São Paulo: Brasiliense. Acesso em: 10 jul. 2023.

LOPES, Juliana Silva. **A escola na FEBEM-SP: em busca do significado.** 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MACHADO, M. M.; KUHN, C. M. A inserção de crianças e jovens no tráfico de drogas: reflexões a partir da psicologia social e a importância da mídia comunitária como instrumento de garantias. **Anais do 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**, Santa Maria, Brasil, 2015. p. 1-16. Disponível em: http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/2-3.pdf. Acesso em: 21 dez. 2024.

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. Verbete CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://educabrasil.com.br/ciacs-centros-integrados-de-atendimento-a-crianca/>. Acesso em 19 nov. 2024.

MEU CADASTRO ÚNICO. **CRAS: serviços e como funciona.** 2024. Disponível em: https://meucadastrounico.com.br/cras-servicos-como-funciona/. Acesso em: 28 dez. 2024.

MULHERES, Movimento. **Naca - Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência.** 2024. Disponível em: https://www.movimentomulheres.com.br/single-post/naca-n%C3%BAcleo-de-atendimento-%C3%A0-crian%C3%A7a-e-ao-adolescente-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%AAncia. Acesso em: 28 dez. 2024.

MURTHA, N. A.; CASTRO, J. E.; HELLER, L.. UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DAS PRIMEIRAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO E DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 193–210, jul. 2015.

PACHECO, Edson Jorge et al. Morte sob custódia: uma análise da realidade das instituições carcerárias do vale do são francisco (petrolina/juazeiro). **International Journal of Development Research,** v. 11, n. 10, p. 50820-50823. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356143954_MORTE_SOB_CUSTODIA_UMA_ANALISE_DA_REALIDADE_DAS_INSTITUICOES_CARCERARIAS_DO_VALE_DO_SAO_FRANCISCO_PETROLINAJUAZEIRO . Acesso em: 25 dez. 2024.

RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo no Inferno**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REDEGN. **Mercado do Produtor de Juazeiro é o segundo do país em comercialização.** [s./l.], Abril, 2023. Disponível em: <https://www.redegn.com.br/?sessao=noticia&cod_noticia=177448> . Visto em: 19 nov. 2024.

RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES PENAIS (RELIPEN): 1º SEMESTRE DE 2024. Brasília, DF: SENAPPEN, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semestre-de-2024.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2024.

RESENDE, Antônio José Calhau de. Autonomia Municipal E lei Orgânica. **Cadernos da Escola do Legislativo,** Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 7-42, jan./dez. 2008.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes Limitada, 2017.

SILVA, G. A. C. da. A criminalidade na juventude e as políticas públicas envolvidas. **Revista Processus Multidisciplinar**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 17–25, 2022. Disponível em: https://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/665 . Acesso em: 23 jun. 2023.

SILVA, Luzyana Késsia Souza. A superlotação no conjunto penal de Juazeiro e as medidas adotadas contra a disseminação do novo coronavírus no ambiente prisional. **BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro.** Brasília, DF: CNMP, p. 102-120, 2020.

SILVA, Paulo Henrique. **Psicopatia e crime**: compreendendo a relação entre transtornos de personalidade e comportamentos delitivos. JusBrasil, 2024. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/psicopatia-e-crime-compreendendo-a-relacao-entre-transtornos-de-personalidade-e-comportamentos-delitivos/1902295692?msockid=372fda80ba27613b148fc912bb5e601b. Acesso em: 24 dez. 2024.

SILVA, Vládia Pompeu. **Políticas públicas: Conformação e efetivação de direitos**. Editora Foco, 2022.

SOUSA, Flavio Silva; DO VALE, Adriana Timoteo. Sistema prisional e os efeitos psicológicos. **Revista Cathedral**, v. 6, n. 3, p. 166-179, 2024.

SOUZA, C.. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20–45, jul. 2006.

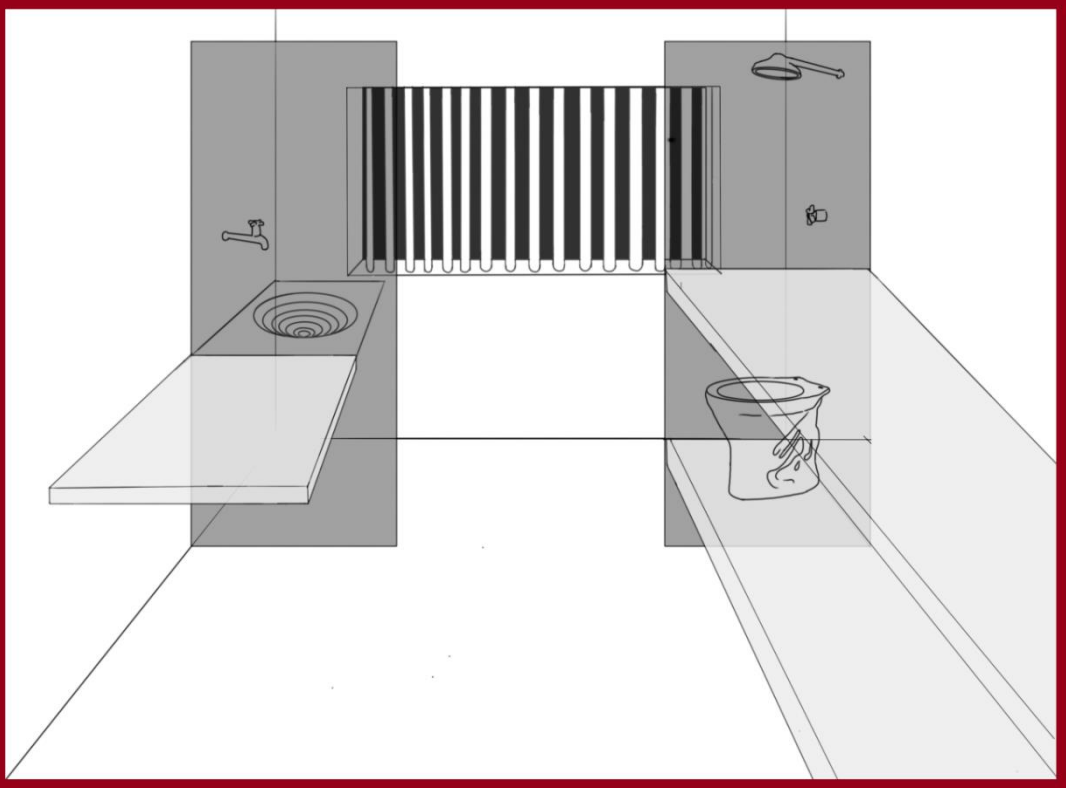
SOUZA, Clarissa Abrantes. **As políticas assistencialistas e o pensamento de Hannah Arendt.** Conteúdo Jurídico, 21

abr. 2016. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/46455/as-politicas-assistencialistas-e-o-pensamento-de-hannah-arendt. Acesso em: 24 dez. 2024.

TAMID, Getulio. **A origem e o significado do divã na psicanálise.** Psicanálise Eu Online. Disponível em: https://www.psicanaliseeu.online/post/a-origem-e-o-significado-do-div%C3%A3-na-psican%C3%A1lise. Acesso em: 25 dez. 2024.

TANAKA, Giselle Megumi Martino. **Periferia:** conceito, práticas e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-26052010-133856/. Acesso em: 03 jan. 2025.

VALE NORTE. **Coleta Juazeiro**. Disponível em: https://www.valenorte.com/coletajuazeiro/. Acesso em: 19 dez. 2024.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. Editora Companhia das Letras, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
CONJUNTO PENAL DE JUAZEIRO